



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 385 - SEXTA-FEIRA, 52 DE UGVGO DTQ DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) ¹ 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Humberto Costa - PT Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁸⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 9 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁹⁾ Paulo Bauer ⁽⁷⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁶⁾ Líder do DEM - 6 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾ PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	PR - 7 Líder Magno Malta - PR ⁽¹¹⁾ Vice-Líder Clésio Andrade

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.

2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.

4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.

5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.

6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.

7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.

8. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSB/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.

9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.

10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – DECRETO LEGISLATIVO	
Nº 296, de 2011.....	39549
2 – ATA DA 174ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 29 DE SETEMBRO DE 2011	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Comunicações	
Do Senador João Alberto Souza, referente ao afastamento de S. Exª do exercício do mandato de Senador devido à assunção ao cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão. (Ofício nº 208/2011, de 29 do corrente)	39551
Do Senador João Alberto Souza, em adiamento ao Ofício nº 208, de 2011, informando a opção de S. Exª pela remuneração do mandato de Senador da República. (Ofício nº 215/2011, de 29 do corrente)	39551
2.3 – ORDEM DO DIA	
2.3.1 Item 1	
Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que <i>altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador; vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular e dá outras providências. Não houve oradores</i> na terceira sessão de discussão, em primeiro turno, com apresentação da Emenda nº 3-PLEN	39551
2.3.2 Item 2	
Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que <i>altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para estabelecer mandato de cinco anos para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos e mudar a data das respectivas posses. Não houve oradores</i> na terceira sessão de discussão, em primeiro turno.....	39554
2.3.3 Item 3	
Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que <i>acrescenta o § 3º ao art. 45 da Constituição Federal para exigir que lei ou Emenda Constitucional que altere o sistema eleitoral seja aprovada em referendo para entrar em vigor. Não houve oradores</i> na terceira sessão de discussão, em primeiro turno.....	39554
2.3.4 Item 4	
Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que <i>altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012. Não houve oradores</i> na terceira sessão de discussão, em primeiro turno.....	39554
2.4 – ENCERRAMENTO	
3 – ATA DA 175ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 29 DE SETEMBRO DE 2011	
3.1 – ABERTURA	
3.2 – EXPEDIENTE	
3.2.1 – Leitura de projetos	
Projeto de Lei do Senado nº 610, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que <i>acrescenta § 2º ao art. 1.211-A do Código de Processo Civil, para atribuir efeito exclusivamente devolutivo aos recursos, nos processos judiciais em que figure maior de sessenta anos de idade ou portador de doença grave.</i>	39556
Projeto de Lei do Senado nº 611, de 2011, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que <i>altera o art. 977 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para facultar aos cônjuges contratar sociedade, independentemente do regime de bens adotado no casamento.</i>	39557
Projeto de Lei do Senado nº 612, de 2011, de autoria da Senadora Marta Suplicy, que <i>altera os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo.</i>	39558
Projeto de Resolução nº 45, de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata e do Senador Paulo Paim, que <i>institui no Senado Federal a Comenda Senador Abdias Nascimento e dá outras providências</i>	39559

3.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 1.199, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo, solicitando informações ao Ministro de Estado da Saúde. 39560

Nº 1.200, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplauso ao escritor amazonense Francisco Marques de Vasconcelos Filho. 39560

Nº 1.201, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando voto de aplauso ao ex-Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. 39561

Nº 1.202, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 108 e 296, de 2009. 39562

Nº 1.203, de 2011, de autoria Senador Walter Pinheiro, solicitando oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2011. 39562

Nº 1.204, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo, solicitando autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa nos dias 26 do corrente e 3 e 4 de outubro próximo. 39562

Nº 1.205, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul – AMP/RS. 39562

Nº 1.206, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à Massey Ferguson do Brasil S/A. 39563

Nº 1.207, de 2011, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando inserção nos anais do Senado Federal do editorial “Um Filho Exemplar”, do jornal **O Estado de S. Paulo. Deferido.** 39563

3.2.3 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011. 39564

3.2.4 – Comunicações

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação da Senadora Lídice da Mata para integrar, como suplente, a Comissão Parlamentar de Inquérito do ECAD. (**Ofício nº 119/2011, de 28 do corrente**) 39564

Da Liderança do PSOL no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (**Ofício nº 481/2011, de 28 do corrente**). *Designação do Senador Randolfe Rodrigues para compor, como suplente, a referida Comissão.* 39564

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (**Ofício nº 120/2011, de 29 do corrente**). *Designação do Senador Rodrigo*

Rollemberg para compor, como suplente, a referida Comissão. 39564

Do Presidente do Grupo Parlamentar Brasil – Vietnã, informando a reinstalação do referido grupo, bem como a eleição e posse de sua diretoria. (**Ofício nº 3/2011, de 13 do corrente**). (**vide item 6.1**) 39565

Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (**Ofício nº 261/2011, de 29 do corrente**) 39565

3.2.5 – Parecer

Nº 1.007, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Emendas nºs 1 a 4, de Plenário, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010. 39565

3.2.6 – Comunicação da Presidência

Inclusão em Ordem do Dia oportunamente dos Requerimentos nºs 1.113 a 1.115; 1.121 e 1.122, de 2011, de audiência das Comissões de Assuntos Sociais; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010. 39568

3.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Preocupação com a denúncia publicada, hoje, pelo jornal **Correio Braziliense**, sobre o esvaziamento do Banco do Brasil no Distrito Federal, com a transferência de funcionários e repartições inteiras para o Estado de São Paulo. 39568

SENADOR DEMÓSTENES TORRES, como Líder – Críticas aos critérios utilizados na formulação das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). 39570

SENADORA ANA AMÉLIA – Registro do transcurso de um ano desde a aprovação da “Lei da Ficha Limpa”, destacando expectativa quanto à manifestação do Supremo Tribunal Federal sobre a mesma; e outros assuntos. 39574

SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Apelo para que seja enviada, pelo Senado Federal, manifestação ao Governo do Irã, em favor do Pastor Yousef Nadarkhani, condenado por apostasia. 39576

SENADOR JAYME CAMPOS – Lamento pelo assassinato do estudante guineense, Toni Bernardo da Silva, anunciando o encaminhamento de proposta para a criação de um portal na Internet com um cadastro geral dos estudantes estrangeiros no Brasil. 39578

SENADOR GEOVANI BORGES – Mensagem ao povo do Amapá, sintetizando os sentimentos de S. Ex^a, neste momento de despedida do Senado Federal. 39580

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Reflexão sobre o Projeto de Lei do Senado nº 549, de 2011, apresentado por S. Ex^a e o Senador

Cristovam Buarque, concernente ao destino a ser dado aos rendimentos dos <i>royalties</i> do petróleo. .	39581	como forma de garantir a segurança nas rodovias federais e áreas de fronteira.....	39624
SENADOR WALDEMIR MOKA – Importância do agronegócio para a balança comercial brasileira, destacando o papel fundamental das cooperativas a que se aliam os pequenos produtores.....	39585	SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL – Destaque das atividades da Comissão de Assuntos Econômicos, em especial a apreciação de projeto referente ao imposto Simples e a audiência pública com o Presidente do Banco Central.....	39626
3.3 – ORDEM DO DIA		3.4.2 – Discursos encaminhados à publicação	
3.3.1 Item 1		SENADORA ANGELA PORTELA – Defesa da inclusão dos portadores de deficiências em políticas públicas e projetos de desenvolvimentos sociais. .	39630
Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2011, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente; e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral (proveniente da Medida Provisória nº 536, de 2011). Apreciação adiada para a próxima sessão deliberativa ordinária.	39587	SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro do artigo intitulado “As vaías para Haddad”, publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo , edição de 18 do corrente.....	39631
3.3.2 – Posse e prestação do compromisso regimental do Senhor Clóvis Antonio Chaves Fecury, Primeiro Suplente do Senador João Alberto Souza		SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Registro do artigo intitulado, “Taxa de Juros, inflação, incertezas e o mercado”, publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo , edição de 15 do corrente.	39632
3.3.3 – Comunicação		SENADOR ALVARO DIAS – Registro do editorial intitulado, “O momento não pesou”, publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo , edição de 11 de agosto último.....	39633
Do Senador Clóvis Fecury, referente à sua filiação partidária, e adoção do nome parlamentar.	39589	SENADOR MÁRIO COUTO – Registro da matéria intitulada, “Em seis meses, um balaio de escândalos”, publicado pelo jornal O Globo , edição de 10 de agosto último.....	39635
3.3.4 Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.		3.5 – ENCERRAMENTO	
3.4 – APÓS A ORDEM DO DIA		4 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	
3.4.1 – Discursos		5 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 29.9.2011	
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Apelo ao Governo brasileiro para que seja dado prosseguimento à discussão do caso Cesare Battisti.	39598	6 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO	
SENADOR PAULO PAIM – Comentários sobre a importância do turismo para o Brasil, em especial para o Estado do Rio Grande do Sul; e outros assuntos.	39604	6.1 – GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-VIETNÃ	
SENADOR WELLINGTON DIAS, como Líder – Apelo para que os estados produtores e não-produtores de petróleo e o Governo Federal cheguem a um consenso quanto à distribuição dos <i>royalties</i> deste produto.....	39610	Ata da Reunião de Reinstalação, realizada em 31 de agosto do corrente.....	39636
SENADOR ANIBAL DINIZ – Registro da participação da Presidente Dilma Rousseff, em Manaus, do lançamento da versão amazônica do Programa Brasil Sem Miséria, o Programa Bolsa Verde; e outro assunto.	39616	SENADO FEDERAL	
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Congratulações ao povo paraense, pela demonstração de civismo durante o jogo Brasil e Argentina; e outros assuntos.	39620	7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
SENADOR WILSON SANTIAGO – Considerações sobre a declaração do STF de inconstitucionalidade da lei que trata da distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.	39621	8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Defesa do prosseguimento do concurso público para a Polícia Rodoviária Federal que foi iniciado em 2009 e interrompido por suspeitas de fraude,		9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
		10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
		CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	
		CAS – Comissão de Assuntos Sociais	
		CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	
		CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	
		CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	
		CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 296, DE 2011

Autoriza o envio de um navio da Marinha do Brasil para compor a Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano - UNIFIL.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizado o envio de um navio da Marinha do Brasil, com aeronave orgânica e com o contingente de até 300 (trezentos) militares brasileiros para a Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano – UNIFIL.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em modificação do referido contingente, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de setembro de 2011.

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Ata da 174ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 29 de setembro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Wilson Santiago

(Inicia-se a sessão às 12 horas e 22 minutos e encerra-se às 12 horas e 31 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

174ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 12:00 HORAS

Período : 29/9/2011 07:07:18 até 29/9/2011 12:31:42

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X						
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X						
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X						
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X						
PP	RS	ANA AMÉLIA	X						
PT	ES	ANA RITA	X						
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X						
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PR	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	X						
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X						
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X						
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X						
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X						
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X						
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X						
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X						
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X						
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X						
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X						
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X						
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X						
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X						
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	SC	PAULO BAUER	X						
PT	RS	PAULO PAIM	X						
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X						
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	X						
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X						
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	X						
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X						
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X						
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X						
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X						
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X						
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X						
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	X						
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X						

Compareceram: 51 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expedientes que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. GSJALB nº 208/2011

Brasília-DF, 29 de setembro de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com os cordiais cumprimentos, comunico a Vossa Excelência, em obediência ao disposto no art. 39, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal que estou me afastando do exercício do mandato de Senador pelo Estado do Maranhão, com a finalidade de assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão para o qual fui nomeado, nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal.

Certo da especial atenção de Vossa Excelência para o referido assunto, agradeço, aproveitando a oportunidade para renovar expressões de apreço e consideração.

Cordialmente, – Senador **João Alberto Souza**, PMDB/MA.

OF. GSJALB nº 215/2011

Brasília-DF, 29 de setembro de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com os cordiais cumprimentos, em aditamento ao Ofício GSJALB nº 208/2011, comunico a Vossa Excelência que estou optando pela remuneração do mandato, nos termos do § 3º do art. 56, da Constituição Federal.

Certo da especial atenção de Vossa Excelência para o referido assunto, agradeço, aproveitando a oportunidade para renovar expressões de apreço e consideração.

Cordialmente, – Senador **João Alberto Souza**, PMDB/MA.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Os expedientes lidos vão à publicação, e a Presidência tomará as providências necessárias à convocação do Primeiro Suplente do Senador João Alberto Souza.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 37, DE 2011

(Reforma Política)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador; vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, do titular e dá outras providências.*

Parecer sob nº 382, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Relator: Senador Luiz Henrique, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

Transcorre, hoje, a terceira sessão de discussão em primeiro turno, podendo ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Sobre a mesa, a Emenda nº 3, que será lida.

Com a palavra o Senador Geovani para ler a emenda.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP)

– Proposta de Emenda Constitucional nº 37, de 2011, que altera o § 3º do arts. 46 e 56 da Constituição Federal para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador; vedar a eleição do suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular e dá outras providências.

É a seguinte a emenda na íntegra:

EMENDA Nº 3, DE 2011

À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 37, DE 2011

“Altera § 3º do art. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador, vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, do titular e dá outras providências”

EMENDA MODIFICATIVA

(Senador Wilson Santiago – PMDB-PB)

Dê-se ao artigo 1º da Proposta de Emenda Constitucional nº 37/2011, a seguinte redação:

Art. 1º O § 3º do art. 46 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 46.

§ 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes.

I – Os suplentes serão aqueles que obtiverem maior número de votos válidos após a definição dos senadores eleitos em sua ordem. (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A emenda visa alterar o número de suplentes para dois, determinando que estes deverão ser os candi-

datos que obtiverem maior número de votos válidos, após definição dos senadores eleitos, em sua ordem.

Há necessidade de uma segunda suplência. Muitos são os casos em que o titular eleito, logo no início de seu mandato é convidado a exercer cargo no Poder Executivo, apenas um suplente, no caso de vacância, exigiria nova eleição o que se torna muito dispendioso aos cofres públicos.

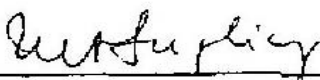
Além disto, justo é que a vaga da suplência deva ser preenchida pelo candidato que obtiver maior número de votos válidos, após a definição dos senadores eleitos. Assim o povo verá em caso de substituição, alçar como titular ao cargo de Senador da República um candidato que obteve, também, o seu voto.

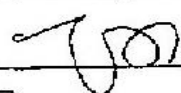
Contamos com o apoio de nossos Pares para a aprovação da presente emenda em face da necessidade, a relevância da nova redação proposta na emenda.


Sala das Sessões, – Senador **Wilson Santiago**.

Assinatura

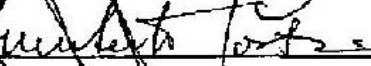
Parlamentar

1 


2 

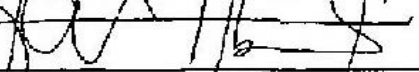
3 

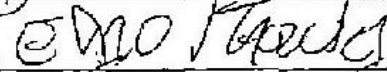
4 

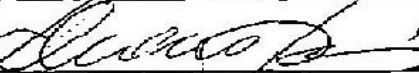
5 

6 

7 


8 

9 

10 

11 

12 

13 

2.1

Ans. Américo (PP/RS)

Américo Costa

Américo Costa

Américo Costa

Américo Costa

Américo Costa

Américo Costa

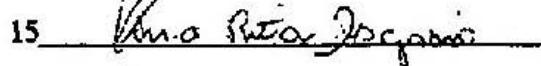
Américo Costa

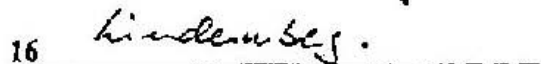
Américo Costa

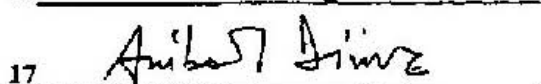
Américo Costa

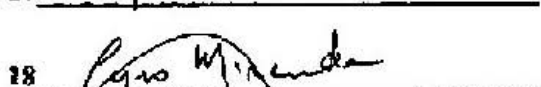
14 

Paulo Roberto de Almeida

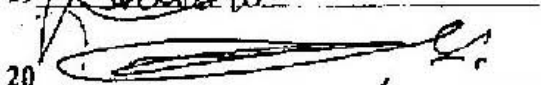
15 

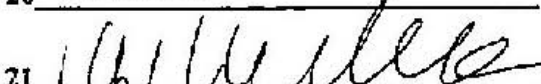
16 

17 

18 

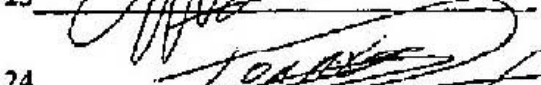
19 

20 

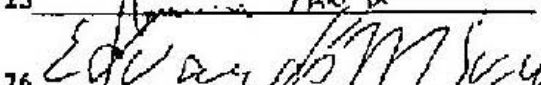
21 

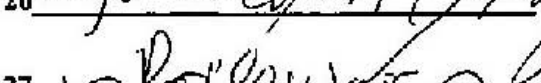
22 

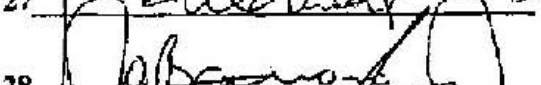
23 

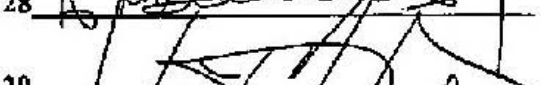
24 

25 

26 

27 

28 

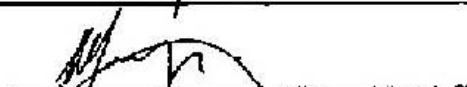
29 

30 

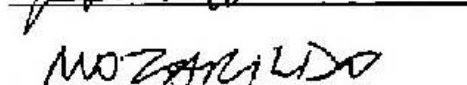


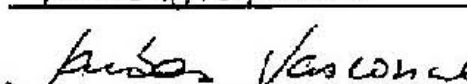




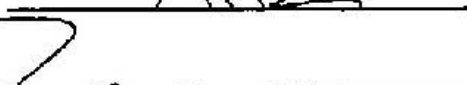


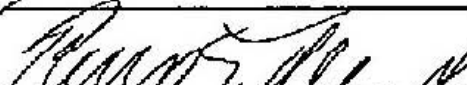


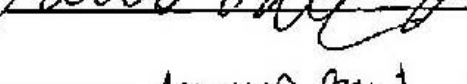






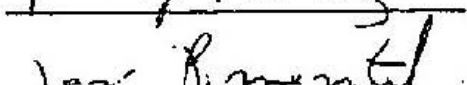


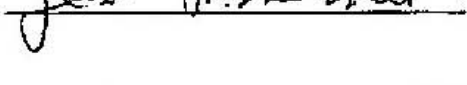


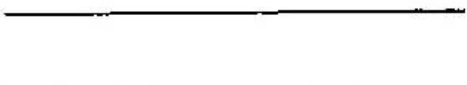












O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Discussão da proposta e das emendas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está inclusa a emenda.

A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa extraordinária de amanhã para o prosseguimento da discussão.

Perdão – amanhã não tem Ordem do Dia – da próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – **Item 2:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 2011

(Reforma Política)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, *que altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para estabelecer mandato de cinco anos para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos e mudar a data das respectivas posses.*

Parecer sob nº 633, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Relator: Senador Renan Calheiros, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Pedro Taques, Inácio Arruda, Pedro Simon, Alvaro Dias e Waldemir Moka.

Transcorre, hoje, a terceira sessão de discussão, em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado Federal.

Discussão da proposta e da emenda. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa extraordinária da próxima terça-feira para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – **Item 3:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 42, DE 2011

(Reforma Política)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, *que acrescenta o § 3º ao art. 45 da Constituição Federal para exigir que lei ou Emenda Constitucional que altere o sistema eleitoral seja aprovada em referendo para entrar em vigor.*

Parecer favorável, sob nº 661, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Relator: Senador Romero Jucá, com votos contrários dos Senadores Demóstenes Torres e Humberto Costa.

Transcorre hoje a terceira sessão de discussão, em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Em discussão a proposta. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa extraordinária da próxima terça-feira para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – **Item 4** da Ordem do Dia:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 63, DE 2011

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, *que altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

Transcorre, hoje, a terceira sessão de discussão, em primeiro turno, podendo ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado Federal.

Em discussão a proposta e a emenda. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa extraordinária da próxima terça-feira com prosseguimento da discussão.

Não havendo mais nada a tratar em relação à Ordem do Dia desta sessão extraordinária, encerramos a Ordem do Dia da referida sessão extraordinária.

Não há, neste momento, oradores inscritos para esta sessão, somente a partir das 14 horas. Só a partir das 14 horas, Senador Paim. Está encerrada também a sessão e convocada a próxima sessão ordinária para as 14 horas, conforme determina o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 31 minutos.)

Ata da 175ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 29 de setembro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, da Sra. Marta Suplicy, do Sr. Wilson Santiago, da Sra. Ana Amélia e dos Srs. Geovani Borges, Paulo Paim e Mozarildo Cavalcanti

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 18 horas e 59 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

175ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 29/9/2011 07:07:18 até 29/9/2011 20:31:54

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	
Blcco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	
PT	ES	ANA RITA	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PR	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	X	
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	
PSDB	PB	CICERO LUCENA	X	
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PT	SP	EDUARDO SUPUCY	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	
PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PT	SP	MARTA SUPUCY	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	
PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	X	
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	X	
PDT	MG	ZEZÉ FERRELLA	X	

Compareceram: 65 Senadores

(*) Excluído o registro de comparecimento do Senador João Alberto Souza, em virtude do afastamento de S. Exa. Incluído o nome do Senador Clovis Fecury, 1º suplente, que tomou posse na presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 610, DE 2011

Acrescenta § 2º ao art. 1.211-A do Código de Processo Civil, para atribuir efeito exclusivamente devolutivo aos recursos, nos processos judiciais em que figure maior de sessenta anos de idade ou portador de doença grave.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1.211-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renomeando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 1.211-A.

§ 1º

§ 2º Os recursos interpostos nos feitos de que trata este artigo serão recebidos no efeito meramente devolutivo, se a decisão recorrida importar no reconhecimento ou proteção de interesse diretamente relacionado à saúde da parte ou interessado discriminados no **caput**.” (NR)

Art. 2º O art. 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º-A:

“Art. 71.

§ 1º-A. Os recursos interpostos nos feitos de que trata este artigo serão recebidos no efeito meramente devolutivo, se a decisão recorrida importar no reconhecimento ou proteção de interesse diretamente relacionado à saúde da parte ou interessado discriminados no **caput**.

..... ” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Como é notório, o art. 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), assegura, em qualquer instância, prioridade na tramitação dos processos em que figure como parte ou interveniente processual maior de sessenta anos de idade. Essa nor-

ma se repete nos arts. 1.211-A a 1.211-C do Código de Processo Civil, no qual, ademais, tem seu alcance estendido aos portadores de doença grave.

Não obstante, as nobres intenções do legislador pátrio que inspiraram a edição desses dispositivos de lei podem remanesecer frustradas, em face do complexo e indulgente sistema recursal brasileiro, que amiúde serve a advogados mais interessados em protelar o efeito prático de decisões desfavoráveis a seus clientes que em promover verdadeiramente a revisão de tais julgados.

Essa procrastinação no deslinde da causa parece-nos ainda mais revoltante quando as decisões vergastadas possuem intrínseco caráter de urgência, por guardarem relação direta com o restabelecimento da saúde – ou a salvaguarda da própria vida! – daqueles idosos e portadores de doença grave. Os exemplos mais comuns e evidentes podem ser colhidos das tantas ações judiciais intentadas contra os planos de saúde que se negam a prestar determinada assistência a essa classe de segurados, opondo-se, de modo acintoso, ao que dispõem as normas regulatórias editadas sobre a matéria pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

É bem verdade que os órgãos jurisdicionais do País têm evitado o pior, pois concedem liminares favoráveis aos segurados com muito mais frequência que atribuem efeito suspensivo aos recursos interpostos pelos planos em causas dessa natureza. Seja como for, há uma brecha na lei, e o fato de existir uma jurisprudência predominante em relação à matéria não é, por si só, garantia de que injustiças não venham a ocorrer.

É precisamente com o intuito de vedar essa brecha que apresentamos este projeto de lei, para cuja aprovação contamos com o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, – Senador **Vital do Rêgo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Texto compilado

Institui o Código de Processo Civil.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LIVRO V

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 1.211. Este Código regerá o processo civil em todo o território brasileiro. Ao entrar em vigor, suas disposições aplicar-se-ão desde logo aos processos pendentes.

Art. 1.211-A. Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade

igual ou superior a sessenta e cinco anos terão prioridade na tramitação de todos os atos e diligências em qualquer instância. (Incluído pela Lei nº 10.173, de 2001)

Art. 1.211-A. Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, ou portadora de doença grave, terão prioridade de tramitação em todas as instâncias. (Redação dada pela Lei nº 12.008, de 2009).

Parágrafo único. (VETADO) (Incluído pela Lei nº 12.008, de 2009).

Art. 1.211-B. O interessado na obtenção desse benefício, juntando prova de sua idade, deverá requerê-lo à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará ao cartório do juízo as providências a serem cumpridas. (Incluído pela Lei nº 10.173, de 2001)

Art. 1.211-B. A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará ao cartório do juízo as providências a serem cumpridas. (Redação dada pela Lei nº 12.008, de 2009).

§ 1º Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária. (Incluído pela Lei nº 12.008, de 2009).

§ 2º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 12.008, de 2009).

§ 3º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 12.008, de 2009).

Art. 1.211-C. Concedida a prioridade, esta não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de sessenta e cinco anos. (Incluído pela Lei nº 10.173, de 2001)

Art. 1.211-C. Concedida a prioridade, essa não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, em união estável. (Redação dada pela Lei nº 12.008, de 2009).

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003

Mensagem de veto

Vigência

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte

ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

§ 1º O interessado na obtenção da prioridade a que alude este artigo, fazendo prova de sua idade, requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos do processo.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 611, DE 2011

Altera o art. 977 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para facultar aos cônjuges contratar sociedade, independentemente do regime de bens adotado no casamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 977 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 977. Os cônjuges podem contratar sociedade, entre si ou com terceiros. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O art. 977 do Código Civil, na redação vigente, impede os cônjuges casados no regime da comunhão universal de bens ou da separação obrigatória de contratar sociedade, entre si ou com terceiros.

Trata-se de verdadeiro retrocesso, uma vez que, antes da entrada em vigor do novo Código Civil, tanto a doutrina como a jurisprudência haviam consolidado o entendimento de não haver impedimento para a sociedade entre cônjuges, qualquer que fosse o regime de bens adotado no casamento.

Nesse sentido, decidiu o Supremo Tribunal Federal (STF) no Recurso Extraordinário RE 104597/PR, julgado pela Primeira Turma em 10 de maio de 1985, no qual foi relator o Ministro Rafael Mayer, cuja ementa estabelece que é legítima a sociedade por cotas que tenha como sócios exclusivos marido e mulher, tendo em vista que *sem dispositivo legal que a proíba, expressa ou implicitamente, é válida a sociedade comercial entre cônjuges, mesmo comunheiros, somente desconstituível pelos defeitos invalidantes de sua formação.*

De igual modo, decidiu aquela Corte de Justiça no Recurso Extraordinário RE 108728/SP, julgado pela Primeira Turma em 3 de fevereiro de 1989, no qual foi relator o Ministro Néri da Silveira, em cuja ementa

consta que *reputa-se lícita a sociedade entre cônjuges, máxime após o Estatuto da mulher casada.*

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), em julgado posterior à entrada em vigor do novo Código Civil, no Recurso Especial nº 1.058.165 – RS, no qual foi relatora a Ministra Nancy Andrighi, decidiu pela impossibilidade de contratação de sociedade entre cônjuges casados no regime de comunhão universal ou separação obrigatória, tendo em vista vedação legal que se aplica tanto às sociedades empresárias quanto às simples, em razão do disposto no art. 977 do Código Civil.

Esta proposição tem por finalidade extinguir a vedação contida na legislação, que tem levado, inclusive, os cônjuges casados no regime da comunhão universal que queiram participar conjuntamente de uma sociedade a requerer primeiramente a alteração do regime de bens, como autoriza o § 2º do art. 1.639 do Código Civil, único modo de viabilizar a sociedade entre eles.

Não há razão que justifique a restrição prevista na legislação, que só tem trazido dificuldades para a criação da sociedade entre cônjuges, motivo pelo qual contamos com o apoio dos ilustres pares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, – Senador **Francisco Dornelles.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

.....
Art. 977. Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 612, DE 2011

Altera os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 1.723 e 1.726 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre duas pessoas, configurada na convivência pública, contínua

e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

.....” (NR)

“Art. 1.726. A união estável poderá converter-se em casamento, mediante requerimento formulado dos companheiros ao oficial do Registro Civil, no qual declarem que não têm impedimentos para casar e indiquem o regime de bens que passam a adotar, dispensada a celebração” (NR)

Parágrafo único. Os efeitos da conversão se produzem a partir da data do registro do casamento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Carta Magna, já em seu art. 1º, eleva tanto a cidadania quanto a dignidade da pessoa humana à condição de fundamentos norteadores do Estado Democrático de Direito em que a República Federativa do Brasil, há mais de vinte anos, constituiu-se. O art. 3º, por sua vez, estabelece como um dos objetivos essenciais dessa mesma República a promoção do bem de todos, sem forma alguma de discriminação. E, por fim, consubstanciado no **caput** do art. 5º de nossa Constituição, impende destacar o princípio da igualdade, que, em face de sua própria natureza, só poderia mesmo conduzir ao postulado segundo o qual todos são iguais perante a lei, sem nenhuma distinção.

Diante de diretrizes tão inequívocas, ao Estado brasileiro tem restado ceder à força irresistível das transformações por que passa a sociedade a que serve, vindo a reconhecer, mais e mais, o papel alcançado pelas uniões homoafetivas na dinâmica das relações sociais.

Não à toa, nos últimos anos, notadamente o Poder Judiciário, por meio de decisões prolatadas em sede processual, mas também órgãos do Poder Executivo federal, como o Fisco e o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), já vêm consagrando aos parceiros dessas uniões os mesmos direitos reservados aos daquelas constituídas por mulher e homem. Isso nada mais é, em substância, que garantir o exercício da cidadania por quem quer que legitimamente o pretenda, seja qual for sua orientação sexual.

O Congresso Nacional, entretanto, ainda patina nessa questão, talvez por constituir-se no mais heterogêneo dos Poderes tripártites a compor o Estado brasileiro.

Tamanha delonga contribui, por seu turno, para a pecha que sobre o Parlamento tem ultimamente recaído, com desconfortável frequência, de Poder moroso e he-

sitante, levado a reboque pela inevitabilidade dos fatos ou por decisões que coube aos demais Poderes tomar.

As repercussões da presente proposição legislativa até podem não trazer maiores novidades em relação ao que já tem sido posto em prática pela melhor jurisprudência, vide exemplo, a recente decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI 4277 e na ADPF 132, esta última recebida e provida, juntamente com a primeira, como ação direta de inconstitucionalidade, sob a relatoria do eminente Ministro AYRES BRITO, em voto magistral acompanhado pela unanimidade de seus pares, já houve por bem atribuir interpretação conforme à Constituição à regra do art. 1.723 do vigente Código Civil Brasileiro, para – **“dele excluir qualquer significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como ‘entidade familiar’, entendida esta como sinônimo perfeito de ‘família’. Reconhecimento que é de ser feito segundo as mesmas regras e com as consequências da união estável heteroafetiva”** e por atos administrativos a que têm procedido certos órgãos do Executivo no que concerne às uniões homoafetivas. Nem por isso, no entanto, reduz-se sua importância, pois, a despeito dos avanços, é grande ainda a insegurança jurídica em relação à matéria.

Ressalta-se por último, que tal proposição consta do conjunto de alterações legislativa aprovada no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil a ser enviada, oportunamente, ao Congresso Nacional na forma de Estatuto da Diversidade Sexual, que busco antecipar em parte.

Uma lei versando sobre o assunto é, portanto, oportuna e necessária, para isto, conto com o apoio de meus ilustres pares para apresentação, discussão e aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2011. –
Senadora **Marta Suplicy**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CÓDIGO CIVIL

TÍTULO III

Da União Estável

Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

§ 1º A união estável não se constituirá se ocorrerem os impedimentos do art. 1.521; não se aplicando a incidência do inciso VI no caso de a pessoa casada se achar separada de fato ou judicialmente.

§ 2º As causas suspensivas do art. 1.523 não impedirão a caracterização da união estável.

Art. 1.726. A união estável poderá converter-se em casamento, mediante pedido dos companheiros ao juiz e assento no Registro Civil.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 45, DE 2011

Institui no Senado Federal a Comenda Senador Abdias Nascimento e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituída a Comenda Senador Abdias Nascimento destinada a agraciar personalidades que tenham oferecido contribuição relevante à proteção e a promoção da cultura afro-brasileira.

Art. 2º A Comenda será conferida a 5 (cinco) personalidades, anualmente, durante sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim, a realizar-se no mês de novembro.

Art. 3º A indicação de candidato, acompanhada do respectivo curriculum vitae e justificativa, deverá ser encaminhada à Mesa até o dia 1º de junho.

Parágrafo único. Poderão indicar candidatos à Comenda:

- I – Entidades governamentais e não governamentais de âmbito nacional que desenvolvam atividades relacionadas à proteção e a promoção da cultura afro-brasileira;
- II – Senadores;
- III – Deputados Federais.

Art. 4º Para proceder à apreciação das indicações e à escolha dos agraciados será constituído o Conselho de Comenda Senador Abdias Nascimento, composto por um representante de cada um dos partidos políticos com assento no Senado Federal.

§ 1º O Conselho a que se refere a caput será renovado a cada ano, permitida a recondução de seus membros.

§ 2º O Conselho escolherá, anualmente, entre os seus integrantes, seu Presidente.

Art. 5º Os nomes dos agraciados deverão ser encaminhados à Mesa do Senado Federal até o dia 5 de outubro e serão publicamente divulgados;

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões, – Senadora **Lídice da Mata**
Senador **Paulo Paim**.

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Constituição, Justiça e Cidadania; e Diretora)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.199, DE 2011

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado Saúde, Alexandre Padilha, as seguintes informações de competência do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde – DENASUS e do Conselho Nacional de Saúde – CNS, relativas ao contrato mantido pela Cruz Vermelha para gerenciamento de serviços no Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, em João Pessoa, Paraíba:

- 1 – O contrato mantido entre a Cruz Vermelha e o Hospital está de acordo com todos os preceitos legais e asseguram o cumprimento do art. 199, § 1º da Constituição Federal que afasta a pos-

sibilidade de que o contrato tenha por objeto o próprio serviço da saúde como um todo?

- 2 – Como o Conselho Nacional de Saúde – CNS ver a questão da terceirização e de ser transferida à Cruz Vermelha toda a execução das atividades de saúde prestadas por um hospital público, no caso, o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena?
- 3 – O Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS tem conhecimento das irregularidades encontradas no Hospital em recente auditoria realizada pela Superintendência Regional do Ministério do Trabalho do Estado da Paraíba?

Justificação

Em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, de 22 de setembro do corrente, para debater as denúncias veiculadas pela mídia nacional sobre terceirizações da Cruz Vermelha e o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, em João Pessoa, o Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 13ª Região, apresentou resultado de auditoria realizada no Hospital, em 01 de setembro do corrente.

Segundo cópia do Ofício nº 203/2011/GAB/PROC/PC, anexo, enviado ao Procurador-Chefe da PRT 13ª Região, as diligências ao Hospital tiveram seguimento na mesma semana em que foram divulgadas, na mídia local (jornal, TV e rádio), diversas irregularidades, dentre outras: superlotação, pacientes atendidos nos corredores, uso de furadeira doméstica em cirurgia de crânio, subtração de macas das viaturas do SAMU, etc.

Diante das preocupações e em face às graves denúncias apresentadas, do clamor social e das notícias divulgadas, é que solicito informações ao Ministro da Saúde com o intuito de preservar o patrimônio público, de fortalecer o Sistema Único de Saúde – SUS e, assim, contribuir para garantir o acesso da população a um atendimento médico e hospitalar eficiente e de qualidade.

Sala das Sessões, – Senador **Vital do Rêgo**.

(À Mesa, para decisão)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.200, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplausos, ao escritor amazonen-

se Francisco Marques de Vasconcelos Filho, pela sua eleição para a Academia Amazonense de Letras, onde ocupará a cadeira nº 40, que tem como patrono o poeta e filólogo Paulino de Brito, bem como seja encaminhado o referido voto no seguinte endereço: SQN 115, Bloco B – Brasília/DF – CEP: 70.772-020.

Justificação

Francisco Marques de Vasconcelos Filho, amazonense de Coari. Fez o curso fundamental em sua cidade natal, transferindo-se para Manaus aos dezesseis anos, onde concluiu o antigo curso secundário no Colégio Estadual

Estadual do Amazonas, antigo Colégio D. Pedro II. Em 1961 formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Amazonas, integrando a Turma Legalidade, designação com a qual se homenageava o movimento cívico que empolgou o país, principalmente a mocidade estudantil, na luta contra o arbítrio que ameaçava a nossa incipiente democracia, na tentativa de impedir a posse do Vice-Presidente constitucionalmente eleito. De registrar que, no mesmo ano de sua formatura (1961), concluía, também, sua segunda gestão na Presidência da União Estadual de Estudante, circunstância que o levou a ser um dos líderes, em Manaus, da mencionada luta pela Legalidade.

Em 1956 ingressou, por concurso público, no Banco do Brasil, instituição a que serviu por mais de três décadas, nela exercendo as mais diversas funções comissionadas, inclusive as Gerências de Parintins e Tefé, em missões extraordinárias. Em 1970 transferiu-se de Manaus para a Direção Geral do Banco em Brasília, exercendo as funções de Assistente Técnico e Chefe de Gabinete da Gerência Regional de Operações da Amazônia (GERAM).

Em 1979, com a criação das Superintendências Regionais de Operações, foi o primeiro Superintendente Regional do Amazonas, com jurisdição até Roraima, função que exerceu até 1985, quando foi rodiziado para exercer idênticas funções na Superintendência do Pará/Amapá até 1987, retornando, então, a Brasília, para chefiar o Gabinete da Vice-Presidente e Operações no País.

Aposentou-se em 1992. Na condição de aposentado, foi convocado para atuar no Serviço Público Federal, tendo exercido as Chefias de Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça, do Ministério da Justiça e da Corregedoria-Geral da Advocacia da União.

Sempre esteve ligado às atividades socioculturais do Amazonas, tendo sido Presidente, também, do Clube da Madrugada (1964/65), instituição considerada um marco histórico nas letras e nas artes amazonenses.

Sócio fundador da UBE Amazonas, publicou as seguintes obras: **O Palhaço e a Rosa** – Contos (1963);

Regime das Águas – Novela amazônica (1985); *Casa Ameaçada* – Memórias (1992); *Coari – Um Retorno às Origens* – Memória (1993); **Meus Barcos de Papel** – Crônicas (1999) e, ultimamente, *O Menino e o Velho* – Crônicas (2008). Em 2010 foi agraciado com a Medalha do Mérito Cultural Péricles Moraes, da Academia Amazonense de Letras, instituição para a qual foi eleito recentemente, devendo tomar posse no próximo dia 30 de setembro, ocupando a Cadeira nº 40, que tem como patrono o poeta e filólogo Paulino de Brito.

Parabéns ao escritor Francisco Vasconcelos pela sua eleição para a Academia Amazonense de Letras!

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará o voto de congratulações solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.201, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, seja apresentado Voto de Aplauso ao ex-presidente da república, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, pelo título de *Doutor Honoris Causa* a ele conferido pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris (*Institut d'Études Politiques de Paris/Sciences Po*).

Justificação

O Instituto de Estudos Políticos de Paris, conhecido popularmente como *Sciences Po*, conferiu este ano o título de Doutor Honoris Causa ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Trata-se da 16ª personalidade e do primeiro latino-americano a receber tal honraria.

A importância desse título não pode ser subestimada. O Instituto de Estudos Políticos de Paris, fundado em 1872, é uma instituição de ensino de altíssimo nível e de enorme prestígio na França e em todo o mundo. Por suas salas passaram inúmeras personalidades da cena política, como Boutros Boutros-Ghali (ex-secretário-geral das Nações Unidas), Pascal Lamy (diretor-geral da Organização Mundial do Comércio-OMC), Lionel Jospin (ex-primeiro ministro da França), Nicolas Sarkozy (presidente da França), Jacques Chirac (ex-presidente francês), entre muitos outros nomes de grande relevo internacional.

O diretor do *Sciences Po*, professor Richard Descoings, afirmou que o ex-presidente brasileiro “mudou a imagem do Brasil” e que foram levados em consideração para a concessão do título os programas sociais

promovidos durante o governo Lula, que se mostraram muito eficientes.

Ovacionado e aplaudido de pé ao longo da cerimônia, o ex-presidente Lula disse, em seu belo discurso de agradecimento, que “este título não é um reconhecimento pessoal, é uma homenagem ao povo brasileiro”. Dessa forma, o ex-presidente Lula reafirmou o seu firme compromisso com a população de seu país.

No nosso entendimento, esse prestigiado prêmio concedido ao ex-presidente Lula, por seu inegável empenho político na eliminação da pobreza, na distribuição de renda e na elevação do protagonismo internacional do País, representa, acima de tudo, um reconhecimento ao novo papel que o Brasil tem no mundo e à experiência exitosa de seu governo, que soube combinar crescimento com repartição de riquezas. De fato, a experiência brasileira recente serve, hoje, de inspiração para um mundo em crise que busca saídas não-ortodoxas para retomar o desenvolvimento.

Embora a concessão de tal honraria não tenha merecido o destaque necessário na mídia nacional, julgamos que o Senado Federal deva manifestar o seu contentamento com um fato que demonstra o crescente prestígio do Brasil no mundo.

Em vista do exposto, instamos os nobres pares a apoiarem esta relevante propositura.

Sala das Sessões, – Senador **Humberto Costa**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.202, DE 2011

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do PLC nº 108/2009, com o PLC nº 296, de 2009, por regularem a mesma matéria.

Justificação

Ambos os Projetos, que hora solicito a tramitação em conjunto, tratam de adiamento de feriados. Um pretende antecipar para segunda feira, e o outro pretende prorrogar para a sexta feira.

Sala das Sessões, – Senador **Flexa Ribeiro**.

(À Mesa, para decisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.203, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 255, inciso II, alínea **c** Item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2011, que Altera a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para extinguir a arrecadação das quotas de Reservas Global de Reversão (RGR)

Sala das Comissões, – Senador **Walter Pinheiro**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.204, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerada licença autorizada, quando estarei ausente dos trabalhos da Casa participando em várias cidades do País dos Seminários Regionais para “Discussão das Propostas de Orçamento da União para 2012 e do Plano plurianual para o período 2012/2015”, conforme dispõe o § 2º do art. 29 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional. Estes seminários serão realizados nas seguintes datas: 26-9, e 4-10.

Sala das Sessões, 28 de setembro de 2011. – Senador **Vital do Rêgo**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.205, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado voto de congratulações à Associação do Ministério Público do Rio de Grande do Sul – AMP/RS, pela passagem dos 70 anos de sua fundação, que ocorrerá no próximo dia 7-10-2011.

A homenagem do Senado Federal deverá ser encaminhada ao Senhor Victor Hugo Palmeiro de Aze

vedo Neto, no seguinte endereço Av. Aureliano Figueiredo Pinto, 502 – CEP 90050-191 – Porto Alegre-RS.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2011. – Senadora **Ana Amélia**, PP/RS.

REQUERIMENTO Nº 1.206, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Massey Ferguson do Brasil S/A pela passagem dos 50 anos de instalação no Brasil, que ocorrerá no próximo dia 6-10-2011.

A homenagem do Senado Federal deverá ser encaminhada ao Senhor André Muller Carioba, no seguinte endereço: Av. Guilherme Schell, 10.260, CEP: 92420-000 – Canoas – RS.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2011. – Senadora **Ana Amélia**, PP/RS.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará os votos de congratulações solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.207, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção nos **Anais do Senado Federal** do editorial “Um Filho Exemplar”, do jornal **O Estado de S. Paulo**, publicado no dia de hoje, abordando a eleição da Deputada Ana Arraes para compor o Tribunal de Contas da União (TCU).

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2011. – Senador **Jarbas Vasconcelos**.

O Estado de S. Paulo

UM FILHO EXEMPLAR

29 de setembro de 2011

À parte a surpresa de 17 senadores terem votado contra a homologação do nome da deputada Ana Arraes, do PSB pernambucano, para uma vaga no Tribunal de Contas da União (TCU), ante 48 a favor e uma abstenção, a ratificação era apenas, como sempre foi, uma formalidade. Aos 64 anos, filha do lendário governador populista Miguel Arraes (1916-2005) e mãe do atual, Eduardo Campos, tendo sido no ano passado a candidata mais votada em seu Estado para a Câmara, ela não vinha propriamente se destacando no exercício do mandato. Quaisquer que sejam os méritos de sua biografia e as qualificações para a função vitalícia

que irá assumir, a sua escolha em votação secreta, prevalecendo sobre quatro outros candidatos - entre eles o ex-presidente da Casa Aldo Rebelo, do PCdoB -, resultou exclusivamente do rolo compressor posto em marcha pelo filho.

Presidente nacional do PSB, reeleito para o governo de Pernambuco com 83% dos votos válidos, Campos vinha já emergindo, aos 46 anos, como o primeiro entre os seus pares da nova geração de políticos brasileiros. “Dudu Beleza”, como os conterrâneos o apelidaram, precisava, no entanto, de uma oportunidade para demonstrar poder e prestígio além dos limites de seu Estado e do Nordeste. A vacância, por aposentadoria do titular, da cadeira do TCU que cabia à Câmara preencher, veio a calhar. Patrocinou o nome da genitora e foi um filho exemplar como articulador político. Mas não um exemplo para o decoro e a integridade das instituições políticas.

Criado como órgão de assessoria e fiscalização da Câmara, o TCU foi no passado um cabide de madeira de lei onde os governantes de turno penduravam as ambições de seus aliados a caminho do fim da carreira. Uma reforma no sistema de nomeação de seus ministros, com a adoção de cotas para o Executivo e para o Legislativo, e a gradativa ampliação dos seus quadros técnicos tornaram o órgão mais matizado, logo menos dependente dos interesses dos padrinhos de seus membros, além de mais apto a identificar irregularidades em obras e serviços contratados pelo governo federal. O prestígio público do Tribunal cresceu com a multiplicação das fraudes reveladas e das recomendações para a suspensão das empreitadas até que os seus vícios fossem sanados. O que, para surpresa de ninguém, levou o então presidente Lula a fazer uma campanha contra o que seria o excessivo rigor das decisões do colegiado. A propósito, também a futura ministra Ana Arraes acha que “é preciso rever essa questão, porque a paralisação (de obras) às vezes sai mais cara do que a continuação com retificação (dos ilícitos apurados)”.

Contrastando com o fortalecimento do caráter republicano da instituição, a operação filial desencadeada por Eduardo Campos - que chegou a se instalar com armas e bagagens em Brasília - foi uma exibição de coronelismo à moda antiga, cultive ele quanto queira o perfil de gestor moderno e político de novos costumes. Ele rodou o País, fazendo saber aos líderes regionais que, já nas eleições municipais do próximo ano, colocará a sua influência a serviço dos candidatos que, direta ou indiretamente, tiverem ajudado a eleger a sua

genitora. Repetiu a dose à exaustão na capital federal. O senador tucano Aécio Neves, que vê em Campos um possível companheiro numa chapa presidencial, engajou-se na campanha de Ana. Assim também o seu sucessor no Executivo de Minas, Antonio Anastasia, e os governadores tucanos de São Paulo, Geraldo Alckmin, e do Paraná, Beto Richa. Sem falar no ex-presidente Lula.

A sua interferência impediu que o comando petista na Câmara ordenasse o fechamento da questão em torno de Aldo Rebelo; o voto da bancada foi liberado. Campos fincou posições também no PMDB, ao prometer o apoio socialista à pretensão do partido do vice Michel Temer de ficar com a presidência da Casa em 2013. O PSB prometeu liberar emendas que dependem do Ministério da Integração Regional, controlado pela legenda. E, para facilitar a vitória da mãe, Campos manobrou para manter na disputa candidatos sem chances. Foi, nas palavras do senador pernambucano Jarbas Vasconcelos, dissidente do PMDB, “um exemplo do vale-tudo na política”.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido nos termos do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011**, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que *acrescenta os incisos XVIII e XIX ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a utilização de recursos da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para pagamento de matrícula e mensalidades em instituições de ensino superior e técnico profissionalizante e dívidas inscritas em cadastros de inadimplentes e dá outras providências*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Ofício nº 119/2011 – GLDBAB

Brasília, 28 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, a Senadora Lídice da Mata, como representante do Bloco de Apoio ao Go-

verno para integrar, na qualidade de suplente a Comissão Parlamentar de Inquérito _ destinada a investigar as irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel de arbitramento de valores de direitos autorais e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98. – Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Será feita a substituição solicitada.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência designa o Senador Randolfe Rodrigues para integrar, como membro suplente, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, nos termos do **Ofício nº 481, de 2011**, da Liderança do PSOL.

É o seguinte o ofício:

Ofício SF/GSMB nº 481/2011

Brasília, DF 28 de setembro de 2011

Assunto: Indicação CDR

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, na qualidade de Líder do Partido Socialista e Liberdade _ PSOL, que indico o Senador Randolfe Rodrigues para ocupar a vaga de suplente na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

Atenciosamente, – Senadora **Marinor Brito**, Líder do PSOL.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência designa o Senador Rodrigo Rollemberg para integrar, como membro suplente, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do **Ofício nº 120, de 2011**, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 120/2011 – GLDBAG

Brasília, 29 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Rodrigo Rollemberg, como membro suplente, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, em

vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo. – Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 3, de 2011**, do Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Vietnã, comunicando a reinstalação do Grupo, bem como a eleição e posse de sua diretoria, em 31 de agosto último.

É o seguinte o ofício:

(*) OF. Nº 003/2011/GP-B R/VN

Brasília, 13 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de informar a Vossa Excelência que foi reinstalado no Congresso Nacional, dia 31 de agosto último, o Grupo Parlamentar Brasil-Vietnã. Na mesma oportunidade, foi eleita e empossada a sua Diretoria, da qual, Vossa Excelência, como Presidente do Senado Federal, faz parte como Presidente de Honra, juntamente com o Presidente da Câmara dos Deputados.

Este Grupo Parlamentar foi criado pela Resolução nº 04/99, de 20 de abril de 1999, da Câmara dos Deputados, fruto do Projeto de Resolução nº 95/96, de autoria do Deputado Aldo Rebelo – PCdoB/SP, com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e da República Socialista do Vietnã. O Grupo é formado por 50 Deputados Federais e 11 Senadores.

Encaminho, em anexo, para os devidos registros, a Ata da Reunião de Reinstalação do Grupo Parlamentar Brasil-Vietnã, a relação dos Parlamentares que o integram, bem como de sua Diretoria, onde tive a satisfação de ver meu nome escolhido por meus pares do Congresso Nacional para, no próximo biênio, presidir este Grupo Parlamentar.

Na certeza de que Vossa Excelência dará o necessário apoio às ações que serão desenvolvidas, em prol da intensificação do relacionamento entre nossos Parlamentos, antecipo agradecimentos.

Respeitosamente, – Deputada **Jô Moraes**, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil – Vietnã.

(*) A Ata a que se refere o ofício encontra-se publicada no presente **Diário**. (vide item 4.1)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB nº 261/2011

Brasília, 29 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência o remanejamento do Senador Luiz Henrique, para a titularidade, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Roberto Requião, passando este para a primeira suplência, respectivamente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, parecer que será lido.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.007, DE 2011

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Emendas nºs 1 a 4, de Plenário, dos Senadores Paulo Paim, Acir Gurgacz e Inácio Arruda apresentadas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010, da Senadora Niúra Demarchi, que susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.

Relator: Senador **Armando Monteiro**

I – Relatório

O Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010, que tem por finalidade sustar os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.

De acordo com o projeto, o SREP registrará as marcações efetuadas pelos empregados, não sendo permitida qualquer ação que o desvirtue, como: restrição de horário para a marcação; marcação automática do ponto com base em horários predeterminados ou contratual; exigência do sistema para sobrejornada ou de qualquer dispositivo que permita a alteração dos dados registrados pelo empregado.

O equipamento a ser utilizado para o registro das marcações é denominado REP – Registrador Eletrônico de Ponto, com a determinação de características fiscais. Assim, é necessário tempo suficiente para o desenvolvimento da tecnologia, fabricação, certificação, homologação, integração com os **softwares** de processamento, treinamento das equipes de campo de todo o Brasil, adequação administrativa dos empregadores e a definitiva implantação.

O REP deverá permanecer no local da prestação do serviço; apresentará horas, minutos e segundos, dispondo de **no break** com autonomia para funcionamento sem energia elétrica; bobina de papel com durabilidade da impressão por 5 anos; MRP – Memória Permanente de Registro de Ponto onde os dados não possam ser apagados ou alterados; MT – Memória de Trabalho, para armazenamento dos dados necessários à operação; porta fiscal para pronta captura dos dados armazenados na MRP pelo Auditor Fiscal, não dependendo da conexão com qualquer outro equipamento externo para a marcação do ponto, atividade interrompida durante a carga ou leitura dos dados armazenados; receberá a identificação do trabalhador, registrará a marcação com data, hora e número sequencial do registro na MRP, imprimindo um comprovante para o trabalhador a cada registro.

A Memória de Trabalho (MT) de cada REP terá dados específicos do empregador, local da prestação do serviço e dados dos funcionários identificados pelo equipamento.

A Memória de Registro do Ponto terá, além dos dados do empregador e do empregado, o histórico das programações, acertos, inclusão e exclusão de dados etc., gravados de forma permanente.

O Registrador Eletrônico de Ponto será certificado por órgão competente e homologado no Ministério do Trabalho e Emprego, possuindo características e dados complementares especificados na Portaria.

O parecer aprovado por esta Comissão, em 24 de agosto de 2011, de autoria do Senador Armando Monteiro, concluiu pela aprovação do PDS nº 593, de 2010.

Em Plenário, foram apresentadas quatro emendas no prazo regimental, a seguir descritas.

A Emenda nº 1, de autoria do Senador Paulo Paim, suprime o art. 1º do projeto, tornando-o sem eficácia.

A Emenda nº 2, de autoria do Senador Acir Gurgacz, altera a redação do artigo 1º do Projeto para sustar os efeitos previstos pelo art. 14 da Portaria nº 1.510, de 2009-MTE, que obriga o fabricante apresentar “Certificado de Conformidade do REP à Legislação” emitido por órgão técnico credenciado e “Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade”.

As Emendas nºs 3 e 4, com o mesmo teor, ambas de autoria do Senador Inácio Arruda, alteram a redação do artigo 1º do Projeto para sustar os efeitos previstos pelo art. 30-A da Portaria nº 1.510, de 2009-MTE, que equipara ao fabricante nacional o importador que legalmente introduzir no Brasil o equipamento REP, excluindo a possibilidade da pessoa natural ser importadora do REP.

A matéria foi distribuída a esta Comissão para análise das emendas de Plenário.

II – Análise

Compete a esta Comissão, nos termos do disposto no inciso I do art. 101, do Regimento Interno do Senado Federal, deliberar sobre a presente proposição em relação à sua juridicidade e constitucionalidade, aspectos que podem estar envolvidos nas emendas analisadas.

As Emendas nºs 1 a 4 não devem ser acolhidas, pois não suprem a inconstitucionalidade da referida Portaria. A exorbitância do poder regulamentar do Ministério do Trabalho, com a imposição de obrigação a terceiro, não será solucionada com a aprovação das emendas apresentadas.

III – Voto

Pelo exposto, opinamos pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1 a 4 apresentadas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010.

Sala da Comissão, 28 de setembro de 2011. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente – Senador **Armando Monteiro**, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: 228 Nº 228 DE 2010

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20/09/2011, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>Senador EUNÍCIO OLIVEIRA</u>	
RELATOR: <u>Senador Romero Jucá</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLYCY
MARTA SUPLYCY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. CLÉSIO ANDRADE
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. LUIZ HENRIQUE
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.007, de 2011**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Emendas nºs 1 a 4, de Plenário, apresentadas ao o Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010, da Senadora Niúra Demarchi, que *susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP*.

Com referência ao Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010, a Presidência esclarece que foram lidos os Requerimentos nºs 1.113 a 1.115; 1.121 e 1.122, de 2011, de audiência da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que serão incluídos em ordem do dia oportunamente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Demóstenes, por favor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero pedir minha inscrição pela Liderança do DEM.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pela Liderança do DEM, V. Exª é o primeiro inscrito, Senador Demóstenes Torres.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg, por cessão da Senadora Lídice da Mata, por dez minutos.

Passo a Presidência à Senadora Ana Amélia.

Por favor, Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, a edição de hoje do **Correio Braziliense** traz uma notícia que a todos surpreendeu, particularmente a Bancada do Distrito Federal no Congresso Nacional. Informa o ilustre periódico que o Banco do Brasil estaria transferindo para São Paulo, à surdina, repartições inteiras e pelo menos dois mil funcionários. Iniciado já em 2010, o pico do movimento coincidiria com as eleições de 2012, concluindo-se em 2014.

A notícia apresenta algumas provas. Alude à aquisição por parte do Banco do Brasil de dois prédios na Avenida Paulista, coração financeiro do Estado, e menciona a transferência efetivada de mais de 200 funcionários.

Quero registrar que, em função dessa notícia, procurei conversar, e conversei, com quatro servidores do Banco do Brasil e com o Presidente do Banco do Brasil. Embora o Presidente tenha negado esse movimento, eu quero registrar que todos os servidores do Banco do Brasil confirmaram essa informação de

esvaziamento do Banco do Brasil no Distrito Federal, referindo-se especificamente ao esvaziamento da Diretoria Internacional, da Diretoria de Mercado de Capitais, da Diretoria de Crédito, bem como da Diretoria de Marketing.

Informa o jornal quais gestores estão em transferência ou foram transferidos. E se refere à Gerência de Agronegócios, Diretoria Comercial, Diretoria de Crédito, Diretoria de Marketing e área de suporte operacional. Declarou um funcionário da instituição, na condição de fonte anônima, que “áreas de interesse social e negocial devem mudar, mas a sede do Banco não sai de Brasília, ela não pode, tem de ficar junto à Capital”.

Essas notícias são alarmantes, nomeadamente pela escala do fenômeno descrito e pela agressão a Brasília. Estamos falando da transferência de dois mil funcionários em dois anos. Corresponde a uma pequena cidade, uma pequena cidade de funcionários estáveis com excelente padrão de renda.

Imagino o impacto que um fato dessa dimensão teria na economia local. Também penso nas suas consequências para Brasília como centro administrativo e político da Nação. A mudança da Capital, concebida por Juscelino Kubitschek para ser gradual e sem traumas, nunca se concluiu efetivamente. Temos repartições inteiras ainda funcionando no Rio de Janeiro. Muitos conhecem o que representam essas operações de ida e vinda em termos de custos financeiros, de ineficiência e de irracionalidade da Administração Pública.

Conjecturo, Srªs e Srs. Senadores, qual a necessidade de um banco estatal, justamente a área mais informatizada da Administração Pública Federal, transferir-se para a proximidade das suas principais áreas de atuação, um dos principais motivos alegados para justificar a movimentação de funcionários? Não seria a Internet o meio mais efetivo de tornar possível a realização de trabalhos simultâneos, integrados e coletivos, anulando a interferência das distâncias espaciais?

Quero registrar que, também por informações de servidores do Banco do Brasil, raramente as reuniões do Conselho Diretor do Banco do Brasil são realizadas em Brasília. Essas reuniões, frequentemente, são realizadas na cidade de São Paulo. Repito, todos os servidores com quem falei, inclusive o Presidente da Associação dos Servidores do Banco do Brasil, confirmaram essa informação, embora tenha sido negada pelo Presidente em conversa telefônica comigo.

Como coordenador da Bancada do Distrito Federal no Congresso Nacional, convoquei a Bancada para uma reunião, que se realizará daqui a alguns minutos, para tomarmos medidas conjuntas para estancar e reverter esse processo, extremamente danoso e desrespeitoso à Capital da República.

Quero registrar também que estou apresentando um requerimento de convite ao Sr. Presidente do Banco do Brasil para que compareça à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto, se possível, com a Comissão de Desenvolvimento Regional, para que possa trazer explicações que possam, efetivamente, clarear, colocar luzes sobre esse processo que, se confirmado, trará prejuízos imensos ao Distrito Federal e significará uma agressão ao fato de Brasília ser a Capital do País.

Daqui a pouco, estaremos reunidos, a Bancada do Distrito Federal, para ver que outras medidas poderemos tomar, porque tenho convicção de que a Presidenta Dilma não permitirá esse esvaziamento do Banco do Brasil no Distrito Federal, que, em última análise, significaria o esvaziamento de Brasília como Capital Federal.

Pretendemos também...

O Sr. Demóstenes Torres (Bloco/DEM – GO) – Permita-me um aparte, Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Ouço V. Ex^a, Senador Demóstenes.

O Sr. Demóstenes Torres (Bloco/DEM – GO) – Senador Rollemberg, V. Ex^a faz um pronunciamento da maior gravidade. Quero dizer que essa transferência não prejudica só Brasília, não; prejudica o Brasil. Ora, todos nós, Parlamentares, nos encontramos aqui, tratamos o interesse dos nossos Estados e aí, de repente, por uma questão burocrática, na melhor das hipóteses! Porque creio até que está havendo um direcionamento para a cidade de São Paulo a fim de que questões políticas menores possam ser resolvidas. Então, quero parabenizar V. Ex^a e me solidarizar, estou nesse movimento capitaneado por V. Ex^a, pois quero também que essas diretorias, a sede, a central, tudo permaneça aqui, porque vai prejudicar grandemente o Brasil. É um caminho inverso ao que fez JK. É um caminho inverso do que está preconizado na Constituição desde o século XIX. Não dá para acreditar que isso está acontecendo. Só acredito porque V. Ex^a é homem da maior credibilidade e tem todo o meu apoio.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, Senador Demóstenes.

Peço a solidariedade de todo o Senado Federal para que possamos efetivamente esclarecer definitivamente essa questão e reverter qualquer tentativa de esvaziamento. Brasília é um investimento nacional. Foi o Brasil que decidiu, a partir de uma decisão do Congresso Nacional, trazer a capital para o interior do País. E é natural que as instituições públicas oficiais, e é lamentável que todas ainda não estejam em Brasília, mas uma como o Banco do Brasil, uma instituição

da mais alta respeitabilidade, esteja neste momento sendo esvaziada, através de suas diretorias, para o Estado de São Paulo.

Quero registrar também que vamos solicitar uma audiência à Ministra Gleisi. Vamos tomar todas as providências que estiverem ao alcance da Bancada do Distrito Federal. Agradeço a solidariedade de Senadores representantes de outras unidades da Federação porque, como muito bem dito aqui, não estamos tratando apenas do interesse do Distrito Federal, estamos tratando do interesse do Brasil, do interesse de uma decisão tomada de construção da Capital.

Quero, finalmente, Sr^a Presidente, antes de encerrar o meu pronunciamento, pedir a V. Ex^a para que conste dos Anais desta Casa o editorial do **Correio Braziliense** de hoje: “Burocracia volta aos anos 1960”. Exatamente uma posição editorial do jornal com a qual concordamos, de que é absolutamente inadmissível qualquer movimento de esvaziamento de Brasília como capital, qualquer movimento de esvaziamento das diretorias do Banco do Brasil aqui no Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Visão do **Correio**

BUROCRACIA VOLTA AOS ANOS 1960

Correio Braziliense – 29-9-2011

A penosa transferência dos servidores públicos para a nova capital da República, em local ermo no Planalto Central do país, obrigou o então presidente Juscelino Kubitschek a oferecer incentivos para quebrar resistências. Além da “dobradinha”, salário em dobro, o servidor ganhava moradia e tinha a mudança custeada pelo Estado. Lá se vão 51 anos, Brasília se firmou como polo irradiador de desenvolvimento, mas a maior parte do funcionalismo continua residindo no Rio de Janeiro. Petrobras, Eletrobras e Furnas têm lá suas principais estruturas. Os ministérios da Fazenda e da Educação, a Previdência Social, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para citar exemplos notórios, mantêm raízes em terras fluminenses. É o Estado voltando as costas para a própria sede.

O absurdo é tamanho que o Rio tem quase o dobro de funcionários federais que a capital federal: cerca de 113 mil contra 61 mil. Agora se sabe que, na surdina, o Banco do Brasil começa a deixar Brasília rumo a São Paulo. Já despachou para lá a Diretoria

Comercial, responsável pelo relacionamento com os grandes clientes pessoas jurídicas, a diretoria de Marketing e a gerência de Agronegócio, além de áreas de interesse social e negocial.

O argumento oficial é a proximidade com o mercado financeiro, uma falácia em tempos de comunicação global on-line. Outro, a redução, com a maior distância física do centro do poder, das interferências políticas. Ora, partes da instituição, quaisquer que sejam, onde quer que estejam, sempre estarão sujeitas à orientação da presidência, mantida no Setor Bancário Sul, a poucos quilômetros da Praça dos Três Poderes. No mais, decretar independência com mudança de endereço soa a galhofa.

Estima-se que 200 funcionários já tenham sido transferidos para São Paulo, dentro de um plano de reestruturação que visa mandar para lá, até 2014, cerca de 2 mil empregados da área meio, não só oriundos do Distrito Federal, mas também de outras regiões do país. A ideia é que um terço de cada diretoria funcione na capital paulista, deslocando-se para o Rio de Janeiro a de Assuntos Internacionais. Sem contar o gasto, que inclui a ocupação de dois prédios na Avenida Paulista, falta lógica à iniciativa. O Banco do Brasil, o nome diz, é nacional – não pode ter melhor localização que no centro geográfico do país, naturalmente que com agências e postos em cada recanto, da Amazônia aos pampas gaúchos, do Pantanal mato-grossense às cidades litorâneas.

Centro das decisões políticas e da burocracia federal, Brasília é uma realidade inescapável. É inacreditável que, passadas mais de cinco décadas desde a inauguração, ainda enfrente resistência de órgãos públicos. Consolidado de direito, o Distrito Federal precisa ser firmado de fato como sede da administração nacional, de modo a facilitar a vida do cidadão. A Esplanada dos Ministérios, sobretudo, mas todo o plano urbanístico setorizado contribui para reduzir os deslocamentos e o tempo gasto na solução de pendências com o Estado nas diversas esferas de poder. Basta de revival dos anos 60.

Durante o discurso do Sr. Rodrigo Rollemberg, a Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Amélia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Rodrigo Rollemberg, além da minha solidariedade pessoal a esta causa, que é mais que justa e já tem o apoio do Senador Demóstenes, também, na forma regimental, será atendida sua solicitação da transcrição nos Anais do editorial do jornal **Correio Braziliense** a respeito do tema abordado por V. Exª.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não, Senador.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria que V. Exª me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Já está inscrito, Senador Geovani Borges, para uma comunicação inadiável.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Agradeço a V. Exª.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Falando pela liderança do Democratas, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) começou em 1998, fazendo o levantamento das unidades de ensino, e, agora, avalia o aluno. No anterior_r, como nesse, os três acabaram reprovados: a escola, o corpo discente e o Enem. O mais recente, de 2010, trouxe o retrato de que o Brasil abandonou o velho 2º Grau, inclusive depois de rebatizado, fotografou uma moldura que circunda aulas desinteressantes, escolas caindo aos pedaços, professores desmotivados e estudantes reduzidos a preparações para se filiar nos propósitos chavistas. A meta oficial é espetar uma estrelinha vermelha no peito de cada um dos 5,4 milhões que lotarão as salas no próximo mês para o Enem 2011.

Vestibular é um modo falho de aferir saber, e, por isso, aplaude-se e se adota o Enem em universidades sérias. O problema é o conteúdo das provas: abaixo da crítica, acima do tolerável. Elas insistem nos erros do vestibular, com o agravante da padronização nacional; equívoco que aparecia na seleção de uma faculdade ganhou amplitude de continente.

Na escala da gravidade dos desacertos, o pior é a doutrinação, e, logo, vem o generalizar da má gestão. As crianças se submetem à Provinha Brasil, no 2º ano de escolarização, e os adolescentes, à Prova Brasil, do 5º ao 9º ano. Quando o cidadão está entrando na juventude, o Governo o cerca com os salamaleques esquerdistas do Enem. Não importa a faixa etária: nos diferentes exames, existe o trabalho sujo de formar consciências sob mando dos burocratas.

Sr. Presidente, o ideal seria que 100% dos estudantes participassem do Exame, mas as seguidas trapalhadas desmoralizaram o Enem em seu período de maior soerguimento. Pouco mais da metade se inscreve, e, em alguns casos, a omissão é deliberada, para evitar que se balize o quadro negro escondido pe-

los boletins no azul. Por não ser obrigatório, o Exame esbarra nessa bagunça. A maioria dos ausentes é de escola pública, dificultando o diagnóstico. O Governo tentou mascarar o horror de outra maneira, supervalorizando a redação, que seus terceirizados corrigem de acordo com as ordens emanadas.

O tema da dissertação de 2010 foi “O trabalho na construção da dignidade humana”, com dois textos-base: “O que é trabalho escravo” e “O futuro do trabalho”. Certamente, quanto mais o examinando deitou falação contra o serviço e sobre o tanto de suor derramado para vencer na vida, maior foi a sua nota. Pelas demais provas, é possível deduzir o que o Enem deseja: basta fazer um panfleto contra a exploração da mais-valia. O truque para inflar os dados das escolas públicas reside também em um detalhe: o que o aluno escreve em até oito linhas vale o mesmo que as 180 questões das quatro provas de múltipla escolha.

Um representante dos colégios particulares tirou exemplo do funcionamento do estratagema do Governo: uma escola pública ficou na posição de nº 571 em Matemática e por causa da redação sobre trabalho escravo subiu para 19º lugar nacional. É ótimo que reconheçam a importância da escrita de punho e da elaboração própria, pois isso certifica a capacidade de inteligência. Porém, quem vai decidir isso é alguém do instituto responsável pela prova, contratado pelo Ministério da Educação, que tem total interesse em revelar que o ensino público vai bem. O tiro saiu pelo lombo de quem mandou dar. Na ressonância magnética realizada pelo Enem, o laudo da educação básica a classifica como péssima, mesmo com a ajudinha sorrateira do Enem. Das 14.247 escolas públicas, 8 amealharam 700 pontos ou mais. Repito: apenas 8 em 14.247 escolas públicas obtiveram da nota 7 para cima.

Foi incrível o descaramento das autoridades que comemoraram uma suposta alta na média do Enem de 2009 para 2010, de 501,58 pontos para 511,21 pontos. O máximo seria mil pontos. Para subir esses meros 2%, apelou-se para uma série de mecanismos, sendo o principal deles o incentivo para que as Instituições de Ensino Superior (IES) colocassem o Enem no lugar do vestibular. Por isso, pululam cursos preparatórios para o Enem. Querem se ver livres do vestibular, repisando os vícios do vestibular. À Prova Brasil e ao Enem, acrescentem-se deslizos colossais, como a propagação de livros pornográficos por bibliotecas dos colégios.

Enfim, é desnecessário ser bom em adição para resolver uma operação simples: a meta maior não é educar, mas é doutrinar; não é convencer o aluno a ler os clássicos, mas a obedecer à cartilha.

Nos cursinhos específicos, professores e aprendizes estão pegando o que chamam de “manha do

Enem”, com os antigos macetes. Isso é o oposto de aprender ensinamento, serve unicamente para alcançar nota no Enem. Eles ouvem os discursos da bancada oficial no Congresso, acompanham os monólogos da Presidenta Dilma Rousseff e as explicações da aparvalhada equipe. Pronto! Estão diplomados em enrolação. Os redatores do Exame são militantes que honram a tradição da turma, a ponto de perguntas e respostas terem a mesma linguagem dos jargões do Governo. O engajamento é tamanho, que, como o último Enem foi gestado ainda sob o Governo Lula, se houvesse prova oral, esta seria aplicada por um sujeito com a língua presa.

O inteiro teor dos testes segue igual diapasão. Os estudantes são treinados a responder o que o Governo quer, pois assim é elaborado o gabarito. Vamos conversar sobre tópicos do Enem de 2010, cujos resultados saíram há duas semanas. Além da redação, foram aplicadas provas de linguagens, códigos e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; e matemática e suas tecnologias.

(Interrupção do som.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, peço-lhe um pouco mais de tempo. Como há poucos Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – V. Exª terá o tempo que desejar. A Presidência assegura a palavra a V. Exª dessa tribuna.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente. Muito obrigado pela tolerância.

A tecnologia que falta na rotina das aulas sobra nos nomes complicados atribuídos às áreas do conhecimento. No geral, os testes mostram que o Enem é usado como concurso ideológico para membros da esquerda festiva. As folhas têm as mesmas questões, mas, para complicar a famosa cola, foram divididas em cores.

A enfocada aqui é a prova amarela do primeiro dia de avaliação. A Questão nº 02 clareia a linha de raciocínio do aluno ideal para o Governo. A página é ilustrada com um gráfico referente a 1998, com 53% do território rural brasileiro dividido em terrenos com mais de mil hectares: 30,5%, de 10 a 100 hectares; 15,2%, de 100 a 1.000 hectares; 1,3%, até 10 hectares. Portanto, não foram contabilizadas as glebas distribuídas nos últimos treze anos, principalmente no período Lula, em que a pressão para atender a companheirada do MST e entidades assemelhadas disparou o preço do alqueire. Com as informações, o avaliador ostenta cinco alternativas nas quais o aluno

deve indicar a que possui “característica da estrutura fundiária brasileira”. Nenhuma delas faz referência à agropecuária, que permite o saldo positivo da balança comercial, uma das dádivas com que o campo brinda seus algozes do Plano Piloto, da Esplanada à Praça dos Três Poderes. Pelo contrário, os produtores são tachados de forma pejorativa, independentemente de qual parêntese vai granjear o “x” ou o quadrinho a ser marcado no cartão.

A opção “E” faz alusão a um sistema de *plantations* modernos – uma variação baseada em latifúndios e mão de obra escrava. O Enem planeja associar alhos com bugalhos, pois a analogia fala por si: não importa o quanto melhorou a vida das pessoas no campo, com tratores de última geração, com GPS, com energia elétrica, pois, se elas laboram em grandes fazendas, elas, automaticamente, entram na lista de remanescentes de escravos ou de escravocratas.

A letra “D” é irônica. A resposta para a indagação “Qual a característica da estrutura fundiária brasileira?” seria “a primazia da agricultura familiar”? Não, os gráficos desenham uma produção de subsistência, sem efeito para superávit. Como desafio à inteligência dos alunos, a questão é ridícula, mas avaliar o desempenho dos estudantes nem sempre é o principal objetivo. O contraste entre o enunciado e a opção poderia despertar aquela revolta tão cara aos movimentos sociais. Tropeçam, ao intentarem um sentimento de indignação do proletariado, que se identificaria com o minifúndio, do chacareiro, do sitiante, do meeiro, um pessoal que transpira junto com a família e não almeja a dó de ninguém, só precisa de estradas boas e financiamento justo.

Quem escolhesse a alternativa “B” apostaria na “existência de poucas terras agricultáveis”, o que é um absurdo, dadas a dimensão continental, a fertilidade do solo e a ainda resistente água doce.

Os produtores que transformaram o Brasil no celeiro do mundo são tratados como réus, o que não é novidade no Enem. A hipótese “A”, apontada como correta, é o mantra de tipos como o incendiário João Pedro Stédile e o presidiário José Rainha. A resposta certa para a pergunta “Qual a característica da estrutura fundiária brasileira?” é “A concentração de terra nas mãos de poucos”. Não é verdade. As características são o avanço na legislação de propriedade e a terra com função social, não importam os metros quadrados. O Governo se abstém de extensão e de pesquisa, mas as empresas do ramo suprem com laboratórios, com técnicos e com experiências.

De um lado, fazendas gigantescas são entregues com critérios questionáveis a quem sabe o que é roça por ter acampado perto de uma. No outro lado, lavou-

ras e carnes estão preenchendo estômagos nos cinco continentes. Depois de fazer muito mal à democracia, de preparar trambiques de norte a sul, de torrar bilhões de reais arrancados dos cofres públicos, o MST está em declínio. Os pequenos lavradores viram que seus líderes não se contentavam em invadir plantação e em roubar dinheiro de convênios – eles estavam invadindo a boa-fé e roubando-lhes o rico dinheirinho destinado à refeição do dia a dia. Rainha está no trono da cadeia por malfetorias desse jaez. Faltam os outros.

A Questão nº 10 traz em sua raiz a pretensão de demonstrar o caráter devastador do capitalismo. Depois de um trecho do livro *Lideranças do Contestado*, filosofa que uma série de empreendimentos chegou à região meio-oeste de Santa Catarina, gerando um impacto social que redundou na Guerra do Contestado. Cabe ao estudante apontar qual mazela do livre mercado desaguou no conflito com armas.

Opção A: afirma que “a absorção dos trabalhadores rurais numa serraria resultou em êxodo rural”. O ser humano busca o melhor. Se a vida no campo naquela região estava ruim, natural migrar para horizonte com melhores chances de ser feliz.

Opção B: “O desemprego gerado pela introdução das novas máquinas, que diminuía a necessidade de mão de obra”. Fechadas as aspas, é a surrada ideologia que pretende restaurar o linotipo, o tear, o martelo e a foice. A tolice de associar maquinaria a corte de vagas é superada pela propaganda do Governo: a tecnologia está nas indústrias e nos campos, e o índice de desemprego é o menor em anos.

Opção C, que o gabarito aponta como correta: diz que o fato gerador da guerra foi a “desorganização econômica tradicional, que sustentava os posseiros e os trabalhadores rurais da região”. Os empresários que ali sentaram praça espalharam ferrovia para o progresso entrar nos trilhos. Provocaram impacto na economia local, como é praxe em quaisquer mudanças de paradigmas, mas, a médio e longo prazos, todos ganham – a região, os investidores e os anfitriões. O propósito do Enem é formar uma geração de conformados, alheios a esforço, descrentes no mérito, à espera do Bolsa Família, sem despertar para a inovação, a criatividade, o empreendedorismo.

Opções D e E: uma equipara os investidores a velhos coronéis engalfinhados em disputa de poder, e a outra sugere uma guerra de classe entre operários e patrões, ligados ao capital internacional, o manjado e retrógrado discurso utilizado tantas vezes por sindicalistas. O examinando conclui que ascensão segura é na militância. Estudar é insuficiente, tem de entrar na ONG, na associação, na Oscip, na organização social, no partido aliado.

A Questão nº 12, Sr. Presidente, abriga a maçara que vou reproduzir como está:

A Inglaterra pedia lucros e recebia lucros. Tudo se transformava em lucro. As cidades tinham sua sujeira lucrativa, suas favelas lucrativas, sua fumaça lucrativa, sua desordem lucrativa, sua ignorância lucrativa, seu desespero lucrativo. As novas fábricas e os novos altos-fornos eram como as pirâmides, mostrando mais a escravidão do homem do que seu poder.

Li o enunciado como o aluno o encontrou no Enem. A pergunta abarca a relação entre os avanços tecnológicos durante a Revolução Industrial Inglesa e as características das cidades fabris do início do século XIX.

A hipótese A poderia ser considerada correta, não fosse o Enem tão direcionado. Ela diz que “a facilidade em estabelecer relações lucrativas transformava as cidades em espaços privilegiados para a livre iniciativa, característica da nova sociedade capitalista”. Extrair lucro do lixo, das favelas e da ignorância não torna o trabalho menos digno. Pela tese esposada, o professor se beneficia da ignorância, o médico se beneficia da doença, o policial se beneficia do crime, o gari se beneficia do lixo. Não há alternativa confirmando que assim se consegue erudição, cura, segurança e limpeza. E é o que ocorre.

A opção D levanta a proposta de que a grandiosidade dos prédios das fábricas revelou os avanços da engenharia e arquitetura do período, tornando as cidades locais de experimentação estética. O que deveria merecer elogio, no Enem é digno de reprimenda. A ideia é imprimir no aluno que o capitalismo é incompatível com a sensibilidade artística.

A alternativa correta, letra E, é o mote do atraso. Vou ler como está na prova: “O alto nível de exploração dos trabalhadores industriais ocasionava o surgimento de aglomerados urbanos marcados por péssimas condições de moradia, saúde e higiene”. Para acertar e exibir boa nota no Enem é vital ratificar a frase, que despeja no desenvolvimento industrial o dolo pelo caos que convive com a prosperidade. E prosperidade à custa de suor, para esses aí dos palácios, é um pecado mortal.

O Enem pisca os dois olhos para o bolivarianismo de Evo Morales e dos *hermanos* latinos. A cegueira histórica, nada mais, justifica a Questão nº 13, que trata da anexação do Acre, desmerecendo o Tratado de Petrópolis, mas vamos retornar para o agronegócio, que os redatores do Enem consideram o vilão do desenvolvimento brasileiro.

Na Questão nº 14, a introdução fala sobre uma manifestação indígena na Avenida Paulista, em São Paulo. O avaliador lança a afirmativa para o estudante

eleger argumento que a corrobore. Vou ler o enunciado: “A questão indígena contemporânea no Brasil evidencia a relação dos usos socioculturais da terra com os atuais problemas socioambientais, caracterizados pelas tensões entre...”. Aí vêm os cinco modelos de abadás, em forma de alternativas, para os alunos saírem apitando e jogando espelinhos nos exterminadores de caiapós, tupis, carajás e tantas outras tribos. O ardil do Enem, Sr. Presidente, impele o incauto a armar seu protesto em defesa das reservas indígenas, dentro do coitadismo institucionalizado, como se índio criasse teia de aranha no cérebro. A outra maneira de fugir é equipar a caravela e deixar o País com vergonha dos seus antepassados exploradores. Vamos às alternativas indignas dos “protetores” indígenas:

Opção E: afirma que o conflito no Cerrado se dá entre o campo e a cidade, fazendo com que as reservas sofram com “invasões urbanas”. Pelo jeito que descrevem, dão a entender que está acontecendo uma guerra entre indígenas e não índios, com flecha voando para todo lado. Eu moro em Goiás e trabalho durante a semana em Brasília, duas unidades da Federação que compõem o Cerrado. Conheço bem as centenas de localidades e jamais vi no bioma megálopo plantada sobre aldeia, prédios substituindo as ocas e essas outras culpas jogadas sobre todos os brasileiros.

Opções D e C: o vilão é o capitalismo, como virou tradição no Enem. O conflito se dá entre os povos indígenas e a cruel elite industrial paulista.

O Enem volta a bater nos produtores rurais, que seriam privilegiados pelo plantio em larga escala do solo em comparação com a brandura destinada ao uso tradicional. Nas entrelinhas, o jeito é deixar a lavoura sob controle dos índios, que eles dão conta de alimentar o Brasil e o mundo. Nem os indígenas saem em público para proferir bobagens assim, a menos que a diretoria da Funai ensaie com eles os termos. Quem acha isso são os que os supõem inválidos, e eles são brasileiros comuns, que sofrem com a demagogia.

Opção B: aponta uma conspiração entre “os grileiros articuladores do agronegócio” para atacar “os povos indígenas pouco articulados”. Não noticia quando foi a última matança de índios por fazendeiros.

Opção A, considerada correta, deixa assim a frase:

A questão indígena contemporânea no Brasil evidencia a relação dos usos socioculturais da terra com os atuais problemas socioambientais, caracterizados pelas tensões entre [...] a expansão territorial do Centro-Oeste e Norte, e as leis de proteção indígena e ambiental.

Não diz um “a” sobre o comércio de madeira, os garimpos, a falta de comida e de remédio.

Os avaliadores entram na Guerra do Paraguai, citando contradições entre dois pesquisadores. O primeiro é Júlio Chiavenato, em um trecho do livro *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. O outro é Francisco Doratioto, na obra *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. A ideia do Enem é cristalizar no imaginário do jovem que Solano López foi vítima da Inglaterra. Conforme documenta Doratioto, López era um ditador sanguinário, cujos inimigos não eram a Coroa britânica ou a Tríplice Aliança, mas a própria covardia.

A Questão nº 23 foi baseada no poema “Perguntas de um trabalhador que lê”, do alemão Bertolt Brecht, um bom poeta, cuja exclusividade é reivindicada pela galera de boina. Depois de apresentar versos censurando a memória construída sobre determinados acontecimentos marcantes, o Enem pergunta a que se refere a crítica de Brecht.

Opção A: considera históricos os autores de feitos heróicos ou grandiosos, que, por isso, mereceriam ficar na lembrança. No entanto, a obra de Brecht é uma ode aos trabalhadores, não trata de quem merece ou não entrar para a história. Por analogia, a intenção do examinador é o estudante questionar: por que celebrar Juscelino Kubitschek se milhares de operários o ajudaram a construir Brasília? Não passou pela cabeça da direção do Enem agradecer a ambos, a JK e a quem pôs a mão na massa.

Opção B: fala que a história deveria se preocupar em memorizar o nome dos reis ou dos governantes das civilizações que se desenvolvem ao longo do tempo. É uma maneira de atirar o jovem contra os administradores, prestem eles ou não. Usando a mesma analogia, companheiros, mandemos ao limbo o Monumento a JK e ergamos no chão desocupado uma estátua aos operários anônimos!

Opção C é a correta no gabarito: afirma que “os grandes monumentos históricos foram construídos por trabalhadores, mas sua memória está vinculada aos governantes das sociedades que os construíram”. A interpretação é repleta de ideologia. A prova do Enem parece gritar: “Companheirada, vamos tirar a sigla JK e os nomes Juscelino e Kubitschek das homenagens e substituí-los pela efígie e o nome do Lula”. Ora, os trabalhadores são, todos, importantes, e eles mesmos se sentem gratificados quando se erige algo em memória de seu líder.

E assim seguem as 180 perguntas e 900 possibilidades de respostas. Tratam de política, de homofobia, de Getúlio Vargas e de uma infinidade de assuntos. Em qualquer tema, em qualquer abordagem, o que

interessa é inculcar as diretrizes da permanência no poder. Para isso, o jovem tem de desconsiderar tudo o que houve no Brasil da era pré-cabralina até 1º de janeiro de 2003, marco zero da era glacial tropical, um tempo infundável de otimismo e repartição de riquezas. Até o momento, as riquezas foram repartidas somente entre o Governo e os banqueiros, mas não custa continuar sonhando.

Gostaria de voltar a discutir o Enem antes de sua edição 2011, nos próximos dias 22 e 23 de outubro. As provas, é óbvio, já foram elaboradas e impressas. Mas é preciso rogar ao Ministério da Educação que atente para os testes. O Enem deve avaliar o nível de conhecimento, não o de militância. A iniciativa do exame é louvável e não pode ser atrapalhada pelo recrutamento de cabos eleitorais em que se transformaram as políticas públicas de Educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. Demóstenes Torres, a Sra. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Convidamos para ocupar a tribuna a Senadora Ana Amélia, como oradora inscrita.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Geovani Borges, nossos colegas Senadores e Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, neste momento, na Câmara Federal, a Frente Parlamentar de Combate à Corrupção está realizando um ato comemorativo ao primeiro ano da Lei da Ficha Limpa.

Considerada um dos principais avanços, Sr. Presidente, e também um dos mais relevantes instrumentos no combate à corrupção política e eleitoral, sobretudo, aprovada no Congresso depois de uma mobilização popular, pressionado o Congresso que foi por esta iniciativa de uma ação popular, a Lei da Ficha Limpa, tão festejada pela sociedade brasileira, corre o risco de não ter nenhuma validade em 2012, quando teremos eleições municipais. A lei ainda não tem garantia de eficácia e de entrada em vigor, porque o Supremo Tribunal Federal ainda precisa julgar se essa lei fere ou não a Constituição.

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral se preocupa muito, porque o Supremo Tribunal Federal está por substituir a vaga deixada pela aposentadoria antecipada da Ministra Ellen Gracie. Coincidentemente, os três nomes para sucedê-la são de três magis-

tradas gaúchas, mulheres de grande competência, respeitabilidade e conhecimento jurídico, que são as Ministras do Tribunal Superior do Trabalho Rosa Maria Weber e Cristina Peduzzi e também a Ministra do STJ Fátima Nancy.

De qualquer modo, aguardamos, com enorme expectativa e até preocupação, a manifestação do Supremo a respeito da Lei da Ficha Limpa, para que a sociedade não saia frustrada desse embate, em que ela foi a protagonista principal, através da ação popular, votada, claro, muito próximo das eleições de 2010, não havendo, naquele momento, nenhuma possibilidade de o Congresso dar as costas ao anseio da população e, sobretudo, do eleitor brasileiro, cansado das tantas mazelas que acompanha na política brasileira.

A Lei da Ficha Limpa impede a candidatura de políticos que já foram condenados em segunda instância, em decisões colegiadas, isto é, quando o réu recorre do resultado do primeiro julgamento da Justiça Estadual ou nos Tribunais de Contas e é condenado por grupos de desembargadores ou de ministros.

Vamos, portanto, aguardar que o Supremo se manifeste o mais rapidamente possível, para que a Lei da Ficha Limpa entre em vigor nas eleições municipais do ano que vem.

Queria aproveitar esta ocasião, Sr. Presidente Geovani Borges, para fazer um comentário a respeito da importância do que foi feito no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, que teve, na manhã de ontem e de hoje, um relevante trabalho prestado em relação à primeira avaliação parlamentar da Copa do Mundo 2014, que contou com a presença de especialistas, tema já abordado ontem pela Senadora Lídice da Mata, mas a que volto hoje, nesta Casa, porque, hoje pela manhã, ouvimos, na presença também do Senador Pedro Taques, com muita atenção, os representantes da Controladoria-Geral da União, do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público Federal.

Nessas exposições, ficou muito claro que, se não houver um rigoroso controle da parte desses órgãos de fiscalização, do próprio Congresso Nacional como órgão fiscalizador das ações do Executivo, os riscos de desvios de recurso público em grande monta irão acontecer.

Alguns dos relatos apresentados na manhã de hoje, nas exposições dos representantes dessas instituições citadas por mim agora, são assombrosos. Digamos, no ícone do futebol brasileiro, o Estádio do Maracanã, a primeira avaliação e vistoria feita pelo Tribunal de Contas da União apontou um sobrepreço na reforma do estádio de quase R\$100 milhões. Quase R\$100 milhões! Mais R\$15 milhões em relação ao

aeroporto e mais R\$45 milhões em relação ao porto marítimo do Rio de Janeiro.

Isso não é tudo, apenas resultado da vistoria do Tribunal. Mas tenho a convicção de que o Governo do Estado do Rio de Janeiro está empenhado em adequar as regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União para evitar qualquer desvio. Tenho certeza também de que os Senadores Marcelo Crivella, Lindbergh Farias e o meu Líder, Francisco Dornellas, também irão colaborar nessa fiscalização e nessa auditoria.

A maior preocupação, hoje, do Ministério Público Federal diz respeito a um preço inaceitável para a cobertura do Estádio do Maracanã, que é muitas vezes maior do que o metro quadrado do mesmo material utilizado em estádios da Ucrânia, por exemplo, como fez referência o representante do Ministério Público Federal e que é exatamente o coordenador das ações de fiscalização do Ministério Público para as obras da Copa 2014.

Esses dados são preliminares e trazem apenas, a nosso ver, a necessidade de um olhar muito atento sobre todas essas obras a fim de evitar que a sociedade brasileira pague uma conta indevida e que o legado de um evento dessa magnitude não seja pelo lado positivo, mas pelo lado exatamente desses desvios e desse descontrole.

Temos a convicção de que o Governo Federal e os governos estaduais, como o do Rio de Janeiro, e o do meu Estado, o Rio Grande do Sul, que também hoje fez uma exposição, estão sintonizados com a necessidade desse rigoroso controle, que será a forma mais justa, mais responsável e mais eticamente comprometida com a lisura de todas as operações. Com isso, essas autoridades poderão dar justificativas à sociedade brasileira.

É também no dia em que se comemora o primeiro ano do Ficha Limpa, que também se insere no âmbito da ética da gestão pública, que devemos ter essas preocupações em relação à Copa de 2014.

Por fim, queria trazer aqui a abordagem de um tema que está preocupando enormemente o meu Estado do Rio Grande do Sul, um Estado exportador. Diz respeito à situação que estamos vivendo no comércio dentro do Mercosul.

Antes disso, no entanto, gostaria de agradecer as providências que o Ministro da Defesa, Celso Amorim, hoje presente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, anunciou junto com o Comando Militar das Forças Armadas, no sentido de manter apoio às barreiras sanitárias, para evitar que o território brasileiro sofra contaminação pela febre aftosa, o que seria um desastre muito grande, um prejuízo

incomensurável a todo o rebanho bovino brasileiro, já que o foco de aftosa foi identificado no Paraguai. Então, todo cuidado é pouco.

De qualquer modo, as próprias autoridades do Ministério da Defesa alertaram para a necessidade de que o governo do Estado do Rio Grande do Sul tenha também, por meio de seus mecanismos de verificação de fronteira, um cuidado mais atento para evitar esse prejuízo que poderia ser causado pela aftosa.

Também o Ministério comandado pelo Deputado Mendes Ribeiro Filho, hoje pela manhã, voltou a tratar do assunto, dada a gravidade do impacto que significaria, porque o Brasil é hoje o maior exportador mundial de carnes, superado apenas pelos Estados Unidos.

Na questão de comércio dentro do Mercosul, Sr. Presidente Geovani Borges, Srs. Senadores, a barreira determinada pela Argentina à entrada de produtos brasileiros causou uma reação entre os que defendem o livre comércio na fronteira, considerada uma manobra desrespeitosa e perigosa até na relação com os vizinhos: trava as importações, causa indignação, por ferir acordos dentro do próprio Mercosul.

O Presidente da Associação de Comércio Exterior Brasileiro, José Augusto de Castro, disse que o Brasil está empurrando a situação com a barriga e temos que torcer para que essa forma de agir não crie oportunidade para que terceiros países ocupem o espaço que o Brasil deveria ocupar na relação com esses mercados.

O Governo parece estar priorizando a diplomacia política em detrimento dos interesses econômicos. Os negócios não devem levar isso em conta. As empresas, quando negociam, contratam e vendem e não estão considerando aspectos políticos apenas, lembra o Presidente José Augusto de Castro, prejudicados que estão. E ele, falando em nome dos exportadores brasileiros, não acredita em uma solução antes do desfecho da eleição presidencial argentina. A retaliação brasileira aos vizinhos é hoje uma necessidade.

A busca de uma solução também move o Presidente da Federação das Indústrias do meu Estado, Heitor Müller. O empresário vai aproveitar a agenda, em Brasília, hoje, marcada a fim de tratar temas ligados às obras de infraestrutura do Estado, para tentar um contato com o Ministro da Indústria, Comércio e Desenvolvimento, Fernando Pimentel, e com o Secretário Executivo da Pasta, o gaúcho Alessandro Teixeira.

O Presidente da Fiergs considera preocupante o montante de 3,3 milhões de calçados que não conseguem embarcar, além de temer uma debandada de investimentos para a Argentina, já sinalizada com a abertura de uma unidade da John Deere, uma monta-

dora de máquinas agrícolas, no país, e com a parceria da Stara, uma empresa gaúcha de máquinas agrícolas com sede em Não-me-Toque, com a argentina Pauny – no caso das máquinas agrícolas.

A mensagem que o Presidente da Fiergs leva aos líderes governamentais sintetiza a reivindicação dos exportadores do meu Estado:

Não há outra forma de lidar com essa questão além de também fechar nossas fronteiras para a entrada de produtos argentinos, porque, dessa forma, no dia seguinte, eles sentem e acertam as contas, havendo um toma lá dá cá no comércio. Parece que essa é a única linguagem que os nossos parceiros entendem.

O Deputado Estadual João Fischer, do meu partido, líder da minha bancada na Assembleia, o Deputado Federal Ronaldo Zulke, que é do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal, e o Coordenador da Bancada Paulo Pimenta também cobram medidas para proteger os setores da economia afetados pelo embargo.

O próprio Parlamento do Mercosul, através de seus representantes gaúchos, Senadores Paulo Paim e Pedro Simon, marcaram sua posição. Estamos juntos nesta causa para defender os interesses dos empregos do nosso Estado, que correm riscos caso essa retaliação ao comércio dos produtos brasileiros persista, medida determinada unilateralmente pelo governo da Argentina.

O Governo está, como disse o Presidente da AEB, empurrando essa questão tão grave com a barriga. Até quando vamos resistir? Bom, isso só o futuro dirá.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Quero dizer à nossa Senadora Ana Amélia que a Mesa está solidária à causa da Bancada do Rio Grande do Sul.

Pela liderança, tem a palavra o Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr. Senador Jayme Campos, Srs. e Srs. Senadores presentes ao plenário, venho aqui para tratar de um assunto um tanto quando dramático.

Poucos dias depois que o Irã libertou dois norte-americanos acusados de espionagem no país, um tribunal iraniano confirmou a acusação de apostasia contra o pastor Yousef Nadarkhani e o sentenciou à morte.

O tribunal da província de Gilan determinou que o pastor devia negar sua fé em Cristo, pois ele vem de uma família de ascendência islâmica. O Supremo Tribunal do Irã disse anteriormente que não deveriam

determinar se o pastor Yousef tinha sido muçulmano ou não em sua conversão. No entanto, os juízes exigiram que ele se retratasse de sua fé em Cristo antes mesmo de terem provas contra ele. Os juízes afirmaram que, embora o julgamento vá contra as atuais leis iranianas e internacionais, era preciso manter a decisão do Tribunal Supremo na província de Qom.

Quando pediram ao pastor que se arrependesse, ele disse que arrependimento significava voltar atrás e que ele não ia fazer isso. E os juízes insistiram para que ele confessasse a religião dos seus antepassados, mas ele respondeu que não podia fazer isso.

O pastor Yousef, que já está preso há uma temporada, conseguiu ver seus filhos pela primeira vez, desde março deste ano. E estava de bom humor e falava de sua enorme vontade de servir à Igreja depois que fosse – caso fosse – liberto da prisão.

Ele enfrentou duas audiências adicionais, anteontem e ontem, com o propósito de o fazerem negar a sua fé cristã. Ele teria três chances para isso. A lei do Sharia condena aqueles que não professam a religião islâmica, sendo eles nacionais, à execução, à morte, à sentença de morte, à pena de morte.

Tecnicamente, não há mais direitos para recursos. E, graças a Deus e graças à oração de muitos cristãos ao redor do mundo, esse assunto está no *site* da Missão Portas Abertas, que tem um trabalho muito relevante em favor dos direitos humanos, sobretudo dos perseguidos por religião, ele não teve a sua sentença de morte decretada, mas continua preso.

Ontem foi a última. Ele tem três audiências para negar a fé ou ser sentenciado à morte.

E eu, então, aqui do plenário, gostaria de pedir aos meus Colegas Senadores que pudéssemos fazer um apelo, em nome da democracia, sobretudo dos direitos humanos, ao governo do Irã para que poupasse a vida desse homem, que é inocente, apenas exerce o seu direito de expressar a sua consciência, a sua liberdade religiosa.

É um apelo que farei aos meus Colegas, para que possamos enviar ao governo, já que a sentença de morte não foi comutada e ele ainda terá um tempo. Na verdade, a informação que nos chega é que os advogados estão pedindo para que troquem a pena de morte por uma “*life sentence*”, quer dizer, uma prisão perpétua, o que para nós também é algo extremamente injusto e desumano.

A Sra. Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Pois não, Senadora Ana Amélia.

A Sra. Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador Crivella, esse é um ato de selvageria, de barbárie ao Estado de direito, às liberdades individuais. É o mínimo

que se pode dizer além de prestar inteiro apoio à manifestação de V. Ex^a. E esta Casa deveria, coletivamente, manifestar-se a favor dessa pessoa que injustamente está sendo condenada e julgada no Irã.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Muito obrigado, Senadora.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Crivella, com a mesma brevidade, porque sei que nesse espaço não é permitido aparte, mas por uma questão de direitos humanos, eu acho que V. Ex^a pode abrir exceção e eu falarei em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Eu vou abrir exceção, mas queria pedir a colaboração dos nobres Colegas, porque o Senador está falando pela liderança. Mas V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e sendo lá do Rio Grande do Sul, o Amapá não pode dizer não para o Rio Grande do Sul.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Muito rápido. Na mesma linha da Senadora Ana Amélia – o Senador Aloysio Nunes também comunga desse ponto de vista – nós queríamos pedir ao Presidente do Senado que remetesse, ainda hoje, pela Internet, se possível, à Embaixada do Irã e ao Irã, uma posição do Senado. Eu me comprometo, já, em nome da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a remeter o documento, ainda hoje à tarde. É inaceitável e increditável que ainda nos dias de hoje, no século XXI, dizerem que alguém vai morrer se não negar a sua fé; vai ser assassinado ou terá prisão perpétua se não negar a sua fé. Meus cumprimentos a V. Ex^a. Em nome da Comissão de Direitos Humanos, tomaremos essa medida, mas o apelo é para que o Presidente Sarney o faça, no mesmo sentido do apelo que fez V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Muito obrigado. Também quero agradecer também ao Senador Aloysio Nunes, que, em nome de São Paulo, se manifestou solidário à causa desse jovem pastor. E também ao Senador Jayme Campos, que está solidário conosco.

Sr. Presidente, muito obrigado pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Senador Crivella, o Amapá também.

Concedo a palavra ao Senador...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, com a palavra V. Ex^a.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu queria apenas saudar os visitantes gaúchos que estão aqui no Senado fazendo uma visita às dependências da Casa acompanhando o trabalho dos Senadores, não ape-

nas dos contrerrôneos gaúchos, mas também de todos os Senadores que nesta Casa estão representando a República, porque aqui estão todos os Estados representados.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – A Mesa se associa às palavras da Senadora Ana Amélia e do Senador Paulo Paim.

Bem-vindos à Casa os colegas do Rio Grande do Sul.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos como orador inscrito. V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, eu quero também me associar às palavras da Senadora Ana Amélia, que hoje externou, há pouco, a sua preocupação em relação à questão da febre aftosa do Paraguai, que poderia chegar ao território brasileiro.

De fato, ela tem toda razão e nós temos que usar todos os mecanismos possíveis para evitarmos que a febre aftosa possa adentrar em território brasileiro. Já estamos tendo sérios prejuízos, neste ano de 2011, diante do descredenciamento de vários frigoríficos brasileiros para a exportação, sobretudo para a Comunidade Europeia.

Por isso, eu quero aqui, Senadora Ana Amélia, dizer a V. Ex^a que tem o nosso apoio, sobretudo a certeza de que o Governo brasileiro vai tomar as devidas providências, para que nós não tomemos esse prejuízo que, lamentavelmente, já aconteceu no passado. Isso nos causa muita preocupação. E espero que não só o Ministério da Defesa, mas, sobretudo, o Ministério da Agricultura e o Departamento de Defesa Animal possam fechar as barreiras entre o Estado brasileiro e o Estado paraguaio.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz hoje aqui a esta tribuna, Senador Paulo Paim, é para falar que quando um jovem tomba vítima da violência todos nós lamentamos profundamente. Quando este mesmo jovem é assassinado por motivo fútil, nossas lamentações transformam-se em indignação. Mas quando este jovem, indefeso, é espancado até a morte – e uma das motivações para esse ato criminoso pode ser o racismo – aí precisamos reagir. Precisamos converter nossa revolta pessoal numa reação política contra a intolerância, o preconceito e a banalização da vida humana.

Pois bem, na semana passada, o estudante Toni Bernardo da Silva, de 27 anos, cidadão de Guiné-Bissau que cursava Economia na Universidade Federal

de Mato Grosso, beneficiado por um acordo entre o Brasil e aquele país africano, foi barbaramente assassinado em um restaurante de Cuiabá. Os motivos para tal crime, segundo testemunha, foram torpes e cruéis: apenas um esbarrão.

Mas, como infelizmente a crônica policial está repleta desse tipo de ocorrência, essa morte não teria maiores repercussões se não fosse a vítima um aluno estrangeiro estudando em uma instituição federal brasileira. Acontece que além do crime em si, essa ocorrência gerou um impasse diplomático, pois Toni Bernardo já havia se desligado da Universidade Federal e estava em situação irregular em nosso País.

Embora o intercâmbio educacional entre Brasil e a Guiné-Bissau esteja em plena vigência, alguns estudantes daquela nação podem estar com seus papéis vencidos em nossa comunidade, como era o caso do próprio Toni. Alguns se afastaram de seus cursos, outros estão trabalhando ou até concluíram suas graduações.

Esta situação levou a Embaixadora de Guiné-Bissau, Eugênia Pereira Saldanha Araújo, a pedir ajuda das autoridades nacionais, no sentido da elaboração de um inventário da situação dos estudantes guineenses no Brasil. Segundo informou, existem atualmente 1.500 jovens compatriotas cursando universidades públicas em nosso País. E o controle sobre as atividades sociais, funcionais e educativas destes estudantes é falho e sem critérios.

A Embaixadora traça um retrato preocupante da condição de vida dos estudantes estrangeiros em nosso País: sem amparo institucional, sem acompanhamento psicossocial e sem garantias de um sustento digno. Pois, conforme relatos, Toni vivia nas ruas de Cuiabá de pequenos bicos e até da coleta de donativos.

Não só o Brasil, mas os países de origem destes jovens têm a obrigação de prover-lhes os meios para sobreviverem com decência e dignidade.

Neste sentido, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou encaminhando à Mesa Diretora do Senado proposta para a criação de um portal na Internet com um cadastro geral dos estudantes estrangeiros no País. Este *site*, a ser gerenciado pelo Ministério da Educação com o apoio do Ministério das Relações Exteriores e da Polícia Federal, destinar-se-ia a postar o nome, a fotografia, o endereço, a instituição em que estuda e um breve histórico de cada aluno.

Não se trata, obviamente, Senador Paulo Paim, de bisbilhotagem na vida desses jovens, mas da construção de uma ferramenta que possa ser útil no apoio às carências e às dificuldades desses visitantes em nosso País. Temos de fazer o possível para que a sua estada em nosso solo seja produtiva e que eles

possam levar do Brasil as mais profícuas lembranças, estreitando os nossos laços fronteiriços com seus Estados de origem.

O cadastro geral do estudante estrangeiro será uma garantia de paz e tranquilidade para esses jovens, e o portal que ora proponho se tornará um mecanismo de maior interação de conhecimento da saga desses abnegados estudantes, nossos irmãos por adoção, que deixaram suas pátrias e enxergaram em nossa cultura, em nossa sociedade uma via para o futuro. O protagonismo internacional que o Brasil tanto almeja se fará, sim, distribuindo saber e oportunidades aos povos irmãos.

Portanto, Senador Paulo Paim, V. Ex^a deve ter tido conhecimento de uma visita que recebi do estudante da Guiné e também de um repórter jornalista chamado João Negrão, de Mato Grosso. Eu recomendei a ele que procurasse V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, para que nós pudéssemos tomar as devidas providências diante do fato que aconteceu – eu entendo – da maior gravidade e merecedor da maior apuração que nós temos que fazer.

Este fato aconteceu em meu Estado, lamentavelmente. Todavia, eu acho que é um assunto tão importante, que teria que ter a intervenção da Comissão de Direitos Humanos. O que se percebe com clara evidência é que esse jovem foi a óbito por força, talvez, do racismo, da discriminação. Tudo leva a crer. Não é possível matar um cidadão, um jovem daqueles, por apenas um esbarrão dentro do um restaurante de uma cidade.

Vivemos um novo momento, vivemos no século 21, e eu quero aqui, desta tribuna, reiterar, em nome desses estudantes, que cursam em nosso Estado brasileiro – e não só da Guiné, mas de outros países – que a Comissão de Direitos Humanos faça alguma coisa, sobretudo V. Ex^a, que tem conduzido de forma invejável esta Comissão e participa de outras Comissões de forma igualmente invejável. Que possamos aqui – se for o caso, como membro também daquela Comissão – convidar o próprio Secretário de Segurança Pública de Mato Grosso e o comandante da PM daquele Estado para prestarem esclarecimentos, sobretudo das providências que estão sendo tomadas, até para que não fique mais um caso impune, ou seja, que se perde no meio da burocracia, muitas vezes da falta de vontade. V. Ex^a, como Presidente desta Comissão tem muito a fazer diante desse fato que aconteceu lá em Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, se me permite, antes de V. Ex^a terminar, quero primeiro cumprimentar V. Ex^a pela solidariedade, pela coragem, pela ousa-

dia. Porque, muitas vezes, em situações como essa de conflito entre um cidadão discriminado, que foi o caso desse jovem negro africano, da Guiné, as pessoas se omitem.

V. Ex^a, como uma liderança do seu Estado, como ex-Governador, como Senador da República, não fez de conta que não era nada consigo. Veio à tribuna, pediu que esse jornalista viesse conversar comigo, nós tomamos uma série de providências na linha que ele orientou. Não tínhamos – mas acho a ideia do observatório excelente – pensado numa audiência pública. Eu mandei uma série de requerimentos, ofícios, para saber da investigação do caso: como está; o que aconteceu; como foi e o que está sendo feito para punir os assassinos. Porque foi um assassinato covarde.

Só posso cumprimentar V. Ex^a, que tem uma posição muito clara. Por isso que é Presidente, inclusive, da Comissão de Assuntos Sociais. Seja branco, seja negro, seja índio, seja mestiço, seja quem for, V. Ex^a é do lado da igualdade e de direitos iguais para todos.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

É o mínimo que posso fazer, não apenas como Senador, mas como ser humano, como cristão. Acima de tudo, queremos um País que respeite todos aqueles que certamente não só sejam brasileiros, mas que estão aqui, à procura, certamente, de uma perspectiva melhor de vida.

De tal maneira que V. Ex^a – como bem disse e o cumprimento por isso – já fez os requerimentos necessários encaminhados aos órgãos competentes de Mato Grosso, mas acho que não há nenhum impeditivo legal, de forma regimental, constitucional. Se for o caso, se as informações que V. Ex^a receber não forem satisfatórias, não vejo nenhuma dificuldade em termos aqui uma audiência pública particularmente e especificamente neste caso.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Durante o discurso do Sr. Jayme Campos, o Sr. Geovani Borges deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos a V. Ex^a.

V. Ex^a será atendido na Comissão de Direitos Humanos. É importante levarmos para frente a ideia do observatório.

Parabéns a V. Ex^a.

Passamos a palavra ao Senador Geovani Borges, para uma comunicação inadiável. Como Líder, falará depois o Senador Alvaro Dias.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos quase encerrando e cumprindo o nosso propósito com dignidade nesta Casa e estamos apresentando ao povo do Amapá a mensagem que sintetiza nossos sentimentos neste momento. É o que divido agora com os Srs. Senadores e Senadoras e com nossos queridos telespectadores e ouvintes da TV e da Rádio Senado.

São sentimentos, todos eles, de profundo amor, respeito e gratidão ao povo do Amapá nas diferentes etapas de vida em que atuei como Vereador, Prefeito, Deputado Federal, Constituinte e, finalmente, Senador da República.

Entre outras lembranças queridas, guardo o registro de ter sido o autor do projeto de lei que criou a universidade federal do meu querido Estado do Amapá; projeto esse aprovado tanto na Câmara quanto no Senado e, posteriormente, sancionado pelo nosso querido Presidente, Senador José Sarney – Senador também pelo meu Estado.

A sociedade brasileira disse o que queria quando apresentou o projeto de iniciativa popular da Lei da Ficha Limpa. Parte dos integrantes da Corte máxima do nosso País não entendeu o recado e, contrariando a vontade do povo, tirou do cenário político, circunstancialmente, meu irmão Gilvam Borges. Assumi, então, o mandato de Senador em seu lugar, enquanto ele persistiu lutando pela preservação da verdade. Recebi a missão com grandeza de alma e sabendo que este mandato, embora passageiro e em suplência, precisava ser cumprido com absoluta honradez e empenho, e assim tivemos a oportunidade de subir a esta tribuna honrosa e poder compartilhar e usufruir da sabedoria e dos ensinamentos de tantos brilhantes oradores que aqui se pronunciam, Senador Aloysio.

Aproveitei para aprender, mas aproveitei também para deixar o nosso recado. Assim, aqui, falamos um pouco de cada coisa que afeta o dia a dia e o bem-estar do povo do meu Estado, do povo amapaense, do nosso povo brasileiro. Falamos de nossa luta em favor dos professores, da classe médica, da Justiça itinerante, da assistência social, dos servidores e usuários do transporte público. Falamos de políticas públicas, dos acertos do Governo Federal com o entusiasmo de quem deseja colaborar, mas com a franqueza de quem também precisa apontar os equívocos.

Ouvimos nossas bases políticas, as mães de família, os jovens, os homens e mulheres que inteiram as forças de segurança do nosso Estado. Ouvimos as lideranças religiosas, indígenas e os que carregam com orgulho a bandeira da cultura e da valorização histó-

rica do Amapá. Estivemos solidários com a angústia dos desempregados e dos empresários que querem e que precisam apostar na geração de empregos, mas, para isso, precisam de infraestrutura, financiamento, amparo legal. Preocupamo-nos em dar a cada segmento uma resposta de atenção e mostrar que aqui havia um Parlamentar atento e pronto para servir, mesmo na condição de suplência.

Conquistamos, nesta Casa, novos amigos, incomodamos os que não trilham o caminho do bem, mantivemos o diálogo franco e a cabeça erguida de quem sabia que estava recebendo uma missão e precisava cumpri-la com dignidade e dinamismo.

Cícera, Senador Aloysio, de São Paulo, que sempre foi uma referência muito especial e que está nos assistindo novamente neste instante, a nossa mãe, e Miguel, nosso pai, sempre nos fizeram trilhar pelo caminho da humildade e da esperança. Assim, estamos praticamente encerrando esta etapa com a humildade de quem recebeu um legado e com a esperança de poder continuar servindo a gente amiga e trabalhadora do Amapá.

A verdade pode ser contada de várias maneiras, mas ela sempre será uma só. E esta história, única e verdadeira, estamos contando ao povo desta tribuna.

Não posso deixar de registrar aqui meu carinho e respeito aos enfrentamentos do meu irmão, Senador Gilvam Borges, que já caminhou por todo o Amapá e que tem o Amapá, todo ele, caminhando dentro do seu coração.

O Gilvam, vocês sabem, tem aquele jeito simples da nossa gente, e sua força e motivação vêm justamente dos hábitos simples, da alegria simples e inocente do nosso povo. Por isso, ele se orgulha tanto das nossas tradições, das nossas lendas, da nossa mata ainda tão preservada, das nossas riquezas minerais, das lutas empreendidas pela consolidação do nosso território. A alma do Gilvam se entristece quando o Poder Público ignora as demandas do nosso povo e se enche de festa ao ver que cada conquista, ainda que pequena, é tão louvada e tão bem recebida na mais próxima ou na mais distante das nossas comunidades.

Esses são os sentimentos que têm movido as ações políticas da nossa família, sem revanchismos e sem ódios, Senador Paulo Paim.

Mesmo agora, quando estamos prestes a deixar o Legislativo, nós o fazemos com o coração atento às lições do passado, mas com o olhar fixo no amanhã e nos desafios que ainda teremos pela frente. Fechamos a porta de um gabinete que sempre esteve verdadeiramente aberto para cada vereador, prefeito, deputado, senador, governador, que ali nos procurou

para falar em nome do povo, e que também sempre esteve aberto para o povo – para crianças, jovens, homens e mulheres – que, em visita à Capital do País, subiam ao 18º andar para levar seu pedido, tirar uma foto, mostrar sua presença na representação política da terra tucuju, a ponto de o nosso gabinete receber carinhosamente o apelido de Embaixada do Amapá, sempre como coordenador da bancada política, mas sem jamais perder a noção de que o povo é o verdadeiro mandatário deste mandato.

Três legislaturas o Senador Gilvam Borges teve nesta Casa. Foi proclamado eleito, foi diplomado, foi empossado como Senador e vai se levantar, daqui a alguns dias, desta cadeira, sem ter cometido um único ato ilícito. Saiu sabendo que o anseio popular pelo instituto da ficha limpa foi ignorado. Mas ele sempre me diz: “Geovani, meus amigos, é bom demais, mas é bom demais ser ficha limpa”.

E, em nome dele, agradecemos a Deus pela vida simples que levamos, pelos hábitos simples que cultivamos, pelas gentes simples que nos cercam.

Gilvam Borges não vai parar. Sua caminhada prossegue, sua bandeira é a do bem-estar do povo amapaense, sua luta continua sendo a do reconhecimento dos potenciais do nosso Estado, seu empenho é para que o Brasil nos veja da altura que temos. Em terras extremadas, sim; distantes, sim; imensas, sim. Mas todas condensadas no coração delicado e amoroso do chamado Amapá.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Geovani Borges, pelo seu pronunciamento. Sei que isso não é uma despedida, mas levanta um pouco do trabalho que S. Ex^a fez aqui neste período no Senado, na certeza de que outros trabalhos virão.

Parabéns a V. Ex^a!

Passaremos, de imediato, a palavra, por permuta com a Senadora Marinor Brito, ao Senador Aloysio Nunes, do PSDB de São Paulo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras.

Em primeiro lugar quero lhe dizer, meu caro colega Geovani Borges, que o senhor deu bem o seu recado, honrou o mandato, representou bem seu povo, deixou testemunho de um homem de boa convivência, de espírito público e que fará falta nesta Casa.

A Sra. Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Apoiado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ouço aqui o apoiado da nossa querida colega, Senadora Ana Amélia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, apresentei, há alguns dias, um projeto de lei elaborado a quatro mãos com o Senador Cristovam Buarque, amigo meu de tantas e tantas décadas, é o PLS 549, de 2001. Esse Projeto de Lei visa a colocar mais um componente e espero que seja um componente pacificador na polêmica que hoje vem dilacerando a nossa Federação, extremando as posições dos governadores, dos Parlamentares, em relação ao destino a ser dado aos rendimentos, aos *royalties*, participações especiais da exploração do petróleo e do gás. O Senador Cristovam, aqui desta tribuna, evocou um momento da história econômica do nosso País e do mundo, o período em que o Brasil exportou mais de mil toneladas de ouro para Lisboa, entre 1769 e 1822. Mais de mil toneladas de ouro!

Aliás, na obra de Karl Marx, *O Capital*, existe um capítulo sobre a acumulação primitiva do capital em que ele conta a história do início, da expansão extraordinária do capitalismo da Inglaterra no século XVIII. Um dos fatores que ele aponta como responsável por essa expansão do capitalismo foi exatamente o ouro brasileiro, que aumentou de forma dramática o volume de metal em circulação. Dinheiro circulando, criatividade, operosidade dos ingleses, o resultado foi a Revolução Industrial. Esse dinheiro foi para Portugal, o Brasil era colônia de Portugal, e o que sobrou dele. Em valores atuais, Senador Moka, seria algo equivalente a US\$53 bilhões. O que sobrou? Sobraram alguns altares ricamente decorados nas igrejas portuguesas, sobrou a belíssima biblioteca da Universidade de Coimbra, algumas construções suntuosas, mas o resto se foi. O dinheiro foi exportado para a Inglaterra, Portugal comprava produtos industriais da Inglaterra e não ficou nada. O Brasil era colônia, não tinha voz ativa sobre o seu destino. De modo que fomos vítimas do comportamento da metrópole. O fato é que, há coisa de duzentos, trezentos anos, tiramos a sorte grande, encontramos as minas de ouro.

Nós estamos, hoje, tirando, pela segunda vez, uma sorte grande, que é a descoberta do imenso potencial de petróleo e gás na nossa plataforma continental e além, nas reservas do pré-sal. Será que nós vamos novamente viver uma situação como esta? Vamos deixar que essa riqueza vá se embora, seja consumida em gastos de curto prazo e que não fique nada para o futuro?

O petróleo é uma riqueza não renovável. Ela se esgota. No momento, tem um valor enorme, mas, quem sabe se esse valor vai se manter tão elevado no

futuro? Quem sabe qual é o ritmo da exploração que as empresas petrolíferas vão dar às suas atividades? Pode ser que, em determinado momento, reduzam a produção, até como medida de proteção dos seus preços. E, se os preços caírem, talvez os custos necessários à exploração do petróleo se tornem de tal maneira proibitivos que nem valha a pena retirá-los. E mais: há uma pesquisa constante de fontes alternativas de energia renovável – e o Brasil tem a vantagem extraordinária de ter desenvolvido a energia a partir do etanol – que pode ser que essa riqueza se esgote antes do tempo. Daí a nossa preocupação, Sr. Presidente: transformar essa riqueza, que é não renovável, em uma riqueza perene.

Senador Paim, vamos tomar como exemplo alguém que ganha na loteria, em dois comportamentos possíveis: recebe o dinheiro, vai à Caixa Econômica, pega a bolada do grande prêmio e gasta-a em pouco tempo; não sobra nada, a não ser uma lembrança de tempos de prosperidade. Mas há também outro comportamento possível: esse cidadão que ganha na loteria acumula esse dinheiro, aplica em uma poupança, em um fundo, para render e usa apenas o rendimento desse fundo. Para quê? Para coisas que são importantes para o seu futuro e para o futuro da sua família, especialmente para a educação dos seus filhos.

Quantas não são as famílias brasileiras que têm alguma folga no seu orçamento e que destinam essa folga para formar um fundo, que, no futuro, irá custear a educação dos seus filhos? Pois é isso que nós pretendemos com o projeto que apresentamos, meus caros colegas.

O nosso objetivo é fazer com que os rendimentos da exploração do petróleo e do gás venham a constituir um fundo que permanecerá intocado. Melhor dizendo: ele será aplicado e os seus rendimentos, sim, serão utilizados. Não se mexerá no principal. Trata-se de perenizar essa riqueza. Só se vai mexer, nós só gastaremos o rendimento do fundo e, ainda assim, de uma forma paulatina, progressiva. No primeiro ano, nada; mas, a partir do segundo ano, progressivamente, vai-se poder gastar o rendimento do fundo. O rendimento, sem mexer no principal. O rendimento das aplicações financeiras. E gastar em quê? Gastar no futuro, Senador Moka, gastar na educação básica, que, pela lei do Fundeb, compreende desde o ensino infantil, onde há uma enorme carência no Brasil, uma enorme carência, até o ensino médio.

Gastaremos esse recurso, investiremos esse recurso no futuro: 80% dos rendimentos do fundo serão destinados aos Estados e Municípios, na proporção de alunos matriculados na sua rede escolar, e uma parte desse recurso será destinada, adicionalmente,

aos Estados e Municípios cuja rede escolar apresente melhor desempenho. Poderá ser gasto na capacitação de professores, na formação de bibliotecas, na utilização de meios eletrônicos para transmissão de conhecimento, na construção de infraestrutura escolar, no pagamento de salários de professores, na ampliação da rede física.

Agora, outros 20% vão ser dedicados à ciência e tecnologia, à inovação.

Todos conhecem a história do grande líder chinês Deng Xiaoping e admiramos a enorme expansão econômica da China, que está prestes a se tornar a grande potência, a primeira potência econômica do mundo.

Pois bem, a China conheceu um período de enorme perturbação, a chamada Revolução Cultural. Dez anos: de 1966 a 1976. Durante esse período, Deng Xiaoping foi destituído da liderança do Partido Comunista chinês. Foi encarcerado, perdeu todos os cargos do partido, seu filho foi preso, mutilado na prisão. Quando Deng Xiaoping, ao final da chamada Revolução Cultural, é reabilitado e é reconduzido ao posto de comando no mais alto nível do governo, ele podia escolher qualquer que fosse o campo de atuação para se dedicar. Sabem o que ele escolheu? Educação e ciência e tecnologia. Isso foi a chave do grande desenvolvimento que a economia chinesa conheceu.

Dou o aparte a V. Ex^a logo em seguida, minha querida amiga, Senadora Ana Amélia.

Então, o nosso objetivo é esse.

Agora, evidentemente, os Estados produtores já têm os recursos do petróleo incorporados aos seus orçamentos: o Estado do Rio de Janeiro, o Estado do Espírito Santo e outros Estados que tenham hoje uma pequena participação; não se mexerá nisso, continuarão podendo dar o destino que dão hoje a essa renda. Mas o que for adicionando a partir dos novos contratos terá de ser gasto necessariamente segundo esse critério: educação e ciência e tecnologia.

E os Estados não produtores, meu caro Senador Moka, minha cara Senadora Ana Amélia? Passarão a receber, mas receberão na medida em que tenham alunos matriculados nas escolas, na proporção de matrículas de alunos na sua rede, desde a pré-escola, a creche, até o final do ensino médio. Assim, por exemplo, o seu Estado, meu caro amigo Senador Moka, apenas para dar alguns exemplos, se V. Ex^a me permite: Mato Grosso do Sul, hoje, não recebe nada. Em 2015, segundo o número de alunos matriculados hoje, utilizando-me de projeção feita pela nossa equipe, receberá, em 2015, R\$500 milhões. Não é pouca coisa. O Estado do Rio Grande do Sul, Senador Paim, Senadora Ana Amélia, hoje, R\$900

milhões; em 2015, R\$1,4 bilhão; em 2020, R\$1,9 bilhão. Para quê? Para a educação.

Este é o nosso objetivo: transformar uma riqueza perene em conhecimento àquilo que é hoje algo que é mais do que uma esperança, mas a esperança de uma riqueza transitória.

Ouç o aparte de V. Ex^a nobre Senadora Ana Amélia.

A Sra. Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Aloysio Nunes Ferreira, é sempre um aprendizado ouvi-lo da tribuna. Tive o privilégio de conversar com Deng Xiaoping.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ah!

A Sra. Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Isso mesmo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Um privilégio realmente.

A Sra. Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Um privilégio. É por isso que eu digo “um privilégio”. Talvez este século não seja ainda suficiente para avaliar o papel que esse grande líder estadista teve e tem nos destinos da China. Um homem que, com a sua simplicidade, até dizia: “Não importa que o gato seja preto ou pardo; importa que ele cace o rato”.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Cace ratos.

A Sra. Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – É o seu pragmatismo. E às vezes faltam a simplicidade e a visão que teve o estadista Deng Xiaoping não só na abertura do país ao mundo e à globalização – hoje, a fábrica do mundo é a China –, mas também nessa visão de educação e tecnologia. O Senador Cristovam Buarque, quando subiu a essa tribuna para falar do mesmo tema, usou o exemplo. E nós, brasileiros, que somos muito perdulários... O senhor foi tão feliz quanto ele em aplicar o exemplo da loteria, de dois comportamentos: o que ganha e gasta tudo que recebeu e aquele que tem a prudência de guardar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É o exemplo da cigarra e da formiga também.

A Sra. Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Isso serve muito bem para a compreensão do cidadão comum, na média. Todos nós, imediatamente, quando esse exemplo vem, entendemos. Mas eu gostaria também de ressaltar, Senador Aloysio Nunes Ferreira, que todo esse debate e essa alternativa criativa que V. Ex^a, com o Senador Cristovam, apresentam ao País, não só ao Senado, da aplicação desse recurso, se não tivesse nascido essa discussão em torno dos *royalties* do pré-sal de uma emenda de um ex-deputado do meu Estado do Rio Grande do Sul, Deputado Ibsen Pinheiro... A partir daí, discute-se essa questão e hoje a Casa está

totalmente envolvida no debate, que abrange questões federativas, questões institucionais. E é oportuno que V. Ex^a, com o Senador Cristovam, tenham trazido essa sugestão tão criativa, para aplicar naquilo que o Brasil mais precisa hoje, em todos os níveis, mas especialmente na educação básica. Estivemos em Harvard, recentemente... Desculpe estar ocupando...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, é um prazer ouvi-la.

A Sra. Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Estivemos em um seminário, em Harvard, discutindo exatamente o Brasil do próximo século. E o ponto crucial: educação, em que nós estamos falhando muito. Então, ela tem esse mérito, além de outros, de estar focando numa questão fundamental. E de um fundo que, claro, eu tenho curiosidade de saber como vai ser gerido, quem vai cuidar desse fundo, para evitar que ele sirva, às vezes, de um aparelhamento, como estamos vendo, em alguns setores, o desvirtuamento de uma ideia tão genuinamente, digamos, brasileira, dentro de prioridades nacionais: educação e tecnologia. Muito obrigada. Desculpe-me por ter sido extenso este aparte.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agradeço imensamente o aparte, Senadora. V. Ex^a evoca, com muita razão, a Emenda Ibsen Pinheiro e Pedro Simon. Eu não quero entrar nessa discussão. Evidentemente, os Estados e Municípios não produtores têm todo o direito de participar – vejo aqui o Senador Wellington Dias, que é um dos maiores articuladores deste entendimento – e a legitimidade de pleitear participação nisso, que é uma riqueza do País. Não é uma riqueza da União, é do País.

O que estamos propondo, sem mexer no que hoje os Estados recebem, é estabelecer um critério para destinação e para o dispêndio daquilo que for entrar a partir dos novos contratos. Onde quer que se vá, Senador Lobão, e se construir uma creche ou uma pré-escola, na cidade grande, na metrópole de São Paulo, em São Luís do Maranhão, no interior do Mato Grosso do Sul, imediatamente, aparecerá demanda. É como traçar uma linha de metrô em São Paulo, sem se preocupar se haverá demanda ou não, porque a demanda aparecerá. Demanda por qualidade de ensino é sempre necessária e importante. O que estamos propondo é que esse recurso, evidentemente, vá para todos os Estados e Municípios, mas que ele seja gerido de tal forma que não desapareça.

Já temos, na lei que está em vigor, a criação de um fundo social. É uma ideia positiva e importante do Presidente Lula, mas acredito que ela merece algum aperfeiçoamento. O aperfeiçoamento que nós procuramos trazer nesse projeto é, em primeiro lugar, não mexer no principal. Hoje, a lei que criou o fundo per-

mite que possa retirar recursos do principal, daquilo que se constitui o capital. O que pretendemos é que só se possa desfrutar, gastar o fruto do rendimento financeiro. Esse é o primeiro reparo. O segundo reparo é que esse fundo não tem um foco definido. Ele é muito amplo. Os seus objetivos são muito diversificados: é educação, é ciência, é tecnologia, mas é também meio ambiente, é redução da pobreza. Enfim, o nosso receio, o do Senador Cristovam e o meu, é que, na falta de um foco claro e objetivo, nós acabemos por desperdiçar em mil gastos que acabem não tendo sinergia entre eles e nós percamos essa oportunidade fantástica que a natureza nos ofereceu e que a inteligência dos brasileiros e a capacidade da Petrobras colocaram à nossa disposição.

Ouçó o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Eu agradeço. Primeiro, para parabenizar V. Ex^a e o Senador Cristovam pela iniciativa. Daqui para frente, o relator, o Senador Vital do Rêgo, é quem vai estar no comando desse processo, mas estarei aqui, junto com V. Ex^a e o Senador Cristovam, na defesa de uma regra nessa direção. Quero chamar a atenção para o quê? Primeiro, para o fato de que se trata de um volume gigantesco. É tão grande que faz até medo falar nesses números. Mas, ao chegarmos aos 100% da área já estudada, estamos falando de 15 milhões de barris/dia. Se multiplicarmos isso por 365 dias por ano, a US\$100.00, como está hoje o preço do barril, teremos uma dimensão do que é. E 70%, aproximadamente – é o que se estima –, do que for extraído da área partilhada vai para esse Fundo Social. Quer dizer, em petróleo; não é como no caso dos *royalties*, que são só 10%, mas sobre todo o valor da venda do petróleo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exatamente.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Então, o ideal seria que essa poupança constasse mesmo como uma cláusula pétrea, como acontece no Canadá e em outros países.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Podemos fazer isso.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Para ninguém mexer. Só se usa o rendimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O rendimento.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Agora, também tento imaginar o tamanho desse rendimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É grande.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – É grande. Então, o que compreendo é que há uma proposta aqui – juntamente com a do Senador Cristovam e a

sua –, do Senador Valadares, se não me engano, que coloca 50% do valor total dos rendimentos destinados exclusivamente para a educação. Acho que se deixariam as outras coisas mais soltas, e se carimbaria nessa parte da educação, não sei se exatamente com esse percentual ou se com um pouco mais ou um pouco menos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Vai-se nessa linha.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Mas quero concordar com a tese e dizer a V. Ex^a que, na parte que está sendo distribuída aos Estados e aos Municípios, veja só, com a concordância dos Governadores, dos Prefeitos e das suas entidades, já estão destinados no mínimo 40% para a educação – e também é importante esse recurso descentralizado. Então, quero parabenizá-lo e dizer que vamos estar juntos nesse debate, na defesa dessa tese. Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado. Fico muito feliz com a manifestação de V. Ex^a.

Vou passar a V. Ex^a uma nota técnica que elaboramos e que faz uma estimativa até conservadora, e se verá que é um recurso bastante considerável. Mas também as necessidades nossas são gigantescas. Quando imaginamos o esforço que precisamos fazer apenas para atingir as metas que estão delineadas no Plano Nacional de Habitação para 2020 e as confrontamos com as necessidades reais, vemos que realmente vale a pena.

O Sr. Lobão Filho (Bloco/PMDB – MA) – Senador Aloysio, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não, Senador Lobão. Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Lobão Filho (Bloco/PMDB – MA) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, confirmo ainda mais o sentimento de estadista de V. Ex^a quando declina aqui, neste plenário, a sua preocupação em relação aos gastos provenientes dos *royalties* do pré-sal. Isto é uma mentalidade de Primeiro Mundo: não estar preocupado apenas com a divisão, não estar preocupado apenas com quanto seu Estado vai receber, mas a preocupação, diria, soberana com a qualidade desses recursos que estão chegando e que serão, se Deus quiser, em grande monta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Se Deus quiser.

O Sr. Lobão Filho (Bloco/PMDB – MA) – Eu acho que o preço do petróleo – e isso já é uma impressão minha, pessoal – não há como não subir estratosféricamente, visto que é um recurso limitado, com tempo

para acabar no mundo, no nosso planeta, o Planeta Terra, e que, diferente da população, que imagina que do petróleo tiramos apenas gás e óleo *diesel*, nós sabemos que quase tudo que consumimos vem do petróleo. Do asfalto ao plástico, à borracha, tudo vem do petróleo. Podemos até diminuir com soluções como a brasileira, substituindo com biodiesel, com álcool, mas algumas coisas são insubstituíveis. E o petróleo vai acabar. Então, os nossos recursos são preciosíssimos. Mais um motivo para enaltecer a postura de V. Ex^a no sentimento de preocupação com a qualidade do gasto desses recursos que virão para o País, e virão de forma extraordinária. Quero apenas registrar a minha preocupação, porque vejo, nos Estados produtores, o desejo e a afirmação insistente de fazer valer os contratos já licitados no pré-sal. Quero lembrar aos meus colegas que os contratos já licitados representam 28% do pré-sal. E esses 28% possivelmente representam mais de 50% do óleo geral do pré-sal devido ao posicionamento e à qualidade desses poços que já foram licitados. Ou seja, respeitando-se os contratos já licitados dentro do pré-sal e prevalecendo a regra que está hoje, os Estados produtores, mormente o Rio de Janeiro, ficarão com a grande fatia da participação especial dos *royalties* do petróleo do Brasil. Essa é uma preocupação que tenho. Isso precisa ser profundamente discutido aqui e sempre com a visão de V. Ex^a: a responsabilidade no gasto, e não só pela União, como também pelos Estados e Municípios, desse dinheiro que irá, se Deus quiser, trazer grandes benefícios e contribuições para o nosso País e para o povo brasileiro. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agradeço imensamente o aparte de V. Ex^a, Senador Lobão Filho.

Apenas para concluir, Sr. Presidente, que já foi benevolente demais comigo. O nosso propósito não é retirar nada do Estado do Rio de Janeiro e nem de quem já está recebendo hoje. O nosso propósito é fazer com que o ganho incremental decorrente dos novos contratos, dos novos achados, da nova exploração, seja destinado aos Estados e Municípios na proporção dos alunos matriculados nas escolas. Por exemplo, hoje, Senador Lobão, o seu Estado do Maranhão, recebe R\$100 milhões. É muito pouco. Segundo as nossas projeções conservadoras, com base nos alunos matriculados nas escolas hoje, receberia R\$800 milhões. Passaria de R\$100 milhões para R\$800 milhões.

Agora, no dia em que V. Ex^a for governador, V. Ex^a terá, seguramente, o desejo de ampliar o número de alunos e a qualidade do ensino em seu Estado. Receberá mais na medida em que tiver mais alunos matriculados. Então, essa é a ideia. Se V. Ex^a me per-

mite, vou fazer chegar às suas mãos a nota técnica que embasou nosso projeto.

Agradeço, mais uma vez, Sr. Presidente Paulo Paim, pela benevolência com que V. Ex^a permitiu que eu ultrapassasse meu tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, de imediato, ao Senador Moka, para que faça seu pronunciamento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de parabenizar também o Senador Aloysio Nunes pelo seu pronunciamento.

Confesso, Sr. Presidente, que o projeto do Senador Aloysio Nunes, sem dúvida nenhuma, no mínimo, servirá como um ponto de reflexão importante nesta Casa. Mas, Senador Aloysio Nunes, enquanto a riqueza deste pré-sal não chega, de fato – e este é o motivo da minha fala –, este País ainda vai ter a sua maior renda no chamado agronegócio brasileiro. A agricultura e a pecuária ainda são responsáveis pelo superávit da balança comercial, são responsáveis pela maioria da geração de emprego e renda. A nossa balança comercial só é positiva, Sr. Presidente, se compararmos números absolutamente verdadeiros aí colocados. Nós produzimos mais de US\$60 bilhões na nossa conta comercial.

Todos os outros segmentos, em termos de importação e exportação, geram um déficit de aproximadamente US\$40 bilhões. O chamado agronegócio paga esse déficit e ainda gera um superávit de US\$20 bilhões.

Sr. Presidente, quero hoje, aqui, ao assumir a tribuna, registrar evento ocorrido ontem em nosso anfiteatro Petrônio Portela: realizamos o 3º seminário das Cooperativas Brasileiras, patrocinado e organizado pela OCB, na pessoa de seu Presidente, meu amigo Márcio Freitas. As atividades de ontem foram dedicadas ao ramo das cooperativas do setor agropecuário. Foi uma realização da parceria entre a OCB e a Frente Parlamentar do Cooperativismo, da qual tenho a honra de ser o presidente.

Quero agradecer aos Srs. Senadores que lá estiveram levando um abraço, levando um estímulo às cooperativas, e, ao fazê-lo, chamar a atenção para o fato de que as cooperativas agropecuárias, em sua grande maioria, são formadas por pequenos agricultores, agricultores da chamada agricultura familiar que, unidos, formam essas cooperativas e se tornam competitivos.

Agradeço de forma especial à Senadora Ana Rita, à Senadora Ana Amélia e aos Senadores Luiz Henri-

que, Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg, Antonio Russo, Ciro Nogueira, Jayme Campos e outros Senadores que por lá passaram. Da Câmara dos Deputados, estiveram lá aproximadamente 40 Deputados Federais. E eu quero, em nome do para nós Deputado Odacir Zonta, que coordena a Frente Parlamentar ao meu lado, parabenizar e agradecer a presença de cada um dos Srs. Deputados Federais. Participaram também desse seminário os Deputados Estaduais Zeca, do Mato Grosso, Fabiano Tolentino e Antônio Carlos Arantes, de Minas Gerais.

O evento foi ainda mais valorizado com a presença do Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, que lá esteve e falou aos representantes das cooperativas brasileiras sobre a importância que tem e a prioridade que terá neste momento que está à frente do Ministério da Agricultura.

Comprometeu-se o Ministro da Agricultura em criar uma secretaria específica para o cooperativismo brasileiro. E eu quero lembrar que a criação dessa secretaria do cooperativismo vem num momento muito importante do fortalecimento das cooperativas, pois no ano que vem nós vamos comemorar o Ano Internacional do Cooperativismo.

Destaco ainda, Sr. Presidente, a participação do Secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Laudemir Müller, que deu realmente, fez uma grande explanação. E pela primeira vez, Senador Paulo Paim, eu ouvi de um dos membros do Ministério do Desenvolvimento Agrário que eles, a agricultura familiar incorporada ao agronegócio.

Isso, realmente, Senador, é, para a gente que está no meio, que milita, perceber que esse entendimento avançou, que a agricultura familiar entende que, numa organização de cooperativas, eles se tornam muito fortes, capazes, inclusive, como existem várias cooperativas, produzir não só para o nosso mercado interno, mas também para exportação.

Destaco ainda que o Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Dr. José Carlos Vaz, e o Secretário do Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, o Erikson Camargo, os dois lá estiveram participando desses painéis. A Frente realmente se orgulha de ter trazido aqui para que os Srs. Parlamentares possam ter uma ideia maior, um juízo melhor da força desse segmento tão importante na economia brasileira.

Quero agradecer a presença de todos que por lá estiveram, para abrilhantar o evento que, no período da manhã, debateu o desafio do ramo agropecuário nos Poderes Executivo e Legislativo.

Esse debate, Senador Presidente Paulo Paim, foi enriquecido de uma forma especial por uma inteligência ímpar de um homem que representa o cooperativismo

e é respeitado, não só no Brasil, mas internacionalmente. Refiro-me ao ex-Ministro da Agricultura, o grande Ministro Roberto Rodrigues, que encarna exatamente o ideal, o valor do cooperativismo no mundo.

O Ministro Roberto Rodrigues disse, juntamente com o nosso relator Senador Luiz Henrique, que o cooperativismo está exatamente entre o socialismo e o capitalismo. As cooperativas são capazes de gerar e distribuir riqueza.

O agronegócio tem sido a grande alavanca deste País e é importante a gente se lembrar disso no momento em que discutimos, aqui nesta Casa, o chamado Código Florestal.

Ali compareceu o Senador Jorge Vianna, que, em função do compromisso já assumido, não pôde fazer uma apresentação. Mas a sua presença, a ida até lá demonstrou, por si só, o respeito que o Senador Jorge Vianna tem por esse segmento.

Lá esteve o Senador Rodrigo Rollemberg, que se colocou também à disposição, favorável a esse debate.

Enfim, acho que aqui no Senado nós caminhamos para um grande entendimento. Eu sou um daqueles que apostam que é possível termos um texto capaz de preservar o meio ambiente – porque tenho certeza de que isso está em cada um de nós, brasileiros – mas também de não engessar o setor produtivo deste País.

Por esse motivo, Sr. Presidente, quero cumprimentar o Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Lopes de Freitas, e, por meio dele, todos os presidentes estaduais, todos os cooperativistas e tantos outros que aqui estiveram para prestigiar e participar do evento.

Sei que muitos dos Srs. Senadores não participaram porque a agenda do trabalho é intensa, mas o cooperativismo sabe que a sua agenda é prioritária nesta Casa. Como bem disse ontem o Senador Luiz Henrique, o cooperativismo é a socialização do capitalismo.

O Ministério da Agricultura, na pessoa do Ministro Mendes Ribeiro, que lá esteve, deixou muito claro. E a nossa Senadora, Ministra Ideli Salvatti, falou sobre um ponto importante, que eu quero, para finalizar, aqui dizer. A Ministra Ideli esteve lá para fazer um compromisso, que, como Ministra das Relações Institucionais, vai fazer esforços pela agenda das legislações, projetos importantes que o segmento do cooperativismo tem aqui, como a Lei do Cooperativismo, como a Lei 4.622, de 2004, já aprovada no Senado e que tramita na Câmara dos Deputados, que é o setor do chamado cooperativismo do ramo trabalhista, que V. Ex^a conhece tão bem. Eu acho que

essa seria uma demanda importante, que nós vamos trazer para esse debate.

Ouçó, com alegria, o Senador Wilson Santiago.

O Sr. Wilson Santiago (Bloco/PMDB – PB) – Senador Moka, V. Ex^a como sempre tem tido uma preocupação. Eu, que fui colega de V. Ex^a desde a Câmara dos Deputados, sei que V. Ex^a sempre se pautou, até se preocupou muito com a questão do setor produtivo nacional. Entendendo V. Ex^a, como todos nós, que sem esse setor nós não teremos condições de contribuir com o desenvolvimento, com o crescimento, com o PIB, nem com aquilo que interessa à riqueza brasileira, que é o fortalecimento do setor produtivo. Por essa razão, eu quero parabenizar V. Ex^a quando chama a atenção e levanta a preocupação que tem com esse setor. Ainda lembra o setor do cooperativismo brasileiro. Nós acompanhamos, ao longo dos anos, num passado recente, a importância do cooperativismo brasileiro para a organização do setor produtivo, dos pequenos, dos médios e até dos grandes produtores deste País. Por essa razão, eu quero me associar a V. Ex^a na preocupação com o fortalecimento desses dois setores, porque um, de fato, completa o outro. E isso dá condição ao crescimento do Brasil, já que o País tem, de fato, uma grande vantagem no que se refere à produção agrícola, na produção de grãos e também em outros setores produtivos. V. Ex^a, que tem defendido com muita justiça esse setor, merece o nosso reconhecimento e, com certeza, a nossa atenção no que se refere à contribuição desta Casa do Congresso Nacional para a diminuição daquilo que embaraça o setor produtivo, correndo o risco de diminuir o crescimento e a participação do Brasil no *ranking* internacional. Parabéns! Associe-me a V. Ex^a no fortalecimento desse setor que tanto tem contribuído com a economia brasileira e na participação do Brasil no *ranking* internacional.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Agradeço o aparte do Senador Wilson Santiago.

Quero dizer que, de tudo o que produzimos e exportamos, um número acima de 40% passa exatamente para as cooperativas. Esse é um dado muito importante que foi mencionado ontem pelo Presidente da OCB.

Sr. Presidente, para encerrar o meu pronunciamento, fica mais uma vez o registro do nosso respeito e um convite a esta Casa para que estimule e que prestigie cada vez mais esse segmento que, sem dú-

vida nenhuma, é o responsável pela geração e pela distribuição de riquezas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Moka!

Passo a palavra ao Presidente José Sarney. Vamos entrar na Ordem do Dia.

O Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) –

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 25, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 536, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2011, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente; e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral *(proveniente da Medida Provisória nº 536, de 2011)*.

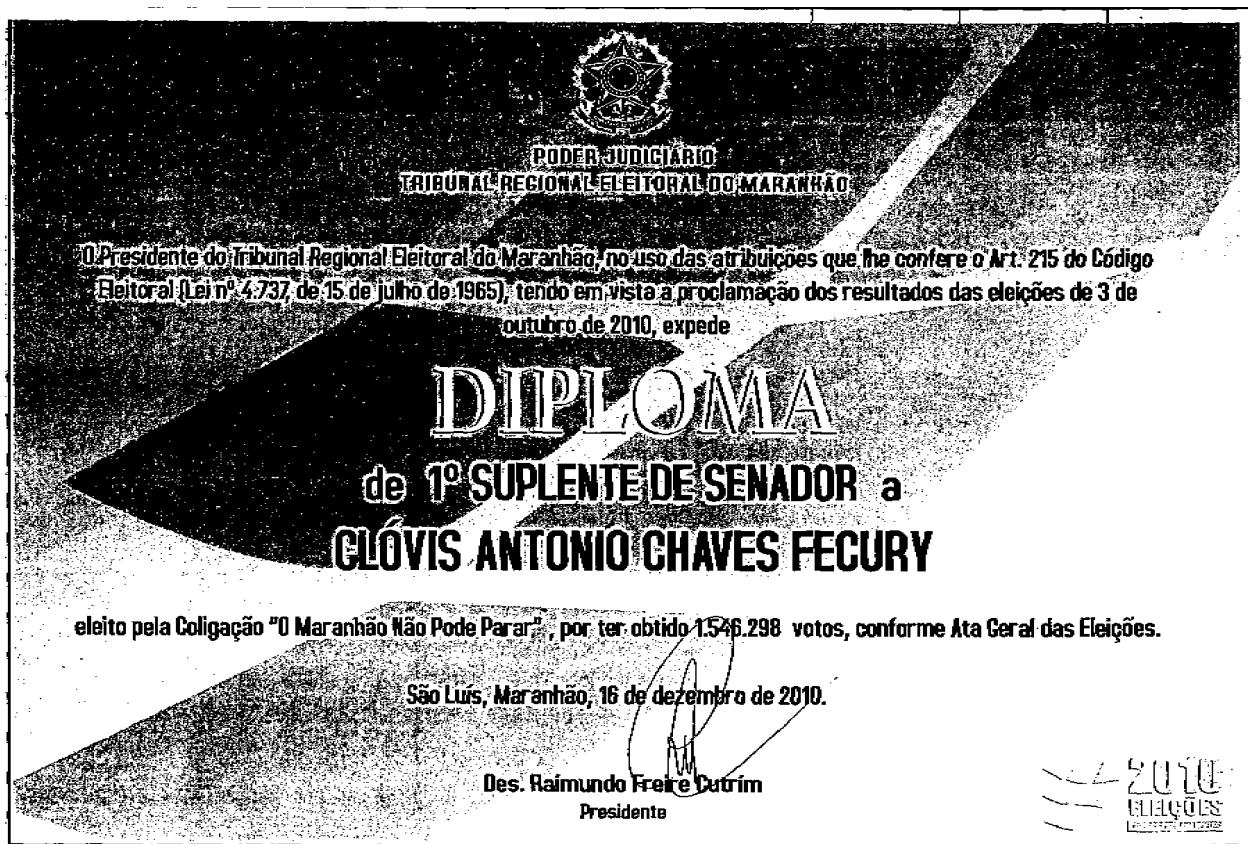
Hoje, transcorre a sexta sessão em que a matéria consta da pauta.

O relatório da respectiva Medida não chegou à Mesa. Dessa maneira, a votação fica adiada para a próxima sessão deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Encontra-se na Casa o Sr. Clóvis Antonio Chaves Fecury, 1º Suplente do Senador João Alberto Souza, da representação do Estado do Maranhão, convocado em virtude de licença do Titular, que vai exercer o cargo de Secretário de Estado.

S. Ex^a encaminhou à Mesa o original do seu Diploma, que será publicado na forma regimental, e demais documentos exigidos por lei.

É o seguinte o Diploma:



O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Peço aos Srs. Senadores Wilson Santiago, Lobão Filho e Aníbal Diniz que acompanhem o Sr. Clóvis Fecury à Mesa.

A Mesa solicita que todos fiquem de pé, para ouvirmos o compromisso do Sr. Clóvis Fecury.

(O Sr. Clóvis Antonio Chaves Fecury é conduzido ao plenário e presta, junto à Mesa, o compromisso.)

O SR. CLÓVIS ANTONIO CHAVES FECURY (Bloco/DEM – MA) – Prometo guardar a Constituição

Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com os poderes que me são atribuídos pela Constituição e pelo Regimento da Casa, declaro empossado, no mandato de Senador, o Sr. Clóvis Chaves Fecury, que passará a participar dos trabalhos da Casa. *(Palmas.)*

Há sobre a mesa comunicação de filiação partidária e nome parlamentar, que passo a ler:

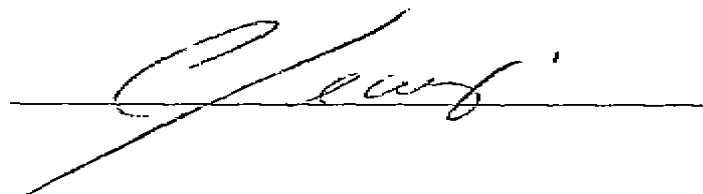
COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado do Maranhão , em substituição a Senador João Alberto Souza , adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido Democratas - DEM .

Nome Parlamentar: CLOVIS FECURY

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 2011 .



O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – O Expediente vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB

– AP) – Nada mais havendo a tratar, fica encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as demais matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 537, DE 2011

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 537, de 2011, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de quinhentos milhões de reais, para os fins que especifica.

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 538, DE 2011

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 538, de 2011, que autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea g do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010; e dá outras providências.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 475, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney

Filho), que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.

7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 448, DE 2011

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574 e 598, de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2011, do Senador Wellington Dias, que dispõe sobre royalties e participação especial devidos em função da produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de concessão no mar territorial, na zona econômica exclusiva e na plataforma continental, e sobre royalties devidos sob o regime de partilha de produção, instituído pela Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- de Assuntos Sociais;

- de Educação, Cultura e Esporte;
- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos;
- de Serviços de Infraestrutura.

8**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010**

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 1.189, de 2011)*

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574 e 598, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010 (nº 5.938/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências (exploração, produção, royalties e comercialização do petróleo).

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- de Assuntos Sociais;
- de Educação, Cultura e Esporte;
- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos;
- de Serviços de Infraestrutura.

9**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2007**

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 1.189, de 2011)*

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574 e 598, de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2007, do Senador João Vicente Claudino, que altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. (Critérios de distribuição de royalties).

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;

- de Assuntos Sociais;
- de Educação, Cultura e Esporte;
- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos;
- de Serviços de Infraestrutura.

10**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 629, DE 2007**

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 1.189, de 2011)*

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574 e 598, de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 629, de 2007, do Senador Magno Malta, que altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para alterar a distribuição de receitas de compensações financeiras e para direcioná-las às aplicações que especifica.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- de Assuntos Sociais;
- de Educação, Cultura e Esporte;
- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos;
- de Serviços de Infraestrutura.

11**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 630, DE 2007**

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 1.189, de 2011)*

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574 e 598, de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 630, de 2007, do Senador Magno Malta, que altera dispositivos das Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para estabelecer que os royalties serão aplicados, prioritariamente, em segurança pública.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;

- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- de Assuntos Sociais;
- de Educação, Cultura e Esporte;
- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos;
- de Serviços de Infraestrutura.

12**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 2008**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574 e 598, de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2008, do Senador Cristovam Buarque, que altera os arts. 47 e 49 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997 – Lei do Petróleo, e insere o art. 49-A na mesma lei para destinar parcela dos royalties à conservação da floresta amazônica.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- de Assuntos Sociais;
- de Educação, Cultura e Esporte;
- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos;
- de Serviços de Infraestrutura.

13**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2008**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574 e 598, de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2008, do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera o § 2º do art. 8º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para estabelecer que parcela da compensação financeira pela exploração de gás, petróleo, recursos hídricos e minerais, no âmbito de cada ente beneficiário, será aplicada em infra-estrutura.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;

- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- de Assuntos Sociais;
- de Educação, Cultura e Esporte;
- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos;
- de Serviços de Infraestrutura.

14**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, DE 2008**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574 e 598, de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, que altera o inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e o parágrafo 4º do art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, para prever distribuição de parcela dos royalties referentes à lavra de petróleo ou gás natural ocorrida em plataforma continental para o custeio da Previdência Social.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- de Assuntos Sociais;
- de Educação, Cultura e Esporte;
- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos;
- de Serviços de Infraestrutura.

15**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, DE 2008**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574 e 598, de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2008, do Senador Cristovam Buarque, que acrescenta art. 52-A à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer que os recursos recebidos por Estados e Municípios a título de royalties pela exploração de petróleo serão aplicados, exclusivamente, em ações e

programas públicos de educação de base e de ciência e tecnologia.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- de Assuntos Sociais;
- de Educação, Cultura e Esporte;
- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos;
- de Serviços de Infraestrutura.

16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574 e 598, de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2008, do Senador Expedito Júnior, que altera o art. 7º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e a alínea e do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com vistas a destinar recursos do Fundo Especial exclusivamente para a saúde.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- de Assuntos Sociais;
- de Educação, Cultura e Esporte;
- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos;
- de Serviços de Infraestrutura.

17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574 e 598, de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2008, do Senador Augusto Botelho, que disciplina os dispêndios financiados com recursos de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- de Assuntos Sociais;
- de Educação, Cultura e Esporte;
- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos;
- de Serviços de Infraestrutura.

18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574 e 598, de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2008, do Senador João Pedro, que altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, que “dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências”, para introduzir mudanças nas regras de distribuição dos royalties provenientes da exploração de petróleo e de gás natural na região conhecida como Pré-sal no mar territorial brasileiro.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- de Assuntos Sociais;
- de Educação, Cultura e Esporte;
- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos;
- de Serviços de Infraestrutura.

19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574 e 598, de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2008, do Senador Tasso Jereissati e outros,

que cria o Fundo Nacional do Petróleo para Formação de Poupança e Desenvolvimento da Educação Básica e altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para determinar nova distribuição dos royalties e da participação especial decorrentes da exploração de petróleo e gás natural entre os entes federativos.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- de Assuntos Sociais;
- de Educação, Cultura e Esporte;
- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos;
- de Serviços de Infraestrutura.

20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574 e 598, de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986, que “Estabelece normas complementares para a execução do disposto no art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, com a redação da Lei nº 7.453, de 27 de dezembro de 1985, e dá outras providências”.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- de Assuntos Sociais;
- de Educação, Cultura e Esporte;
- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos;
- de Serviços de Infraestrutura.

21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 335, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574 e 598, de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2008, do Senador Francisco Dornelles, que altera os arts. 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer que recursos recebidos pela União a título de royalties e participação especial pela exploração de petróleo serão destinados ao FUNDEB.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- de Assuntos Sociais;
- de Educação, Cultura e Esporte;
- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos;
- de Serviços de Infraestrutura.

22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574 e 598, de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2008, do Senador Paulo Paim, que altera os arts. 6º e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer que recursos recebidos pela União, a título de royalties pela exploração de petróleo na camada de pré-sal, serão destinados parcialmente à área de saúde, à previdência social e ao FUNDEB.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- de Assuntos Sociais;

- de Educação, Cultura e Esporte;
- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos;
- de Serviços de Infraestrutura.

23**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, DE 2008**

(Em regime de urgência, nos termos do

Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574 e 598, de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2008, da Senadora Serys Slhessarenko, que altera o inciso II do artigo 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, dando nova distribuição de parcela dos royalties referentes à lavra de petróleo ou gás natural ocorrida em plataforma continental.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- de Assuntos Sociais;
- de Educação, Cultura e Esporte;
- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos;
- de Serviços de Infraestrutura.

24**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, DE 2009**

(Em regime de urgência, nos termos do

Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574 e 598, de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2009, do Senador Lobão Filho, que altera os arts. 6º e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer que recursos recebidos pela União, a título de royalties pela exploração de petróleo e gás natural na camada pré-sal, sejam destinados ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE).

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- de Assuntos Sociais;
- de Educação, Cultura e Esporte;
- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos;
- de Serviços de Infraestrutura.

25**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2011**

(Em regime de urgência, nos termos do

Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574 e 598, de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2011, do Senador Inácio Arruda, que altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabelecendo percentual para destinação de recursos do Fundo Social para a educação.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- de Assuntos Sociais;
- de Educação, Cultura e Esporte;
- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos;
- de Serviços de Infraestrutura.

26**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 574, DE 2011**

(Em regime de urgência, nos termos do

Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574 e 598, de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 574, de 2011, do Senador Francisco Dornelles e outros, que altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre os royalties e a receita da comercialização relativos ao regime de partilha de produção.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- de Assuntos Sociais;
- de Educação, Cultura e Esporte;
- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos;
- de Serviços de Infraestrutura.

27**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 598, DE 2011**

(Em regime de urgência, nos termos do

Requerimento nº 1.189, de 2011)

(Tramitam em conjunto o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010; e os Projetos de Lei do Senado nºs 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; 256, de 2009; 138, 448, 574 e 598, de 2011)

Projeto de Lei do Senado nº 598, de 2011, do Senador Francisco Dornelles e outros, que incluir §§ 1º-A e 5º no art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências, para alterar os valores definidos no art. 22 do Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998, para verificação da faixa de isenção e das faixas de alíquotas de 10%, 20%, 30% e 40%, relativas ao cálculo e ao pagamento de participações especiais, bem como alterar a destinação da receita federal adicional para o Fundo Especial, a ser distribuída entre todos os Estados e Municípios.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- de Assuntos Sociais;
- de Educação, Cultura e Esporte;
- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos;
- de Serviços de Infraestrutura.

28**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que inclui a pesca indus-

trial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

29**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (no 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

30**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

31**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 2011**

Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2011 (nº 7.577/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 912, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Humberto Costa.

32**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante à Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

33**REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas *para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno*.

34**REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.

35**REQUERIMENTO Nº 947, DE 2011**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos pelos 93 anos do ex-Presidente da

África do Sul e Nobel da Paz – Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011.

Parecer favorável, sob nº 920, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

36**REQUERIMENTO Nº 1.142, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.142, de 2011, do Senador Walter Pinheiro, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2007; e 182, de 2009, por regularem matérias correlatas (distribuição de conteúdo brasileiro *por meio eletrônico*).

37**REQUERIMENTO Nº 1.172, DE 2011**

Votação, em turno único, do(a) Requerimento nº 1.172, de 2011, de autoria do(a) Senadora Lúcia Vânia, que solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo).

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Vamos voltar à lista de oradores.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Se possível, antes de encerrar a Ordem do Dia, gostaria de fazer o registro de nossos desejos de boas-vindas ao Senador Clóvis Fecury, em substituição ao nosso querido colega e companheiro Senador João Alberto, que, de forma patriótica, foi chamado a cumprir suas obrigações no Estado, junto à Governadora Roseana Sarney. Com certeza, S. Exª irá contribuir e muito com a população do nosso Estado, sabendo que será substituído com honradez, com eficiência, com competência pelo jovem Clóvis Fecury, que já foi Deputado Federal duas vezes, que é Presidente do Democratas no nosso Estado e tem larga experiência no trato político.

Parabéns ao Senador Clóvis Fecury. Seja muito bem-vindo a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Faça, da Presidência, minhas as palavras de V. Exª.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias, pela liderança do PSDB.

V. Ex^a tem direito a 20 minutos, na forma regimental.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente José Sarney.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, uma saudação especial ao novo Senador que ora assume o mandato.

Há poucos dias, Sr. Presidente, recebi um convite de um grupo parlamentar do Parlamento Europeu. E faço a leitura da carta que recebi, evidentemente traduzindo-a para o Português.

E resumo a carta:

Conforme é do conhecimento de V. Ex^a, nos dias 3 e 4 de outubro próximo, a Presidente da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, visitará as instituições da União Europeia em Bruxelas.

Trata-se de uma visita importante para fortalecer as relações entre o seu país e a Europa. Todavia, há uma ferida aberta e não curada nas relações entre a União Europeia e o Brasil.

Por duas vezes o Parlamento Europeu votou, por maioria extremamente ampla, resoluções que solicitavam às autoridades brasileiras a extradição do Sr. Cesare Battisti para a Itália, país fundador da União Europeia e sólida democracia.

As relações de sincera amizade entre os povos da Europa e particularmente o italiano e o povo brasileiro não devem, de forma alguma, ser afetadas por decisões insensatas que ferem profundamente a sensibilidade e a memória das famílias das vítimas e da grande maioria dos italianos.

Uma laceração que se torna a cada semana mais dolorosa é ver o Sr. Battisti livre e dedicado a dar declarações públicas que matam uma segunda vez as suas vítimas.

Os italianos sabem perfeitamente que a maioria do povo brasileiro não concorda com a decisão de suas autoridades.

Por essa razão, teríamos a honra de recebê-lo em Bruxelas, de promover o encontro de V. Ex^a com as famílias das vítimas do Sr. Cesare Battisti.

V. Ex^a conhecerá pessoas motivadas, porém serenas, que não têm sede de vingança, mas que desejam ver reconhecidas as decisões da justiça italiana, tomadas em todos os níveis, as quais foram negadas pelas autoridades brasileiras, fato inaceitável para o povo italiano.

Na esperança de que V. Ex^a aceite o presente convite e que possa expor a opinião pública de seu País, apresentamos o nosso sincero apreço e a nossa profunda amizade, extensivos a todo o povo brasileiro.

Assinam o Deputado Mario Mauro, chefe da delegação Popolo della Libertà, e o Deputado Carlos Fidanza, membro do Bureau do Partido Popular Europeu.

Informaram-me que deste evento participariam lideranças políticas de vários partidos da esquerda e da direita e de vários países da Europa, não apenas da Itália.

A programação constava de entrevista coletiva à imprensa e um ato oficial no Parlamento Europeu, liderado por esse grupo que reuniria mais de cinquenta parlamentares, além de familiares das vítimas do Sr. Cesare Battisti.

Na quarta-feira, no entanto, recebo uma outra correspondência e faço a leitura:

Sentimos sinceramente informar a V. Ex^a a impossibilidade de realização do programa previsto, em Bruxelas, para o dia 4 de outubro.

Há alguns dias, por ocasião da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Ministro das Relações Exteriores italiano, Franco Frattini, chegou a um entendimento com o colega brasileiro Patriota.

Esse entendimento prevê a criação de um grupo ítalo-brasileiro para avaliar conjuntamente os aspectos jurídicos do caso Battisti.

Não podemos deixar de reconhecer como sendo positiva esta primeira abertura de diálogo por parte da autoridade brasileira, face aos apelos italianos.

Por essa razão, fomos obrigados a cancelar todas as manifestações previstas.

Gostaríamos, sinceramente, de agradecer pela disponibilidade e cortesia que V. Ex^a demonstrou nesta última semana, cientes que somos do significado político de sua presença conosco em Bruxelas. Não excluimos a possibilidade de, em um futuro próximo, se o canal ítalo-brasileiro voltar a se fechar, possamos renovar o convite e avaliar, em conjunto, nova iniciativa.

Somos profundamente pesarosos de não poder recebê-lo e compartilhar com V. Ex^a o importante momento de reflexão e, ao mesmo tempo, somos gratos a V. Ex^a pelas palavras que sempre tem proferido no sentido de que se permita aos familiares das vítimas de Battisti obter justiça.

Estamos certos de que compreenderá as razões desta decisão.

Assinam os mesmos signatários da Carta-Convite.

Portanto, Sr. Presidente, o fato novo é que o Governo brasileiro, ao contrário da disposição anterior, por ocasião da reunião da ONU, em Nova Iorque, assumiu o compromisso de dar prosseguimento aos entendimentos, designando representantes para essa Comissão Ítalo-Brasileira, ou Grupo Ítalo-Brasileiro, que discutirá saídas para esse impasse gerado com a decisão brasileira, relativamente a Battisti.

Esta decisão, adotada pelo então Presidente Lula, de não extraditar Cesare Battisti, tomada no último dia de seu governo, colide com o sentimento nacional que cultua, entre outros, os valores maiores da paz e da democracia.

A trajetória percorrida pelo foragido dos tribunais italianos é tortuosa e abriga crimes hediondos. Ao contrário da argumentação apresentada por alguns integrantes do primeiro escalão do Governo do Presidente Lula, o senhor Cesare Battisti foi condenado à prisão perpétua pela prática de quatro homicídios, e a referida pena foi respaldada pelo depoimento de pelo menos 10 testemunhas.

A tese avocada de que o amplo direito de defesa não lhe foi assegurado é outra ignomínia assacada em favor do condenado. As decisões das Justiças da Itália, da França e da Corte Europeia mostram, de forma inequívoca, que se beneficiou em todas as fases de um processo longo e complexo da defesa de advogados por ele escolhidos.

Vale lembrar que no recurso apresentado à Corte Europeia de Direitos Humanos, em Estrasburgo, entendeu aquela Corte que era lícito concluir que o requerente Battisti tinha renunciado de maneira inequívoca a seu direito de comparecer pessoalmente e de ser julgado em sua presença.

O embasamento de sua defesa à época foi novamente rechaçado, quando confirmada sua extradição em 12 de dezembro de 2006, quando já vivia de forma clandestina no Brasil. A propósito, em que pese não ser nosso intuito enveredar pelo campo das digressões jurídicas, é oportuno ressaltar que o caso Battisti foi apreciado por 32 juízes e, em todas sentenças e instâncias de apelo e do Supremo Tribunal Federal, ele foi condenado à prisão perpétua por autoria de quatro homicídios.

Os arquivos do Tribunal de Milão são depositários de todas as etapas dos processos que envolveram a ele e mais 22 ex-militantes do PAC. Conforme declarou o juiz italiano Guido Salvini: “Em todos os processos foi dado o direito a Battisti de convocar testemunhas de defesa, mas não me lembro de ninguém que tivesse testemunhado ao seu favor”.

Recordo que, reconstituindo o itinerário de sua condenação, o processo de apelo de 1990 confirmou o veredicto de máxima pena e a sentença foi enviada ao Supremo Tribunal, que, um ano depois, detectou incorreções nos procedimentos legais referentes ao homicídio do joalheiro Pierluigi Torregiani.

Nesse contexto, foi determinada a realização de um novo julgamento, o que ocorreu em 1993, confirmando a sentença condenatória anterior. Apesar de o voto ser secreto, os vereditos sobre Battisti são incon-

testáveis e reconhecem a responsabilidade dele nos quatro crimes, seja como mentor ou como executor dos homicídios.

A impunidade não prevaleceu no tocante aos crimes cometidos nas décadas de 70 e 80. Segundo ainda o magistrado Guido Salvini, aproximadamente 3.000 ex-terroristas foram condenados à prisão perpétua na Itália por crimes perpetrados naquele período. A maioria deles, cerca de 2.900, já estão em liberdade.

A decisão de burlar a Justiça levou o condenado a rumar para a América do Sul e ingressar em território brasileiro com passaporte falso, provavelmente nos idos de 2004. O roteiro não foi de todo original. A exemplo de Battisti, outros fugitivos da justiça escolheram a cidade do Rio de Janeiro para viver sob o manto de outra identidade.

Em 18 de março de 2007, graças a uma ação conjunta da Polícia Federal do Brasil e da Interpol italiana e francesa, ele foi preso quando caminhava pelo famoso calçadão da não menos lendária praia de Copacabana.

A partir de então, teve início o tortuoso itinerário de Battisti no Brasil, repleto de filigranas jurídicas, de posturas dúbias assumidas pelo Governo brasileiro. Houve tergiversação em excesso e, com todas as letras – sem dourar a pílula –, a decisão de conceder asilo político a Cesare Battisti foi um equívoco rotundo. Lembrando o dramaturgo Shakespeare: “Mas que é um nome? Se outro nome tivesse a rosa; em vez de rosa, deixaria de ser por isso perfumosa?”

O desfecho desse rumoroso caso, além de criar uma anomalia constitucional, projeta insegurança jurídica para as extradições futuras.

O governo do Presidente Lula não hesitou em rasgar o acordo de extradição firmado, soberanamente, com a Itália, em 1989, sem falar na grave violação à Convenção Genebra, já mencionada por magistrados europeus.

Tenho por princípio não comentar, muito menos emitir juízo de valor sobre decisões de nossa Suprema Corte. Não incorreria, desta tribuna, nessa impropriedade. Apenas reproduzo algumas passagens das decisões proferidas no âmbito daquela Corte.

Na longa noite do dia 08 de junho passado, o Supremo Tribunal Federal, por 6 votos a 3, decidiu que Cesare Battisti deveria ser solto. Ao proclamar tal veredicto, a maioria dos integrantes do Supremo, entendeu que a decisão do ex-presidente Lula de negar a extradição de Battisti para a Itália foi um “ato de soberania nacional”, que não pode ser revisto pelo Supremo (entendimento acolhido pelos Ministros Luiz Fux, Cármen Lúcia Antunes Rocha, Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Ayres Britto e Marco Aurélio).

Os votos divergentes – quais sejam, cassar o ato do ex-presidente da República e determinar o envio de Battisti para a Itália – foram emitidos pelos Ministros Gilmar Mendes (relator do processo), Ellen Gracie, ambos ex-presidentes da Suprema Corte, e pelo atual Presidente Cezar Peluso. “O senhor Presidente da República, neste caso, descumpriu a lei e a decisão do Supremo Tribunal Federal”, concluiu o Ministro Peluso.

Em extenso voto, o relator Gilmar Mendes afirmou que o ex-presidente da República negou a extradição de Battisti com base em argumentos rechaçados pelo Supremo, em novembro de 2009, quando o pedido do governo italiano foi autorizado. Ele destacou que:

O Estado brasileiro, na pessoa do Presidente da República, é obrigado a cumprir o tratado de extradição e que um eventual descumprimento deveria, sim, ser analisado pelo Supremo. No Estado de Direito nem o Presidente da República é soberano, tem de agir nos termos da lei, respeitando os tratados internacionais. [Prosseguiu dizendo:] Não se conhece na história do país nenhum caso, nem mesmo no regime militar, em que o Presidente da República deixou de cumprir decisão de extradição do Supremo Tribunal Federal.

Na mesma linha de raciocínio se posicionou a Ministra Ellen Gracie, concordando que o ato do ex-presidente da República está sujeito ao controle jurisdicional, como qualquer outro ato administrativo. Ressaltou a necessidade do sistema de pesos e contrapesos e formas de revisão e reanálise dos atos de um Poder da República pelo outro.

Li e reli o parecer oferecido pela Advocacia-Geral da União ao Presidente e ali não encontrei menção a qualquer razão ponderável, qualquer indício que nos levasse à conclusão de que o extraditado fosse submetido a condições desumanas se enviado à Itália”. [Ela observou em boa hora que o tratado é a lei entre as nações e que sua observância garante a paz.] Soberania o Brasil exerce quando cumpre os tratados, não quando os descumpre”, como neste caso.

No tocante ao mencionado parecer da Advocacia-Geral da União vale ressaltar que o órgão do Governo ignorou a legislação e elaborou um parecer político, oferecendo justificativas técnicas de que o Presidente Lula demandava para decidir pela permanência de Battisti no País com status de imigrante.

O professor de Direito Constitucional da PUC, José Ribas Vieira, reforça dizendo que o parecer em epígrafe enche linguiça e não responde à principal questão: qual a natureza jurídica da permanência? Ele não define o status do refúgio concedido.

É mister, ainda, destacar que a decisão do Conselho Nacional de Imigração, que concedeu visto de

permanência ao ex-terrorista Cesare Battisti, concedendo ao foragido da justiça italiana o direito de viver e trabalhar por tempo indeterminado no Brasil, é manifestamente ilegal. A flagrante ilegalidade foi objeto de inúmeros editoriais e densos comentários nos principais veículos da mídia impressa nacional.

Isso demonstra que os formadores de opinião do País estão atentos à violação da lei e às afrontas ao ordenamento jurídico.

A ilegalidade é ostensiva. A decisão do colegiado vinculado ao Ministério do Trabalho, integrado por nove representantes de Ministérios, cinco de sindicatos e cinco de entidades patronais e um da comunidade científica, colide com a Lei nº 6.815, de 1981, que criou o órgão e define a situação jurídica dos estrangeiros no nosso País. O inciso IV do art. 7º da referida lei proíbe, explicitamente, a concessão de visto ao estrangeiro que foi condenado ou processado em outro país por crime doloso, passível de extradição, segundo a lei brasileira.

Seria desnecessário reprisar que o foragido em tela foi condenado à prisão perpétua pela Justiça italiana por quatro assassinatos cometidos na década de 70. Ademais, não é despidendo enfatizar que, no momento em que Battisti foi processado, julgado e condenado, a Itália vivia em plena normalidade jurídica e constitucional, sob a égide da democracia plena.

Há outro agravante que impediria a concessão de visto de permanência a Battisti: ele foi condenando, no Brasil, em primeira instância, na Justiça Federal a pena de dois anos, em regime aberto, convertida em pagamento de multa e prestação de serviço à comunidade por usar passaporte francês falsificado, encontrado em seu poder quando foi preso pela Polícia Federal, em 2007, a pedido do governo italiano.

Em que pese ter recorrido da sentença, a decisão foi mantida, há oito meses, pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

O inciso II do art. 7º da Lei nº 6.815, proíbe igualmente a concessão de visto ao estrangeiro considerado nocivo à ordem pública. A concessão do visto de permanência a Battisti pelo Conselho de Imigração é mais uma ignomínia que macula o Governo brasileiro neste processo.

Não poderia deixar de fazer menção à história do padre italiano Vito Miracapillo e cotejá-la com o caso Cesare Battisti. O primeiro, filho de pequenos agricultores da Puglia, ordenou-se padre aos 33 anos e optou por vir exercer o sacerdócio na Diocese de Palmares, Zona da Mata, sul de Pernambuco. O segundo, filho de operários do Lácio, chegou ao Brasil clandestinamente, fugitivo das Justiças italiana e francesa. Mira-

capillo foi banido do território nacional na ditadura e trava uma luta, há 31 anos, para obter o mesmo visto de permanência e trabalho que Battisti...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. *Fora do microfone.*) – ... conseguiu no prazo recorde de treze dias.

Peço só mais um minuto para concluir, Sr. Presidente. Esse episódio, como tão bem escreveu a editora do jornal *Valor Econômico*, em artigo de 2 de setembro último: “[...] só aprofunda a inexplicável diferença de tratamento a eles conferido pelas autoridades brasileiras”.

O Padre trava, neste momento, uma luta conseguir o visto de permanência no Brasil e ingressa no País na condição de turista.

Em 1993, o então Presidente Itamar Franco revogou o decreto de expulsão (assinado pelo Presidente João Figueiredo) do religioso do Brasil, mas o Ministério da Justiça nega a regularização.

Gostaria aqui de ilustrar reproduzindo algumas das palavras proferidas à época por Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, no desfecho da expulsão do Padre e que poderiam perfeitamente aludir o caso Battisti: “Continuaremos a luta pacífica. [...] Continuaremos, inclusive, a sustentar que defender os direitos humanos é...”

(Interrupção do som)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) –... sobretudo os cristãos. Saiba que não é o povo brasileiro que o está expulsando.”

Peço atenção dos senhores Senadores para citar algo que julgo emblemático. Segundo declarou o Padre Miracapillo, ao longo do governo Lula, ele encaminhou o pedido de revalidação de seu visto de residente duas vezes, sem sucesso. Em uma delas, pediu a intervenção de Frei Betto, então assessor especial do presidente de Lula. “Eu mesmo escrevi uma carta a Lula”, revelou Frei Betto. Nunca obteve resposta. Todas as tentativas foram infrutíferas.

O juiz italiano Guido Salvini, em suas declarações à imprensa brasileira, sempre advertiu que “aqueles que querem proteger Battisti como refugiado político esquecem que ele não foi condenado por crimes de opinião”.

Vale lembrar o contexto histórico no qual ocorreu a expulsão: ao receber pedido do Prefeito do Município de Ribeirão para celebrar uma missa em homenagem ao 7 de setembro, Padre Vito enviou-lhe uma carta. Escreveu que, além de já estar comprometido com a celebração de outras missas na data e no horário sugerido, ele não reconhecia independência num povo reduzido à condição de pedinte e sem proteção de

seus direitos. Os generais de plantão não perdoaram e expulsaram o religioso.

A CNBB adotou como lema pastoral naquele ano: “A independência somos todos nós”.

Nos dia que seguem, o Governo brasileiro vem adotando manobras diplomáticas para retardar um julgamento pela Corte Internacional de Justiça de Haia, e dessa forma reduzir a repercussão de uma eventual condenação pela decisão de não extraditar Battisti.

Eu peço a V. Ex^a que considere lido o restante do discurso, mas quero ao final fazer um alerta. Este aceno que faz o Governo brasileiro ao informar que indicará um membro para constituir o grupo ítalo-brasileiro que discutirá as questões jurídicas deste caso não pode ser apenas uma encenação que permita à Presidente Dilma comparecer ao Parlamento Europeu, no dia 4, sem constrangimentos. Depois do dia 4, o Governo brasileiro não pode se esquecer deste compromisso. O governo italiano oferece um voto de confiança e espera uma alteração nos procedimentos adotados até agora, porque, na verdade, o que temos visto é o expediente da protelação empurrando interminavelmente este impasse para evitar que a Corte Internacional de Haia possa proferir o seu julgamento. Não ficará bem para o nosso País se este episódio se constituir em farsa, se este aceno se constituir em encenação. Esperamos, realmente, que os procedimentos adotados a partir de agora possam ser de transparência e de sinceridade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ALVARO DIAS

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores –

A decisão adotada pelo então presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, de não extraditar o ex-ativista Cesare Battisti, tomada no último dia de seu governo, colide com o sentimento nacional que cultua entre outros os valores maiores da paz e democracia.

A trajetória percorrida pelo foragido dos tribunais italianos, é tortuosa e abriga crimes hediondos. Ao contrário da argumentação apresentada por alguns integrantes do 1º escalão do governo do presidente Lula, o Senhor Cesare Battisti foi condenado à prisão perpétua pela prática de quatro homicídios e a referida pena foi respaldada pelo depoimento de pelo menos dez testemunhas. A tese eventualmente avocada de que o amplo direito de defesa não lhe foi assegurado é outra ignomínia assacada em favor do condenado. As decisões das Justiças da Itália e da França e da Corte Européia mostram de forma inequívoca que “beneficiou-

-se em todas as fases de um processo longo e complexo da defesa de advogados por ele escolhidos". Vale lembrar que no recurso apresentado à Corte Europeia de Direitos Humanos, em Estrasburgo, entendeu àquela corte que era lícito "concluir que o requerente [Battisti] tinha renunciado de maneira inequívoca a seu direito de comparecer pessoalmente e de ser julgado em sua presença". O embasamento de sua defesa à época foi novamente rechaçado quando confirmada sua extradição em 12 de dezembro de 2006, quando já vivia de forma clandestina no Brasil. A propósito, em que pese não ser nosso intuito enveredar pelo campo das digressões jurídicas, é oportuno ressaltar que o caso Battisti foi apreciado por 32 juízes e, em todas sentenças e instâncias, de apelo e do Supremo Tribunal, ele foi condenado à prisão perpétua por autoria de quatro homicídios.

Os arquivos do Tribunal de Milão são depositários de todas as etapas dos processos que envolveram ele e mais 22 ex-militantes do PAC. Conforme declarou o juiz italiano Guido Salvini, "em todos os processos foi dado a Battisti o direito de convocar testemunhas de defesa, mas não lembro de ninguém que tivesse testemunhado a seu favor. Recordo que reconstituindo o itinerário de sua condenação, o processo de apelo de 1990 confirmou o veredicto de máxima pena e a sentença foi enviada ao Supremo Tribunal que, um ano depois, detectou incorreções nos procedimentos legais referentes ao homicídio do joalheiro Pierluigi Torregiani. Nesse contexto, foi determinado a realização de um novo julgamento, o que ocorreu em 1993, confirmando a sentença condenatória anterior. Apesar de o voto ser secreto, os vereditos sobre Battisti são incontestáveis e reconhecem a responsabilidade dele nos quatro crimes, seja como mentor ou como executor dos homicídios."

A impunidade não prevaleceu no tocante aos crimes cometidos nas décadas de 70 e 80. Segundo ainda o magistrado Guido Salvini, aproximadamente 3.000 ex-terroristas foram condenados à prisão perpétua na Itália por crimes perpetrados naquele período. A maioria deles, cerca de 2.900, já estão em liberdade.

A decisão de burlar a justiça levou o condenado a rumar para a América do Sul e ingressar em território brasileiro com passaporte falso, provavelmente nos idos de 2004. O roteiro não foi de todo original. A exemplo de Battisti, outros fugitivos da justiça escolheram a cidade do Rio de Janeiro para viver sob o manto de outra identidade. Em 18 de março de 2007, graças a uma ação conjunta da Polícia Federal do Brasil e da Interpol italiana e Francesa, ele foi preso quando caminhava pelo famoso calçadão da não menos lendária praia de Copacabana. A partir

de então, teve início o tortuoso itinerário de Battisti no Brasil, repleto de filigranas jurídicas e de posturas dúbias assumidas pelo governo brasileiro. Houve tergiversação em excesso e com todas as letras, sem "dourar a pílula", a decisão de conceder asilo político a Cesare Battisti foi um equívoco rotundo. Lembrando o dramaturgo Shakespeare: "Mas, que é um nome? Se outro nome tivesse a rosa, em vez de rosa, Deixaria de ser por isso perfumosa?".

O desfecho desse rumoroso caso, além de criar uma anomalia constitucional, projeta insegurança jurídica para as extradições futuras. O governo do presidente Lula não hesitou em rasgar o acordo de extradição firmado, soberanamente, com a Itália em 1989, sem falar na grave violação à Convenção de Genebra, já mencionada por magistrados europeus.

Tenho por princípio inabalável não comentar, muito menos emitir juízo de valor sobre decisões de nossa Suprema Corte. Não incorreria desta tribuna nessa impropriedade. Apenas reproduzo algumas passagens das decisões proferidas no âmbito daquela corte.

Na longa noite do dia 8 de junho passado, o Supremo Tribunal Federal, por 6 votos a 3, decidiu que Cesare Battisti deveria ser solto. Ao proclamar tal veredicto, a maioria dos integrantes daquela Corte suprema, entendeu que a decisão do ex-presidente Lula de negar a extradição de Battisti para a Itália foi um "ato de soberania nacional" que não pode ser revisto pelo Supremo (entendimento acolhido pelos Ministros Luiz Fux, Cármen Lúcia Antunes Rocha, Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Ayres Britto e Marco Aurélio).

Os votos divergentes, qual sejam, cassar o ato do ex-Presidente da República e determinar o envio de Battisti para a Itália, foram emitidos pelos Ministros Gilmar Mendes (relator do processo), Ellen Gracie, ambos ex-presidentes da Suprema Corte, e pelo atual presidente Cezar Peluso.

"O senhor presidente da República, neste caso, descumpriu a lei e a decisão do Supremo Tribunal Federal", concluiu o Ministro Peluso.

Em extenso voto, o Relator Gilmar Mendes afirmou que o ex-presidente da República negou a extradição de Battisti com base em argumentos rechaçados pelo Supremo em novembro de 2009, quando o pedido do governo italiano foi autorizado. Ele destacou que o Estado brasileiro, na pessoa do presidente da República, é obrigado a cumprir o tratado de extradição e que um eventual descumprimento deveria, sim, ser analisado pelo Supremo.

"No Estado de Direito, nem o presidente da República é soberano. Tem que agir nos termos da lei, respeitando os tratados internacionais". E prosseguiu

dizendo: “Não se conhece, na história do país, nenhum caso, nem mesmo no regime militar, em que o presidente da República deixou de cumprir decisão de extradição do Supremo Tribunal Federal”.

Na mesma linha de raciocínio, se posicionou a Ministra Ellen Gracie concordando que o ato do ex-presidente da República está sujeito ao controle jurisdicional como qualquer outro ato administrativo. Ressaltou a necessidade do sistema de “pesos e contrapesos” e “formas de revisão e reanálise” dos atos de um Poder da República pelo outro.

“Li e reli o parecer oferecido pela Advocacia Geral da União-AGU ao presidente e ali não encontrei menção a qualquer razão ponderável, qualquer indício que nos levasse à conclusão de que o extraditado fosse submetido a condições desumanas (se enviado à Itália). Ela observou em boa hora que o tratado é a lei entre as nações e que sua observância garante a paz. “Soberania o Brasil exerce quando cumpre os tratados, não quando os descumpre”.

No tocante ao mencionado parecer da AGU, vale ressaltar que o órgão do governo ignorou a legislação e elaborou um parecer político, oferecendo as justificativas “técnicas” de que o presidente Lula demandava para decidir pela permanência de Battisti no País, com o status de imigrante. O professor de direito constitucional da PUC José Ribas Vieira reforça dizendo que o parecer em epígrafe “enche lingüiça” e não responde a principal questão: qual a natureza jurídica da permanência? Ele não define o status do refúgio concedido.

É mister ainda destacar que a decisão do Conselho Nacional de Imigração que concedeu visto de permanência ao ex-terrorista Cesare Battisti, concedendo ao foragido da justiça italiana o direito de viver e trabalhar por tempo indeterminado no Brasil, é manifestamente ilegal. A flagrante ilegalidade foi objeto de inúmeros editoriais e densos comentários nos principais veículos da mídia impressa nacional. Isso demonstra que os formadores de opinião do País estão atentos à violação da lei e às afrontas ao ordenamento jurídico.

A ilegalidade é ostensiva. A decisão do colegiado vinculado ao Ministério do Trabalho e integrado por 9 representantes de Ministérios, 5 de sindicatos, 5 de entidades patronais e 1 da comunidade científica – colide com a Lei 6.815 de 1981, que criou o órgão e define a situação jurídica dos estrangeiros no Brasil. O inciso IV do artigo 7º da referida lei proíbe explicitamente a concessão de visto “ao estrangeiro que foi condenado ou processado em outro país por crime doloso, passível de extradição segundo a lei brasileira”.

Seria desnecessário reprisar que o foragido em tela foi condenado à prisão perpétua pela Justiça italiana por quatro assassinatos cometidos na década de 1970, quando integrava o PAC. Ademais, não é despidendo enfatizar que no momento em que Battisti foi processado, julgado e condenado, a Itália vivia em plena normalidade política e constitucional, sob a égide da democracia plena.

Há outro agravante que impediria a concessão do visto de permanência a Battisti. Ele foi condenado no Brasil em primeira instância da Justiça Federal à pena de dois anos em regime aberto, convertida em pagamento de multa e prestação de serviços à comunidade, por usar passaportes franceses falsificados, encontrados em seu poder quando foi preso pela Polícia Federal, em 2007, a pedido do governo italiano. Em que pese ter recorrido da sentença, a decisão foi mantida há oito meses pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região. No inciso II do artigo 7º, a Lei nº 6.815 proíbe igualmente a concessão de visto “ao estrangeiro considerado nocivo à ordem pública”. A concessão do visto de permanência a Battisti, pelo Conselho de Imigração é mais uma ignomínia que macula o governo brasileiro nesse processo.

Não poderia deixar de fazer menção à história do padre italiano Vito Miracapillo e cotejá-la com o caso Cesar Battisti. O primeiro, filho de pequenos agricultores da Puglia, ordenou-se padre aos 33 anos e optou por vir exercer o sacerdócio na diocese de Palmares (zona da mata sul de Pernambuco). O segundo, filho de operários do Lácio, chegou ao Brasil clandestinamente, fugitivo da Justiça italiana e francesa. Mircapillo foi banido do território nacional na ditadura militar e trava uma luta há 31 anos para obtenção do mesmo visto de permanência e trabalho que Battisti conseguiu no prazo recorde de 13 dias. Esse episódio como tão bem escreveu a editora do **Jornal Valor Econômico** em artigo de 2 de setembro último, “só aprofunda a inexplicável diferença de tratamento a eles conferido pelas autoridades brasileiras”.

O padre trava nesse momento uma luta para conseguir o visto de permanência no Brasil e ingressa no País na condição de turista. Em 1993, o então presidente Itamar Franco revogou o decreto de expulsão (assinado pelo presidente João Figueiredo) do religioso do Brasil, mas o Ministério da Justiça nega a regularização.

Gostaria aqui de ilustrar reproduzindo algumas das palavras proferidas à época por Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, no desfecho da expulsão do padre e que poderiam perfeitamente aludir o caso Battisti: “... Continuaremos a luta pacífica. Continuaremos, inclusive, a sustentar que defender os

direitos humanos é direito e dever de todas as criaturas humanas, sobretudo os cristãos. Saiba que não é o povo brasileiro que o está expulsando”.

Peço atenção dos senhores Senadores para citar algo que julgo emblemático: segundo declarou o padre Miracapillo, ao longo do governo Lula, ele encaminhou o pedido de revalidação de seu visto de residente duas vezes, sem sucesso. Em uma delas, pediu a intervenção de Frei Betto, então assessor especial do presidente de Lula. “Eu mesmo escrevi uma carta a Lula”, revelou ele. Nunca obteve resposta. Todas as tentativas foram infrutíferas.

O juiz italiano Guido Salvini em suas declarações à imprensa brasileira sempre advertiu que “aqueles que querem proteger Battisti como refugiado político esquecem que ele não foi condenado por crimes de opinião”. Vale lembrar o contexto histórico no qual ocorreu a expulsão: ao receber pedido do prefeito do Município de Ribeirão para celebrar uma missa em homenagem ao 7 de setembro, padre Vito enviou-lhe uma carta. Escreveu que, além de já estar comprometido com a celebração de outras missas na data e no horário sugeridos ele não reconhecia independência num povo reduzido à condição de pedinte e sem proteção de seus direitos. Os generais de plantão não perdoaram e expulsaram o religioso. A CNBB adotou como lema pastoral naquele ano: “A independência somos todos nós”.

Manobras no cume

Nos dias que seguem, o governo brasileiro vem adotando manobras diplomáticas para retardar um julgamento pela Corte Internacional de Justiça de Haia, e dessa forma reduzir a repercussão de uma eventual condenação pela decisão de não extraditar Battisti.

O Brasil de forma calculada rejeitou a proposta italiana de criação uma comissão de conciliação para se chegar a uma “solução jurídica amigável”. Nesse contexto, o governo tenta manter o assunto na esfera reservada dos despachos diplomáticos e evita a ribalta de um tribunal internacional.

A Itália solicitou ao Brasil a indicação de um representante para a Comissão Permanente de Conciliação, prevista na Convenção sobre Conciliação e Solução Judiciária, assinada pelos dois países em 1954. Assim, conforme o texto da Convenção, daria por encerradas as tratativas sobre o caso pela via diplomática. Um árbitro neutro, provavelmente indicado pela Corte de Haia, estaria incumbido de propor um acordo entre as partes. O prazo estipulado pela Itália não está expresso na convenção e, por isso, o Brasil não trabalhava com esse limite.

Para finalizar, desejo expressar mais uma vez que nesse caso a repulsa italiana é também bra-

sileira. O Governo brasileiro ao proteger Cesare Battisti não representou o sentimento nacional. A indignação introjetada pela sociedade brasileira não dormita na sinecura do “*dolce far niente*” concedido ao condenado.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias, a solicitação de V. Ex^a, no que se refere à publicação do restante do seu pronunciamento, será atendida, de acordo com o Regimento.

Com a palavra o Senador Paulo Paim. V. Ex^a dispõe do tempo que o Regimento lhe permite.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr, Presidente Wilson Santiago, quero falar um pouco hoje sobre o turismo no Brasil, já que lembramos, nesta semana, o Dia Mundial do Turismo.

Sr. Presidente a indústria do turismo é, sem sombra de dúvida, uma importante atividade para o crescimento econômico, social, cultural, que busca promover a integração entre os povos. Conforme pesquisa recente, cerca de 10% da força do trabalho global, em empregos diretos e indiretos, vem pelo turismo, e a expectativa é de um crescimento que pode dobrar.

No Brasil, a cada ano, mais e mais turistas chegam para conhecer nossa cultura, folclore, história, riquezas naturais, sem contar o atrativo mercado de negócios. O nosso País está às vésperas de sediar grandes eventos esportivos que vão expor ao mundo a nossa capacidade gerencial de organização e, com certeza, vai mostrar também o nosso crescimento, até porque caminhamos para ser a quinta economia do mundo.

Estamos falando de eventos esportivos, principalmente Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014), Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, que vão até 2016.

É certo que estamos fazendo com dificuldades o dever de casa, mas haveremos de avançar. Estamos conscientes de que a realização desses eventos não são garantias de que nós teremos um desenvolvimento turístico sustentável como gostaríamos – falamos aqui, inclusive, do meio ambiente –, mas estamos avançando.

O nosso horizonte é a longo prazo, para que esses eventos não sejam somente o que eles chamam de “bolhas turísticas”, que geram forte demanda imediata sem ganhos sociais a longo prazo. Entendo que teremos ganhos sociais, sim, de imediato, devido ao

número de empregos que estamos gerando. E a longo prazo, com as obras feitas, claro que vai ter uma repercussão também no social.

Portanto, a nossa carga de responsabilidade é grande, mas, conforme já deixei claro desta tribuna em outros momentos, estamos dentro de um cronograma estabelecido para fazermos as reformas e transformações necessárias, quer seja nos estádios, aeroportos, avenidas, metrô, hotéis, quer seja, enfim, em toda a infraestrutura que esses eventos exigem.

Eu lembro aqui, por exemplo, a questão meu Estado. O Governo do Rio Grande do Sul, através da Pasta do Turismo, tem à frente a Secretária Abigail Pereira, do PCdoB, que está em sintonia com o Governo Federal e com as obras, neste momento tão importante, no campo do esporte.

O objetivo para o quadriênio 2011/2014 é potencializar ao máximo o turismo gaúcho como atividade econômica e social em parceria com o Plano Nacional do Turismo e a Integração Regional com o Mercosul, garantindo assim investimentos e credenciando o Estado para tornar-se referência.

Posso citar aqui alguns itens do plano do Governo do Estado: incentivo às atividades não agrícolas. Aí, avançamos com o turismo rural, gastronômico, ecológico, dialogando diretamente com a paisagem natural do meu Estado, que é belíssima. Avançaremos na cultura, na história e vamos também apontar a vocação regional.

Outro ponto previsto é a rearticulação turística com Santa Catarina e também com o Paraná. Políticas internacionais estão no norte da Secretaria do Turismo, conforme a Secretária Abigail Pereira: aproximação com o Uruguai, para desenvolver o turismo do pampa; negociações em parcerias com o Ministério das Relações Exteriores para melhorias nas áreas de fronteira; e consolidação do Rio Grande do Sul como capital de eventos e negócios do Cone Sul.

Sr. Presidente, aproveito esse gancho do turismo com outros países da nossa região para falar um pouco sobre a integração da América do Sul pelo turismo. Lembro que esse assunto foi bem abordado pelo presidente da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), o ex-Deputado Flávio Dino, em recente entrevista.

Creio que o nosso País está maduro o suficiente para compreender que o Mercosul e a integração da América do Sul passam também pelo turismo.

O Presidente da Embratur, Flávio Dino, é de opinião, e eu concordo com ele, que o nosso continente pode também produzir um efeito positivo, como foi na Europa nessa área.

O segredo europeu é o turismo intrarregional. Cerca de 80% dos turistas que viajam pela Europa são

europeus, e é importante que o Brasil se torne mais conhecido pelos brasileiros, mas também pelos países vizinhos. Assim, estaremos avançando, com certeza, em uma política continental.

É claro que já existem avanços com aumento de linhas aéreas e há expansão do fluxo de turistas. Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, Bolívia, Colômbia e Peru figuram entre os 15 maiores mercados emissores de turistas para o Brasil.

É importante destacar aqui, para nossa reflexão, o Programa Calypso, uma iniciativa do turismo social da Comissão Europeia, que beneficia jovens, pessoas com deficiência e idosos, aproveitando os períodos chamados de baixa temporada.

Lembro que a Constituição brasileira define o turismo como direito fundamental. Esse assunto, com certeza, Sr. Presidente, é cativante e é fundamental para o desenvolvimento sustentável e integração de toda a América do Sul.

Com toda a certeza, Sr. Presidente, nós vamos avançar, e muito, nessa área para que o Brasil cresça ainda mais na área do turismo, mas também que haja uma parceria permanente com todos os países que compõem, principalmente, a América do Sul.

Sr. Presidente, quero ainda aproveitar o tempo para registrar que recebi da Anamatra um documento assinado por inúmeras entidades que manifestaram o seu ponto de vista pela importância da luta em defesa da magistratura e do Ministério Público.

Alguns desses pontos, Sr. Presidente, eu destaco devido ao Dia Nacional da Valorização da Magistratura e do Ministério Público. A Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União é integrada pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra; Associação dos Juizes Federais – Ajufe; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação dos Magistrados da Justiça Militar Federal – Amajum; Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios – Amagis/DF; Associação do Ministério Público do DF e Territórios, em articulação com a Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB e também AMPDFT; e Associação Nacional dos Membros do Ministério Público assinam o documento no Dia Nacional da Valorização do Ministério Público e da Magistratura.

Vêm a público eles, conforme documento que recebi, informar que há muito as entidades representativas dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público vem denunciando a falta de política institucional que garanta a segurança dos agentes políticos dotados do dever-poder de promover e de realizar a

justiça, fundamental para a democracia e para todos os brasileiros.

Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, constantemente, sofrem ameaças e são submetidos ao estresse de cumprir seu dever constitucional mediante o sacrifício de sua segurança [de sua vida] e da sua família. Infeliz e lamentavelmente, a covarde execução de juízes, promotores e atentados outros sempre presentes na imprensa expõem e confirmam, de forma trágica, o estado de insegurança a que estão submetidos Membros do Judiciário e do Ministério Público. Nunca é demais salientar que atentados dessa ordem, ademais de vitimar as famílias envolvidas, com as quais [aqui somos totalmente solidários] (...) afrontam o estado democrático de direito e a própria independência das Instituições.

[Outro ponto que eles destacam, Sr. Presidente, é que não tem] merecido o apropriado tratamento é o sistema de saúde para Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, notadamente quanto à imprescindibilidade de prevenir os agravos à saúde física e mental e proteção previdenciária adequada. Recente pesquisa realizada pela Anamatra, cujos resultados, pelas condições similares de trabalho e de estresse, podem ser extrapolados para os outros ramos do Judiciário e do Ministério Público, revela que esses profissionais têm apresentado percentual maior de adoecimento em comparação com o conjunto da sociedade, sendo extremamente elevadas as ocorrências de doenças físicas e psíquicas que os acometem. Urge, portanto, que se estruturam programas integrados de prevenção de males à saúde dos Membros do Judiciário e [também] do Ministério Público e adequação de cobertura previdenciária. [A adequação de cobertura, Sr. Presidente, tem que ser adequada à realidade desses profissionais.]

[Inclusive, Sr. Presidente], o Poder Judiciário e o Ministério Público estão vilipendiados! Direitos e prerrogativas básicos de seus Membros têm sido, sistematicamente, negados, como o imprescindível aparato de segurança que garanta a incolumidade da saúde e da vida; a adequada cobertura previdenciária; um sistema de saúde que previna doenças; uma política remuneratória que resgate a valorização do tempo de carreira.”

Eles também, aqui no documento, Sr. Presidente, que não vou ler na íntegra, falam, de forma muito contundente, do número de profissionais que estão se suicidando nessa área, devido ao estresse, à pressão e às ameaças de morte, inclusive não só como foi o caso do Rio, de uma juíza, como de diversos promotores, procuradores e Juízes.

Sr. Presidente, quero, com certeza, receber um aparte do Senador Mozarildo, para que depois eu conclua o meu pronunciamento.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Paim, realmente V. Ex^a toca num ponto com relação ao Poder Judiciário. Há sedimentado, em relação ao Poder Judiciário, mais ou menos o que é sedimentado na consciência da sociedade em relação aos políticos. Para a sociedade, via formadora de opinião, todo político é corrupto e, em relação ao Judiciário, toda justiça é lenta, é morosa, como se o juiz não fosse obrigado a cumprir a lei, a seguir o processo adequado, a fazer o devido processo legal, dando o direito de ampla defesa. Isso está na lei. O juiz que não fizer isso vai ter ou o processo que ele julgou invalidado, ou vai cometer uma injustiça. Então, quero, posso até ser considerado suspeito porque tenho dois filhos juízes, mas temos que convir que o Judiciário talvez seja o pilar mais fundamental de uma democracia depois do Legislativo porque, verdadeiramente, o trabalho dos juízes é estressante, extenuante mesmo e, o que é pior, eles não têm nenhuma segurança pessoal nem para sua família. Acho que é hora de se pensar que eles tenham uma polícia própria, uma carreira própria e que não fiquem à mercê de polícia estadual, seja civil, seja militar e até mesmo porque a Polícia Federal também não tem condição de dar essa segurança. Quero somar-me a V. Ex^a e dizer que pretendo vir a essa tribuna, embora, repito, possa parecer que sou suspeito porque tenho dois filhos juízes, mas até por isso é que conheço muito bem como é que vive um juiz de primeira instância. Esse, sim, é que carrega o piano de fato, embora se diga: “Ah, o Ministro do Supremo tem não sei quantos mil processos”. Como é que chegaram às mãos dele? Depois de passarem pela primeira instância. Então, quero dizer a V. Ex^a que é muito importante, partindo de um Senador do seu gabarito, que é sempre justo, que haja esse relato e a defesa do Poder Judiciário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Mozarildo. V. Ex^a enriquece meu pronunciamento porque, além do documento que recebi da liderança, V. Ex^a tem filhos que atuam nessa área e sabem da realidade como ninguém.

Eu sempre digo que cada um sabe onde o sapato aperta e qual é o calo que machuca!

Então, o depoimento de V. Ex^a é um exemplo prático da vida que os seus filhos enfrentam para cumprir a missão de defender o nosso povo, a nossa gente, via Judiciário. Obrigado a V. Ex^a.

Eu termino, Sr. Presidente. Hoje, Sr. Presidente, completa 35 anos de aniversário a Anamatra. No dia 28 de setembro – exatamente no dia 28; dia 28 foi ontem, hoje são 29 –, no dia 28 de setembro de 1976, 86

juízes do trabalho uniram-se com o propósito libertário de fundar uma entidade que pudesse auxiliar a Justiça do Trabalho a alçar o patamar de respeito dentro da organização social, política e democrática brasileira.

A união desses magistrados do trabalho, que festejaram ontem o aniversário, deu origem à Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, ANA-MATRA. Quero dar meus parabéns a todos os juízes do trabalho e meus parabéns à Anamatra!

E quero salientar, Sr. Presidente, que inúmeros projetos, Senador Mozarildo, que aqui apresentei foram construídos pela Anamatra. Por exemplo, o aviso prévio proporcional – que a Câmara, enfim, votou, depois de o Senado ter votado há vinte anos – só foi votado porque a Anamatra, há mais ou menos quatro anos, trouxe a nós um projeto que apresentamos aqui e que ficou circulando pelos escaninhos, como a gente diz, do Congresso, nem o relator foi indicado. Mas, quando perceberam que esse projeto poderia ser base para que o Supremo decidisse que ia assegurar, em cada cinco anos, mais um mês de aviso prévio, que iria dar, no total, 180 dias, rapidamente a Câmara se movimentou e aprovou o aviso prévio de 90 dias; trinta dias, mais três dias por ano.

Então, quero render as minhas homenagens à Anamatra pelas inúmeras iniciativas; uma delas, a do aviso prévio. E lembro aqui que o próprio Presidente Sarney, na oportunidade em que apresentei, também apresentara um projeto semelhante. Depois, entendemos que só um devia circular. E circulou o nosso, dirigido a este Senador pela Anamatra, que foi fundamental para termos hoje a lei do aviso prévio. Não é o ideal, mas é um avanço. Não são mais 30 dias somente agora; são 30 dias, mais três dias por ano de trabalho.

Assim, Sr. Presidente, eu quero aqui, de forma muito tranquila, festejar os 35 anos da Anamatra. E aí faço uma homenagem a todos os juízes pelo trabalho em defesa de toda a nossa gente.

Por fim, Sr. Presidente, ficando exatamente no meu tempo, nos últimos dois minutos, eu queria que V. Ex^a, primeiro, considerasse na íntegra os meus pronunciamentos, e este último, um artigo que escrevi para o *Jornal Zero Hora*, do Rio Grande do Sul, que leva o título “Indignação”.

O artigo foi publicado na íntegra, Sr. Presidente, e fortalece uma caminhada que venho travando há mais de 26 anos. O primeiro discurso que fiz quando cheguei, há 26 anos, na Câmara, foi pelo fim do voto secreto. E me parece que agora estamos avançando, temos uma PEC aqui na Casa e há uma PEC também na Câmara dos Deputados.

Por fim, Senador Clésio, quero só confirmar a V. Ex^a, nesses vinte segundos, que amanhã eu estarei lá

em Uberlândia para debater o Estatuto do Motorista e representarei V. Ex^a, se assim entender, já que V. Ex^a está colaborando muito para a construção coletiva no sentido de regulamentarmos a situação do transporte terrestre, na visão dos trabalhadores e também dos empreendedores.

Se me permitir mais trinta segundos, eu quero agradecer ao Senador Clésio, que é mineiro, porque eu receberei lá o título de Cidadão de Uberlândia.

Aí, vou ser meio mineirinho também!

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, utilizarei a tribuna para tecer algumas palavras sobre o Dia Mundial do Turismo, celebrado dia vinte e sete de setembro.

A indústria do turismo é uma importante atividade de desenvolvimento econômico, social e cultural que promove a integração dos povos.

Conforme pesquisas, representa cerca de 10% da força de trabalho global, em empregos diretos e indiretos, e a expectativa de crescimento futuro é enorme.

No Brasil, a cada ano, mais e mais turistas chegam para conhecer nossa cultura, folclore, história e riquezas naturais, sem contar o atrativo mercado de negócios.

O nosso país está às vésperas de sediar grandes eventos esportivos que vão expor ao mundo a nossa capacidade de organização e gerencial.

Obviamente que estou falando da Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014), Jogos Olímpicos e Paraolimpíadas do Rio (2016).

É certo que estamos fazendo o dever de casa. Mas, conscientes de que a realização desses eventos não são garantias de desenvolvimento turístico sustentável.

O nosso horizonte é a longo-prazo para que esses eventos não se transformem em “bolhas turísticas” que geram forte demanda imediata sem ganhos sociais.

Portanto, a nossa carga de responsabilidade é volumosa. Mas, conforme já deixei claro aqui desta tribuna em outros pronunciamentos, estamos dentro do cronograma estabelecido para fazermos as reformas e as transformações necessárias: estádios, aeroportos, avenidas, metrô, hotéis.

Sr. Presidente, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da pasta do Turismo, tendo a frente, a secretária Abigail Pereira, está em sintonia fina com o governo federal.

O objetivo para o quadriênio 2011/2014 é potencializar ao máximo o turismo gaúcho como atividade econômica e social, em parceria com o Plano Nacional do Turismo e à integração regional com o Mercosul, garantindo investimentos e credenciando o estado para tornar-se referência.

Posso citar alguns itens do plano governamental: Incentivo às atividades não-agrícolas, como o turismo rural, gastronômico, ecológico, dialogando diretamente com a paisagem natural, histórica, cultural e vocações regionais. Outro ponto previsto é a rearticulação turística com Santa Catarina e Paraná.

Políticas internacionais estão no norte da secretária Abigail Pereira: Aproximação com o Uruguai para desenvolver o turismo do pampa; Negociações em parceria com o Ministério das Relações Exteriores para melhorias nas áreas de fronteira; e consolidar o RS como a capital de eventos e negócios do Cone Sul.

Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito esse gancho de turismo com outros países da nossa região e gostaria de falar um pouco sobre a integração da América do Sul pelo turismo.

Lembro que este assunto foi muito bem abordado pelo presidente da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), o ex-deputado Flávio Dino, em artigo publicado.

Creio que o nosso país está maduro suficiente para compreender que o Mercosul e a integração da América do Sul passa também pelo turismo de viagens.

O Presidente da Embratur, Flávio Dino, é da opinião, e, eu concordo com ele, de que o nosso continente pode também reproduzir um fenômeno europeu.

O segredo europeu é o turismo intrarregional: cerca de 80% dos turistas que viajam pela Europa são europeus. É importante que o Brasil se torne mais conhecido pelos turistas dos países vizinhos e que os brasileiros visitem mais o nosso continente.

É claro que já existem avanços com o aumento de linhas aéreas e a expansão do fluxo de turistas: Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, Bolívia, Colômbia e Peru figuram entre os 15 maiores mercados emissores de turistas para o Brasil.

Importante destacar aqui para a nossa reflexão o Programa Calypso, uma iniciativa de turismo social da Comissão Europeia, que beneficia jovens, pessoas com deficiência e idosos, aproveitando os períodos de baixa temporada. Lembro que a Constituição brasileira define o turismo como direito fundamental.

Este assunto é cativante e de fundamental importância para o desenvolvimento e integração da América do Sul.

Com toda certeza, senhor Presidente, voltarei a esta tribuna ou quem sabe vamos levar essa questão do turismo e América do Sul para as comissões.

Era o que tinha a dizer,

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi da ANAMATRA um documento em que diversas entidades manifestam-se sobre pontos importantes para a MAGISTRATURA e o MINISTÉRIO PÚBLICO.

Vou ler alguns pontos desse documento elaborado para o DIA NACIONAL DE VALORIZAÇÃO DA MAGISTRATURA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

A Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (FRENTAS), integrada pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), Associação dos Magistrados da Justiça Militar Federal (AMAJUM), Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios (AMAGIS/DF), e Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), em articulação com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), no Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público, vem a público manifestar-se nos seguintes termos.

1. Há muito as entidades representativas dos Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público vêm denunciando a falta de política institucional que garanta a segurança dos agentes políticos dotados do dever-poder de promover e de realizar a justiça, fundamental para a democracia brasileira. Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, constantemente, sofrem ameaças e são submetidos ao estresse de cumprir seu dever constitucional mediante o sacrifício de sua segurança própria e da sua família. Infeliz e lamentavelmente, a covarde execução de juizes, promotores e atentados outros sempre presentes na imprensa expõem e confirmam, de forma trágica, o estado de insegurança a que estão submetidos Membros do Judiciário e do Ministério Público. Nunca é demais salientar que atentados dessa ordem, ademais de vitimar as famílias envolvidas, com as quais nos solidarizamos, afrontam o estado democrático de direito e a própria independência das Instituições.

2. Outro ponto que não tem merecido o apropriado tratamento é o sistema de saúde para Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, notadamente quanto à imprescindibilidade de prevenir os agravos à saúde física e mental e proteção previdenciária adequada. Recente pesquisa realizada pela Anamatra, cujos resultados, pelas condições similares de trabalho e de estresse, podem ser extrapolados para os outros ramos do Judiciário e do Ministério Público, revela que

esses profissionais têm apresentado percentual maior de adoecimento em comparação com o conjunto da sociedade, sendo extremamente elevadas as ocorrências de doenças físicas e psíquicas que os acometem. Urge, portanto, que se estructurem programas integrados de prevenção de males à saúde dos Membros do Judiciário e do Ministério Público e adequação de cobertura previdenciária.

3. O Poder Judiciário e o Ministério Público estão vilipendiados! Direitos e prerrogativas básicos de seus Membros têm sido, sistematicamente, negados, como o imprescindível aparato de segurança que garanta a incolumidade da saúde e da vida; a adequada cobertura previdenciária; um sistema de saúde que previna doenças físicas e mentais; uma política remuneratória que resgate a valorização do tempo de carreira e que garanta a recomposição das perdas inflacionárias (Artigo 37, inciso X, da Constituição Federal).

4. Os Membros do Ministério Público e do Judiciário também têm sofrido os nefastos efeitos da ausência de política remuneratória. Nega-se a essas carreiras – detentoras de relevante parcela do poder estatal e, portanto, submetidas à elevada responsabilidade de promover e de arbitrar justiça, no exercício da função jurisdicional –, a retribuição condigna e compatível com a relevante e grave atividade de agente político que lhes são próprias.

5. Entre janeiro de 2006 (fixação do subsídio pela Lei nº 11.143/2005) e agosto de 2011, o índice de inflação oficial (ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA) acumula 31,1376%. Descontada reposição parcial determinada pelas Leis nº 12.041/2009 e 12.042/2009 ($5\% + 3,88\% = 9,07\%$), as perdas inflacionárias acumuladas no período chegam a 22,0676%, o que representa a subtração de quase um quarto do poder de compra dos Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público em cinco anos.

6. Apesar de enviados ao Congresso Nacional, para cumprimento do mandamento constitucional, pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Procurador-Geral da República em agosto de 2010, os Projetos de Lei nº 7.749/2010 e 7.753/2010, que objetivam a reposição inflacionária parcial, até dezembro de 2010, com reajuste de 14,79% a partir de janeiro de 2011, ainda não mereceram da Câmara dos Deputados apreciação em nenhuma comissão daquela Casa. Outras carreiras do Serviço Público tiveram sua recomposição assegurada por meio de medidas provisórias, enquanto que o Poder Judiciário e o Ministério Público, ao valorizarem o processo legislativo perante o Parlamento brasileiro, ainda não foram atendidos.

7. É imprescindível a adoção de medidas e ações que sejam eficazes no processo de construção da polí-

tica remuneratória que assegure não somente a dignidade dos subsídios dos Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, mas também que restaure a valorização das carreiras, na posição alçada constitucionalmente como teto remuneratório, em ordem a preservar o recrutamento de quadros de excelência, o que denuncia de forma clara e inegável o reiterado descumprimento da norma constitucional que impõe a revisão anual (CF, art. 37, X) e a irredutibilidade dos subsídios (CF, arts. 95, III, e 128, § 5º, I, “c”) e merecer ser superado, com urgência, pelos poderes constituídos.

8. Há, ainda, que encontrar-se solução para o quadro atual de desconsideração do tempo dedicado ao serviço público. Diferentemente das demais carreiras, que possuem sistemas de progressão horizontal e vertical em classes e níveis que evoluem com o seguir do tempo, para os Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, desde a supressão do adicional do tempo de serviço quando implantado o regime de subsídio, não há nenhum critério de valorização e estímulo de evolução e permanência da carreira. Nesse contexto, a única forma de valorizar e premiar o tempo de serviço dedicado à grave, essencial e tormentosa função jurisdicional é o restabelecimento do adicional por tempo de serviço para os Membros do Judiciário e do Ministério Público.

9. O reiterado desrespeito a tão nobres direitos e prerrogativas dos dignitários Membros do Ministério Público e do Judiciário, aos quais a Carta Magna confiou a promoção da justiça e o exercício da judicatura, põe em risco a própria independência, garantia maior da cidadania, e a harmonia do Poder Judiciário em face dos demais poderes, em afronta direta à norma, qualificada como cláusula pétrea, constante do art. 2º da Constituição da República.

10. Ante o exposto, as Associações supramencionadas conclamam, neste Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público, os Excelentíssimos dirigentes dos Poderes Legislativos, Executivo e Judiciário, bem como da Procuradoria–Geral da República, reivindicando:

- a instituição de política nacional de segurança que garanta a incolumidade da saúde e da vida, com imediatas alterações legislativas pertinentes;

- um sistema de saúde que previna adoecimentos físicos e mentais, com adequada cobertura previdenciária;

- uma política remuneratória que respeite a Constituição Federal e garanta a recomposição das perdas inflacionárias e que resgate a valorização do tempo de carreira dos Membros da Magistratura e do Ministério Público.

Sr. Presidente, gostaria de mencionar neste registro também que há 35 anos, no dia 28 de setembro de 1976, 88 juizes do trabalho uniram-se com o propósito libertário de fundar uma entidade que pudesse auxiliar a Justiça do trabalho a alçar o patamar de respeito dentro da organização social brasileira.

A união desses magistrados do Trabalho deu origem à Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, a ANAMATRA.

Quero dar os meus parabéns aos juizes do Trabalho, meus parabéns à ANAMATRA!!! E, quero salientar a participação da ANAMATRA em diversas lutas importantes que travamos em favor dos nossos trabalhadores.

Uma delas é o caso do aviso prévio. Apresentei, em 2009, o PLS 112, pois havia necessidade de adaptar e modernizar o texto da CLT quanto à questão. Isso foi feito em parceria com a ANAMATRA.

Fizemos as devidas alterações no sentido de fortalecer os laços de cooperação entre o trabalho legislativo e as instituições da sociedade brasileira.

Era o que tinha a dizer,

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi publicado no jornal gaúcho “Zero Hora”, no dia de ontem, artigo que escrevi sobre o voto secreto.

Gostaria de lê-lo aqui, pois o tema sempre é adequado e importante.

O título do artigo é: “Chamamento à indignação” e diz assim:

“Creio que uma das primeiras medidas para combater a corrupção e a impunidade é acabarmos com as votações secretas no Congresso Nacional.

A população tem o direito de saber como os senadores e deputados se posicionam e votam.

O parlamentar recebe uma procuração lavrada nas urnas. Nesse momento, é firmado um acordo implícito entre eleitos e eleitores que fundamentalmente não pode, de jeito nenhum, contemplar a ocultação de decisões.

O voto secreto faz sentido nos regimes de exceção, para proteger os parlamentares de perseguições em caso de voto contrário aos interesses do governo. No Estado democrático de direito, não há argumento para que se continue votando secretamente.

Com o voto secreto, acusações muitas vezes infundadas podem ser feitas como uma metralhadora giratória, gerando disputas desleais entre forças políticas, pois ninguém sabe e nunca saberá do voto que foi dado.

O voto secreto é tão injusto, que pode se tornar um instrumento para condenar inocentes ou absolver culpados, tanto no caso de julgados como no de julgadores. É essa trama nebulosa e obscura que temos o dever de combater com as armas do diálogo e da argumentação.

Algumas assembleias não utilizam esse sistema, como as do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.

Essa iniciativa dá transparência, expondo as convicções do parlamentar e obrigando-o a confirmá-las, fortalecendo, assim, o acordo firmado entre eleitos e eleitores quando do momento da urna eletrônica.

Vários parlamentos do mundo não utilizam o voto secreto para apreciação de vetos, leis, emendas, nomeações, indicações. Nos EUA, ocorreu o famoso caso do impeachment do então presidente Bill Clinton, que acabou absolvido inclusive com votos de republicanos. Dessa forma, todos puderam ter conhecimento da posição de cada parlamentar em relação ao assunto.

Quando fui deputado, apresentei projeto para acabar com o voto secreto e, logo depois que assumi uma cadeira no Senado, apresentei uma proposta de emenda à Constituição (PEC 50) neste sentido. Ela já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e está pronta para votação no plenário.

Creio que é necessário que resgatemos a nossa capacidade de indignação, e aqui, em especial, em relação ao voto secreto, e que sigamos o chamamento de um dos redatores da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Stéphane Hessel de 93 anos: Indignai-vos!”

*Senador (PT-RS)

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Paim!

Será publicada, na íntegra, a solicitação de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Wellington Dias, pela Liderança do PT.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, gostaria de, primeiro, registrar aqui e dar como lido um pronunciamento que trata da sessão que tivemos ontem aqui, sobre a Canção Nova, um importante ato do povo brasileiro por esse trabalho belíssimo feito em todo o Brasil.

O que me traz aqui, na verdade, é fazer um apelo ao conjunto dos parlamentares. Nós temos, na próxi-

ma quarta-feira, uma sessão do Congresso, convocada para a votação do veto que trata da distribuição dos *royalties* e participação especial do pré-sal. Nós temos, na terça-feira, a chance de votar três medidas provisórias – ontem votamos uma; eram quatro, votamos uma –, três medidas provisórias que estão, na verdade, trancando, obstruindo a pauta para essa votação. Temos uma posição dos três Relatores, dada ao Presidente da Casa e aos Líderes, de que entregarão, até amanhã ou segunda-feira, esses relatórios em condições de na terça-feira votarmos, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Valdir Raupp e parece-me que o Senador Cyro Miranda.

Por que isso é importante? Porque nós temos um regime de urgência para o PL 448, que está apensado ao PLC 16, que é esse projeto de iniciativa do Governo que trata sobre a regulamentação da partilha.

Esses projetos é que estão com regime de urgência para votação ainda na terça-feira ou, se não for possível na terça-feira, que seja na quarta-feira antes da sessão do Congresso Nacional que é convocada para a votação do veto.

Nesta terça-feira, portanto, nós temos condições de votar um parecer que está sendo preparado pelo Senador Vital do Rêgo, que tem – quero dar o meu testemunho disso – incansavelmente dialogado com todos os pensamentos sobre isso, com o Governo, com a oposição, com os Estados confrontantes ou produtores, como são chamados, com os não produtores – eu prefiro Estados do fundo social – com os Municípios, com entidades de classe, com as coordenações de bancadas, com os parlamentares. Nesse entendimento, creio que chegamos a um limite. Nós chegamos a um limite.

Tenho alertado, tenho dialogado, e o apelo é principalmente à Bancada do Rio de Janeiro. Lamento estar fazendo esse pronunciamento aqui onde não está nenhum presente, mas espero que possam, através dos canais devidos, ouvir-me.

Já encaminhei a eles uma carta que, inclusive, torno pública e para a qual chamo a atenção, pois nós temos um processo em que a Câmara e o Senado, por ampla maioria, aprovaram um projeto – é bom lembrar aqui para nós compreendermos do que se trata – em que o Presidente da República, não é só porque é do meu partido, mas o Brasil inteiro sabe, com uma força muito grande, como tinha o Presidente Lula, de um lado, junto com os líderes dos partidos que formavam maioria na Câmara – e também havia maioria no Senado –, junto com os governadores de vários Estados brasileiros, enfim, defenderam uma posição na Câmara e no Senado e, por uma maioria nunca vista em uma posição como essa – sabem aqui os Senadores que

estiveram naquela votação –, aprovou-se na Câmara o projeto chamado Ibsen Pinheiro, que veio para o Senado, recebeu uma emenda do Senador Pedro Simon e foi aprovado ainda assim. O Governo defendia uma posição, e o Parlamento aprovou outra.

Na construção desse diálogo, que não foi fácil, não é fácil, temos que considerar que essa mesma maioria tem plenas condições de derrubar o veto, com maioria na Câmara e com maioria no Senado.

Vejam: mas, no espírito republicano, e registro isso aqui, numa posição federativa de respeito à Federação, mesmo cerca de 24 unidades da Federação tendo uma posição... Inclusive pelos entendimentos que temos, inclusive hoje com o bom diálogo com Espírito Santo e São Paulo, digo aqui que praticamente temos o Rio de Janeiro com uma posição fechada. Mesmo assim, ainda ontem, dou aqui meu testemunho, tive oportunidade de dialogar com parlamentares do Rio de Janeiro no sentido de buscarmos um entendimento, porque, mesmo com essa ampla maioria, preferiu-se o caminho da negociação.

Nessa negociação, Senador Anibal, quero aqui destacar que, mesmo tendo uma expectativa de, com a derrubada do veto, no fundo especial, que, na verdade, pertence a todos Estados e Municípios e que ficaria com a aproximadamente R\$16 bilhões para a partilha, abre-se mão de 50% para o entendimento. Ou seja, algo em torno de 8 bilhões é o valor que está colocado na mesa para o entendimento. A partir daí, do outro lado, a União, que tinha 30% de *royalties*, abre mão para reduzir para 20% de *royalties*. Tinha 50% de participação especial e cede quatro pontos percentuais ou 8% de sua parte para que houvesse esse entendimento. Então, vejam, são três partes: duas estão cedendo. Então, é hora, no meu entendimento, de a gente sentar e ter um acordo.

O caminho do projeto é exatamente a busca de um entendimento para que esses Estados possam levar em conta o que já recebiam e receber no primeiro ano, que seria em 2012, aproximadamente R\$12 bilhões, que a União pudesse também, entre petróleo no mar e petróleo em terra, receber cerca de R\$9 bilhões e partilhar no fundo especial, com todos os Estados e Municípios, cerca de R\$8 bilhões.

Esse é, mais ou menos, o resultado da proposta que está sendo trabalhada. É uma proposta que, primeiro, não desequilibra, como desequilibra o projeto da derrubada do veto, Rio e Espírito Santo, para citar um exemplo, ainda congela e leva a um conflito que, na minha visão, pode a União ganhar o direito de não ter a obrigação de compensar, e aí cai, mais ou menos, desse patamar para um bilhão a um bilhão e meio, o que é um desastre completo!

Então quero dizer que essa é uma proposta com quem tem responsabilidade, inclusive com o Rio e com o Espírito Santo, para evitar uma situação que ninguém deseja.

Então, quero aqui, com esse espírito público, fazer um apelo para que possamos, na terça-feira, ter as condições para essa votação e que possamos, daqui até lá, construir esse entendimento.

Eu acho que estamos muito próximos e, creio, com boa vontade, teremos a chance. Estamos falando de um volume considerável de recursos. No primeiro ano, 2012, são cerca de 28 bilhões. De 28 bilhões, repito, apenas praticamente dois Estados ficam com 12; todos os outros Estados e Municípios juntos com 8; a União com 9, para poder ter um entendimento. A partir daí, há uma regra em que há uma mudança gradativa.

Com o maior prazer, ouço o Senador Geovani Borges com a maior atenção.

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – Senador Wellington, quero lhe cumprimentar em primeiro lugar por essa bandeira que V. Ex^a tem defendido com muita galhardia e, ao mesmo tempo, tem se aprofundado em não cometer qualquer tipo de injustiça ao Rio de Janeiro, ao Espírito Santo, muito pelo contrário, é uma forma em que todos saem ganhando. Recentemente, no Amapá, nas costas do Amapá com as Guianas Francesas, foram encontrados indícios muito fortes de uma quantidade considerável de petróleo, semelhante ao que foi encontrado nas costas do Rio de Janeiro. Eu queria dizer a V. Ex^a que essa regra será aplicada para todos os Estados produtores. O Amapá daqui a algum tempo será produtor também, quem sabe o seu Estado do Piauí também...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Vai ser anunciado agora, em novembro, petróleo entre Parnaíba e Barreirinhas e gás na bacia do Parnaíba.

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – Entre Parnaíba e Barreirinhas; o Estado do nosso querido Senador Mozarildo Cavalcanti; o Estado de Roraima; o Estado do Acre, do nosso Senador Anibal.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O Amazonas agora; foi descoberto no Pará.

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – A Amazônia tem um potencial muito fantástico. A Paraíba...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – A Paraíba já tem petróleo.

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – Vizinho lá do seu Estado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Acabam de descobrir uma grande bacia agora – perdoe-me – lá em Sergipe.

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – Então, toda essa regra em que V. Ex^a, com muita cautela, com muita grandeza, procura ouvir todas as correntes, todos os segmentos dos Estados, vai beneficiar o Brasil. Isso é da União! As fórmulas matemáticas... Eu já fiz um pronunciamento anteriormente em que eu disse que acho que o Rio de Janeiro não vai perder nada. Muito pelo contrário! O Rio de Janeiro ganha e também o Brasil. Porque nós estávamos financiando aquela pesquisa lá também no Rio de Janeiro, inclusive o seu Estado, o Piauí.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com certeza.

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – São financiamentos feitos pelos brasileiros. Acredito que o Estado, a Bancada do Rio de Janeiro... Respeito o ponto de vista deles, acho que eles estão defendendo aquilo que convém ao seu Estado, mas acho que temos de pensar grande, pensar em termos de Brasil. Então, queria me congratular com V. Ex^a e dar essa contribuição. E acho que o Amapá, na minha visão, como qualquer Estado da Federação do Brasil, não vai, naturalmente, querer que o benefício fique só no Amapá, só lá no Acre, em Roraima, no Piauí, na Paraíba do meu querido, valoroso e valente Senador que está presidindo esta sessão, Senador Wilson Santiago...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Nas Minas Gerais...

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – Minas Gerais. Minas Gerais é muito rica...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O Pará lá do Senador...

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – O Pará. Então, agradeço a V. Ex^a a oportunidade de apartear-lo para tratar desse tema tão importante com que V. Ex^a nos brinda na tarde de hoje.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu que agradeço, Senador Geovani Borges, e incorporo a fala de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

Senador Anibal, com o maior prazer.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – Senador Wellington, quero dizer que também me sinto no dever cívico, patriótico de me congratular com V. Ex^a, porque tenho acompanhado a sua batalha, tanto fazendo a articulação aqui dentro do Senado, dentro da Câmara, quanto se deslocando por todos os Estados, onde V. Ex^a tem sido convidado a expor a motivação desse projeto e a justiça que está sendo praticada nessa proposta de redistribuição dos *royalties* do petróleo. Quero, da mesma forma, dizer que todos os Estados estão entendendo perfeitamente bem o quanto tem sido sensata a sua proposição, e por isso ela tem angariado tanto apoio. Hoje mesmo tivemos um pro-

nunciamento da máxima qualidade aqui do Senador Aloysio Nunes, de São Paulo, justamente falando da importância dessa redistribuição e, ao mesmo tempo, alertando para a importância de se criar um fundo que faça com que esse recurso seja um recurso perene, de tal maneira que se apliquem os rendimentos desse fundo para educação, para ciência e tecnologia, para atividades que vão contribuir para a atual e para as futuras gerações. Então, nós estamos falando de algo que é absolutamente importante e estratégico para o povo brasileiro. E nós, Senadores do Acre, tanto o Senador Jorge Viana como o Senador Petecão e eu, que estou presente a esta sessão, estamos plenamente de acordo quanto ao entendimento ser sempre o melhor caminho, a gente tem que buscar sempre o entendimento. Mas, quando ocorre de uma parte minoritária não aceitar em hipótese alguma o entendimento, aí sim vai ter que prevalecer aquilo que preconiza a democracia, que a voz da maioria tem que prevalecer sobre a voz da minoria. Não é possível que a voz da minoria emperre o andamento do processo. Então, nesse sentido, a gente quer pedir bom-senso da parte dos Senadores do Rio de Janeiro, no sentido de se compreender que o que está se propondo não é um prejuízo para o Rio de Janeiro. A gente está querendo fazer justiça aos demais Estados e aos demais Municípios brasileiros que, como brasileiros que são, também têm direito a esse benefício.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu agradeço a V. Ex^a e quero aqui encerrar, Sr. Presidente, dizendo exatamente da importância desse diálogo, e destaco aqui com o Senador Lindbergh, com o Senador Crivella, com o Senador Dornelles, assim como estamos fazendo com a Senadora Ana Rita, com o Senador Ferraço, com o Senador Magno Malta, lá do Espírito Santo, com o Governador Casagrande, que esteve aqui esta semana na defesa dos interesses do seu Estado, mas dizendo que quer o entendimento e, no entendimento, compreendendo que não pode manter as regras como estão, porque concentram em apenas um Estado 80% de toda a receita que é para ser distribuída para todos os Estados e Municípios... Isso é que não pode.

Senador Mozarildo, com o maior prazer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Wellington, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento de V. Ex^a e dizer que realmente é preciso que aqui no Senado, que é a Casa dos Estados, nós encontremos realmente razão para dizer que somos a Casa da Federação. Porque não é possível... Como disse o Senador Geovani, hoje o Amapá não é produtor, mas amanhã poderá ser; o seu Estado, idem; o meu, curiosamente na Venezuela tem petróleo em

abundância e dizem que em Roraima não tem, mas já detectaram na fronteira com a Guiana. Então, é questão de dias para descobrir que lá existe também. É importante que haja uma regra. A riqueza do subsolo não é do Estado em ela se encontra. São riquezas de toda a União. E a União é o quê? O conjunto dos Estados.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É verdade.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Então, quero dizer a V. Ex^a que estou plenamente de acordo. Espero que possamos de fato construir, sem emocionalismos, mas com pragmatismo responsável em relação aos nossos Estados, essa equação, que vejo tão simples por sinal.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu agradeço a V. Ex^a.

É exatamente esse o pensamento que temos de trabalhar.

Sr. Presidente, quero concluir, chamando a atenção exatamente para isto: terça-feira e quarta-feira são as duas datas importantes para a definição nessa área do pré-sal.

Quero ter o maior prazer de, quem sabe na terça-feira à noite ou na quarta-feira, numa hora como esta, comemorar, porque o papel verdadeiro do Congresso Nacional é o do diálogo, o papel de, com maturidade e compreensão, construir uma proposta que leve em conta uma realidade importante para o Brasil, que olhe os interesses do Rio, do Espírito Santo, que olhe os interesses, portanto, de todos os confrontantes produtores, como são chamados, mas que pense numa distribuição justa.

Ouçó ainda, com o maior prazer, o Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Senador Wellington Dias, não poderia deixar de apartear-lo, quando V. Ex^a sobe à tribuna, para tratar de um assunto que eu diria determinante para o fortalecimento da Federação brasileira, dos Estados. Semana que vem, nós teremos uma semana memorável – espero que assim o seja – no Senado Federal. O projeto de V. Ex^a teve o regime de urgência aprovado e vai entrar em pauta, como V. Ex^a explicou, tão logo ela seja desobstruída em função das medidas provisórias. No meu entendimento há o consenso de que vamos buscar a saída que atenda tanto aos Estados produtores quanto aos não produtores e àqueles que se tornarão produtores no futuro. Talvez essa seja a preocupação de todos nós que temos esperança no Pará, no Piauí, em Roraima. Já vejo aqui V. Ex^a, o Senador Mozarildo Cavalcanti e o Senador Anibal Diniz com aquele turbante da OPEP, *Sheik Mozarildo de Roraima*. Mas é preciso fazer uma emenda – V. Ex^a poderia acatar em

seu projeto –, no sentido de que se deem os mesmos direitos dos Estados produtores hoje aos Estados que se tornarão no futuro. No meu entendimento, há um certo espaço no projeto que precisa ser deixado bastante claro. Por último, Senador Wellington Dias, a União está usando uma estratégia no sentido de fazer parecer que a disputa é entre os Estados produtores e os não produtores. Não podemos entrar nesse jogo, Senador Mozarildo Cavalcanti, da União, que, como sempre, é insaciável na sua receita – quanto mais melhor –, e trabalhar no sentido contrário. Precisamos ter uma união dos produtores com os não produtores e juntos buscar da União aquilo que ela tem tirado dos Estados, ao longo do tempo, e dos Municípios. Não é só de agora, não. Isso vem de governos passados, sempre tirando, tirando, tirando dos Estados e Municípios, passando encargos, retirando receita, fazendo benefício fiscal em cima de IPI, reduzindo o FPE e o FPM em cima de ICMS, tirando o tributo. Nesse ponto, acredito que – V. Ex^a que conduz a negociação junto com o Senador Dornelles – deva haver um entendimento entre os dois segmentos. Vamos junto à União para dizer que é preciso começar a fazer a revisão do pacto federativo pelos *royalties* do petróleo. Hoje, tivemos uma sessão, diria também, memorável na Comissão de Infraestrutura sobre o CFEM dos minérios, do setor mineral, que é outro que precisamos corrigir. Então estamos fazendo a reforma tributária – que todos nós gostaríamos que fosse completa – fatiada, mas vamos chegar ao final e passar para a questão do FPE e do FPM, que temos de decidir até dezembro do ano que vem. Parabéns a V. Ex^a. Que Deus ilumine a todos nós para que cheguemos a uma solução de consenso na próxima semana.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Muito obrigado.

Quero agradecer ao Presidente a tolerância, bem como a todos os apartes e a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro, dizer que essa posição defendida com tanta convicção por V. Ex^a está sendo considerada para que se tenha uma regra para os atuais confrontantes e qualquer confrontante em qualquer momento da história.

Quero também realçar o trabalho do Senador Delcídio que tem se destacado nessa luta e na busca do entendimento.

Até bem pouco tempo, tivemos uma frase que uniu todo o Brasil. Refiro-me à bandeira: “O petróleo é nosso”. Agora precisamos completar essa faixa: “O petróleo é nosso, é do povo brasileiro, e os *royalties* também”, para a gente possa fazer uma distribuição que seja justa com todo o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR WELLINGTON DIAS

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, é com imensa alegria que celebramos hoje os 33 anos da Comunidade Canção Nova, que considero um dos maiores projetos de evangelização do Brasil.

A Canção Nova foi criada em 1978 pelo monsenhor Jonas Abib, um líder religioso que se tornou seminarista salesiano em Lorena (SP); depois cantor, músico e compositor de talento para se curar de uma gagueira, o que se tornou útil na evangelização. Jonas Abib foi também animador de jovens em retiros espirituais, fundador e o grande timoneiro espiritual dessa comunidade católica tão atuante. A ele presto especial homenagem.

Os cofundadores da Canção Nova, Wellington Silva Jardim e Luzia Santiago, recebam aqui os meus tributos pelos serviços prestados para a sociedade brasileira. Além deles, todos os sócios, que ajudam a fazer o sistema, sintam-se aqui representados e homenageados.

Atualmente, a Comunidade possui mais de mil membros, entre os quais sacerdotes e leigos celibatários e casados, que vivem e trabalham em prol da evangelização em todo o Brasil e em países como Paraguai, Portugal, França, Itália, Estados Unidos e na Terra Santa, em Israel.

Com sede na cidade de Cachoeira Paulista, em São Paulo, a Comunidade Canção Nova tem como missão a evangelização através dos meios de comunicação social.

Em 2008, Srs. Senadores, a Comunidade obteve o reconhecimento do papa e, em 2009, foi reconhecida como pertencente à Família Salesiana.

Ser reconhecida como uma Associação Internacional de Fiéis significa estar a serviço não somente de uma Igreja local (arquidiocese ou diocese), mas a serviço da Igreja no mundo inteiro.

Com o reconhecimento pontifício, a Santa Sé atesta a comunhão da Canção Nova com a Igreja e toma conhecimento oficial da existência de uma associação de fiéis, através dos estatutos que lhe foram apresentados.

Com o objetivo de formar homens novos para um mundo novo, a Comunidade Canção Nova conta com um Sistema de Comunicação formado por TV, Rádio, WebTV, Facebook, Portal e Editora. A TV possui 350 retransmissoras. A rede de rádios conta com mais de 20 emissoras em todas as regiões do país.

Destaco ainda o trabalho social realizado por esta importante comunidade. São 25 casas de mis-

são espalhadas por todo o Brasil e o mundo. Além das obras sociais, como o Instituto Canção Nova, Casa do Bom Samaritano, Posto Médico Padre Pio, a Escola de Informática e Cidadania Dom Bosco, dentre outros.

Quero aqui parabenizar a Comunidade Canção Nova e todo o povo brasileiro. Sou católico e, como cristão, integro o **Movimento dos Focolares**, que reúne cristãos de 350 Igrejas e comunidades eclesiais.

Há 19 anos, Sr. Presidente, milito nos movimentos populares. Ao lado da deputada Luiza Erundina, participo da Movimento Político pela Unidade – inspirado nos ideais de Chiara Lubich para promovermos a Fraternidade Política e a busca do bem comum.

Temos realizado encontros mensais no Congresso com a participação de vários parlamentares para um momento de reflexão a respeito de nosso papel como representantes do povo e como humanos na Terra.

Inspirados no trabalho do Movimento dos Focolares, nós buscamos respeitar as diferenças entre nossos partidos e ideologias, pregando a fraternidade para que consigamos alcançar os ideais de amor e cristianismo nesse momento tão determinante da história de nosso País e da humanidade.

Espero que, também inspirados pelo trabalho realizado pela Canção Nova, possamos, como políticos, trabalhar pelo povo brasileiro reconhecendo na política também uma missão cristã.

Era o que eu tinha dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Wellington Dias.

Com a palavra...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, embora eu vá falar depois do Senador Aníbal, eu gostaria de registrar a presença na tribuna de honra do Senado de um grupo de Parlamentares do Parlamento Amazônico e também da Unale, que é a União Nacional dos Legislativos Estaduais.

Aqui estão o Presidente do Parlamento Amazônico, Deputado Mecias de Jesus, do meu Estado, Roraima, o Presidente da Unale, Deputado José Luiz Tchê, do Estado do Acre, o Presidente da Assembléia Legislativa do Pará, Deputado Manoel Pioneiro, o Deputado José Ribamar Araújo, de Rondônia, o Deputado Hélio Soares, do Maranhão, e a Deputada Vera Lúcia Castelo Branco, do Amazonas.

Ao fazer este registro, quero dizer que hoje tivemos uma reunião conjunta da Subcomissão Perma-

nente da Amazônia e da Faixa de Fronteira com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e também a Comissão de Meio Ambiente para que eles pudessem dar o depoimento do que pensam os Deputados Estaduais a respeito do Código Florestal, que está sendo discutido e será votado em breve no Senado.

Feito o registro, quero agradecer a presença de todos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V.Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na mesma linha do Senador Mozarildo, quero festejar a presença dos Presidentes das Assembléias Legislativas. E aqui eu tenho, em especial, o meu amigo, meu irmão, Manoel Pioneiro, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará. Ele veio a Brasília para participar, hoje, da audiência pública, aqui, no Senado, de várias Comissões. Eles estão capitaneados pelo Presidente da Unale, União Nacional dos Legislativos Estaduais, o Deputado Luís Tchê. Tem Deputado do Amazonas, do Maranhão, Presidentes das Assembleias em nível nacional.

Quero registrar a presença de todos, festejando a do meu amigo Manoel Pioneiro, que é mineiro, mas paraense de coração, Presidente da Assembleia do Pará, futuro Prefeito de Ananindeua, no próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Quero parabenizar os Deputados Estaduais e, também, os representantes Presidentes das Assembleias Legislativas de vários Estados, a exemplo do Amazonas, como também o Presidente da Unale, União Nacional dos Legislativos Estaduais, da qual já fiz parte quando era Deputado Estadual da Paraíba. É um órgão que cuida muito não só de valorizar o deputado estadual, como também da atualização de toda a legislação aprovada em todos os Estados brasileiros.

Graças à Unale é que, no meu caso específico, apresentei um projeto de lei que se refere à distribuição de ICMS lá no Estado da Paraíba, que fez justiça a vários outros Municípios. Naquela época, os recursos do ICMS eram praticamente direcionados a poucos Municípios, deixando de cumprir o dispositivo constitucional e também da Lei Complementar nº 63/90.

Parabenizo a todos e tenho certeza de que a Unale tem se fortalecido e tem prestado um grande serviço no que se refere ao exercício parlamentar de todos os deputados estaduais de todos os recantos e todos os Estados do Brasil.

Parabéns a todos!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem antes do orador inscrito, que é o Senador Anibal Diniz.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Wilson Santiago, Sr^{as} e Srs. Senadores, da mesma forma que o Senador Mozarildo Cavalcanti já manifestou a presença dos nossos queridos Deputados representantes do Parlamento Amazônico, da Unale e das Assembleias Legislativas de vários Estados, sobretudo hoje, quando tivemos uma reunião importante da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Reforma Agrária, como também da Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

Sr. Presidente, nessa ocasião nós tivemos a oportunidade ímpar de ver ali a manifestação dos Srs. Deputados Estaduais que representam essa vasta região do Brasil.

Eu disse, naquela oportunidade, da importância, dentro do contexto, quando se discute aqui o novo Código Florestal brasileiro, de que as assembleias legislativas deste País, sobretudo dessa região muito penalizada por políticas públicas do Governo Federal, possam, de forma imperativa, também trazer sugestões, ideias e, acima de tudo, ser ouvidas pelo Senado Federal.

Eu, particularmente, tenho dito e reitero aqui que o Código Florestal, meu caro Messias, é uma das matérias mais importantes que se discute nesta Casa. Não tenho dúvida alguma. Quem sabe da nossa dificuldade, Senador Anibal, somos nós que moramos lá nessa região do Brasil. Particularmente o seu Estado do Acre, o Estado do Amazonas, do Pará, de Rondônia, do Mato Grosso, de Roraima, do Amapá, temos que nos lamentar muito diante das políticas perversas com quase 24 milhões de brasileiros que vivem nessa região do Brasil.

Particularmente tenho dito e reitero aqui que o Governo é responsável por tudo aquilo que está acontecendo. Quando falam que nós somos devastadores da Amazônia, isso não é verdade. Nós somos os maiores preservadores. Todavia, temos que sobreviver. Passou a entender a sociedade que nós dessa vasta região do Brasil somos menos importantes do que um pássaro selvagem.

Diante de tudo isso que está acontecendo, chegou o momento desta Casa, que é a Casa Revisora, realmente, fazer essas audiências públicas, chamar os parlamentos estaduais, porque é o Deputado Estadual que está lá, o vereador, o prefeito que sabem verdadeiramente as necessidades. E o Brasil é um Estado

diferenciado. Nós temos nossas particularidades. São 8,9 milhões de quilômetros quadrados. O Congresso e o Poder Executivo têm que ver o País de forma diferenciada. Ou seja, os nossos problemas não são como os das Regiões Sudeste ou Sul. Muito ao contrário, nossos problemas são totalmente diferenciados.

Por isso, estou aqui, desta feita, para cumprimentar V. Ex^{as}, que representam seus Estados, na certeza de que, com a participação efetiva, ativa das assembleias legislativas, nós poderemos construir não só um Código Florestal moderno, compatível com a nossa realidade, mas, acima de tudo, políticas públicas que certamente poderão dar melhores condições de vida para a nossa população que mora nessa região do Brasil.

Particularmente, Senador Wilson Santiago, na verdade, até com os médicos há diferença, Anibal. V. Ex^a, no Acre, sabe, assim como o Senador Mozarildo: há dificuldade até para os médicos. Eles querem praticar a mesma tabela do SUS que praticam nos grandes centros deste Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo – é a mesma tabela que se pratica na Região Amazônica.

Então, nós temos que ter políticas públicas diferenciadas e, acima de tudo, nós queremos um Código Florestal para nos dar segurança jurídica. Nós não podemos, em hipótese alguma, fazer aqui jogo de interesse internacional.

No Brasil – eu me esqueci de dizer hoje lá –, as nossas terras nada mais são do que um bem social do povo brasileiro, mas, lamentavelmente, não estão sendo vistas dessa forma. Ninguém quer desmatar, ninguém quer fazer política ambiental do passado; ao contrário, porque o maior responsável por tudo isso que está acontecendo ou que acha que aconteceu foi o Governo Federal, diante do quê? Foi o grande indutor para que pudesse levar brasileiros para essa vasta região do Brasil, mas, lamentavelmente, o tratamento que é dado hoje não é tratamento de brasileiro para brasileiro.

É isso. Cumprimento V. Ex^a. Conte com a solidariedade, com o apoio do Senador Jayme Campos, lá do Estado do Mato Grosso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, representantes das Assembleias Legislativas amazônicas aqui presentes, em particular meu grande amigo, companheiro, Luís Tchê, que é Presidente da União Nacional das Assembleias Legislativas e, ao mesmo

tempo, Presidente do PDT no Estado do Acre. Sua presença aqui nos enche de orgulho, porque se trata de um aliado leal e que tem nos ajudado nos passos importantes que têm acontecido nos últimos doze anos na política acriana. A gente deve muito a essa composição importante que aconteceu nesse período, e o companheiro Luís Tchê, que se faz presente, é também parte integrante desse processo que tem resultado em avanços tão importantes na política do Acre nos últimos doze anos.

Sr. Presidente, ontem à tarde, enquanto aprovávamos, aqui no plenário do Senado, por unanimidade, o Projeto de Lei de Conversão nº 24, fruto da Medida Provisória nº 535, de 2011, brilhantemente relatado aqui pela Senadora Marta Suplicy, a Presidente Dilma Rousseff participava, em Manaus, juntamente com os governadores da região: Governador Tião Viana, do Acre, Governador Confúcio Moura, de Rondônia; Governador Omar Aziz, do Amazonas; Governador Camilo Capiberibe, do Amapá; Governador Simão Jatene, do Pará; José de Anchieta Júnior, de Roraima; e Governador Siqueira Campos, do Tocantins, do lançamento do Programa Brasil Sem Miséria, versão Amazônica, e anunciava o lançamento da intenção do Governo Federal de remunerar, por serviços ambientais – o que, de certa forma, está contido na Medida Provisória nº 535, no PLV 24, que aprovamos ontem aqui no Senado.

Quero dizer da minha satisfação de poder fazer esse registro. Ontem, durante o debate, eu não participei da defesa da matéria, mas quero dizer que estou absolutamente solidário à iniciativa da Presidente Dilma e feliz com a aprovação dessa matéria, que vem exatamente em sintonia com algo que está acontecendo no Estado do Acre: a busca de mecanismos de remuneração dos serviços ambientais prestados por aquelas pessoas que trabalham na floresta, que fazem, do seu jeito, algo que garanta que as futuras gerações tenham a floresta preservada e com produção, porque não podemos incompatibilizar o desenvolvimento, a produção da defesa do meio ambiente. Temos de encontrar equilíbrio.

Esse debate do Código Florestal que está acontecendo no Senado está sendo muito bem conduzido, no sentido de que produzamos a melhor legislação possível em defesa da floresta, mas, ao mesmo tempo, garantindo as condições necessárias para o aumento da produção em nosso País.

A matéria que foi aprovada aqui, ontem, é de grande importância para os povos da Amazônia, principalmente para os mais necessitados, os ribeirinhos, aqueles que estão nas regiões mais distantes e isoladas. Por isso, fazemos questão de fazer uma referên-

cia especial, neste início de pronunciamento, a esse respeito.

Até o final do ano, o Governo incluirá 18 mil famílias da Região Norte nesse programa que foi lançado ontem, em Manaus, pela Presidenta Dilma. Até agora, mais de 8 mil famílias assinaram o termo de adesão ao programa e passam a receber, a partir do próximo mês, R\$300,00 a cada trimestre pelos seus serviços de conservação ambiental. A meta do Governo Federal é incluir no programa 73 mil famílias até 2014. Essa atitude do Governo da Presidenta Dilma Rousseff significa inclusão social, resgate de cidadania e valorização da vida, ao mesmo tempo em que essa iniciativa significa também a conservação dos sistemas brasileiros. E essa Bolsa Verde promove a cidadania dos moradores dessas áreas.

É muito importante ressaltar que há muitas famílias na região amazônica que já vivem de produtos florestais e contribuem para a defesa da floresta. Juntamente com a medida aprovada aqui, a medida provisória e o PLC 24 trazem também uma preocupação com a compra da produção para justamente incentivar a agricultura familiar. Novamente um programa de grande importância porque os Estados e os Municípios podem participar a partir dessa compra da produção de produtos agrícolas, florestais da pequena agricultura familiar.

A Presidenta Dilma, presente em Manaus, reforçou a sua preocupação no sentido de contribuir para que haja alternativas de geração de renda para as famílias amazônicas de tal maneira que a gente tenha fortalecimento da estrutura familiar, a melhoria da condição de renda e, ao mesmo tempo, a proteção da nossa floresta que é fundamental pra o equilíbrio do nosso País e do nosso planeta.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu também tenho a responsabilidade de fazer menção a um outro assunto não tão agradável na sessão de hoje. Na terça-feira passada, enquanto participava de uma audiência com a Presidente da Empresa Brasileira de Comunicação, a jornalista Tereza Cruvinel, o Senador Sérgio Petecão, que é meu colega de Bancada – eu torci muito para que ele estivesse presente a esta sessão, mas S. Ex^a não se encontra

Na terça-feira passada, enquanto participava de uma audiência com a Presidenta da Empresa Brasil de Comunicação, a jornalista Tereza Cruvinel, o Senador Sérgio Petecão, que é meu colega de bancada – eu torcia muito para que ele estivesse presente nesta sessão, mas não se encontra –, ocupou esta tribuna para um pronunciamento extremamente prejudicial para a imagem da política, dos políticos e das instituições públicas do Estado do Acre.

Sérgio Petecão chegou a dizer que trazia suas denúncias para a tribuna do Senado porque não tinha espaço nos veículos de comunicação do Acre para expressar suas discordâncias ao Governador Tião Viana. Chegou ao extremo absurdo de dizer que, durante suas viagens pelo interior do Estado, seu carro estava sendo seguido.

De tal forma que, ao anunciar que se sentia ameaçado, chegou a afirmar que se algo vier a acontecer a ele ou a seus familiares, vai responsabilizar o Governo do Estado do Acre por isso.

E eu peço ao Senador Petecão que tenha serenidade nessas suas afirmações.

Menos, menos, Sr. Petecão!

Vamos pensar um pouco.

Primeiramente, é importante frisar que o Senador Sérgio Petecão deixou as fileiras da Frente Popular do Acre em busca de um espaço de maior visibilidade.

Visibilidade que certamente não teria se permanecesse integrando o projeto que governa o Acre há doze anos e completará 16 anos, com a vitória do Governador Tião Viana nas últimas eleições.

Sérgio Petecão realmente jamais teria sido candidato ao Senado pela Frente Popular. E isso a gente compreende, ele buscou espaço e a gente acha que isso é parte da liberdade política que todos têm. E o Senador Petecão não seria candidato ao Senado pela Frente Popular exatamente porque já havia sido presidente da Assembleia Legislativa do Acre por quatro mandatos consecutivos, mesmo tendo apenas um dos 13 votos necessários para se fazer presidente da Assembleia.

Foi Presidente da Assembleia Legislativa por quatro mandatos porque o então governador Jorge Viana, que hoje é Senador aqui conosco, juntamente com seu líder na Assembleia, Deputado Edvaldo Magalhães, conseguiram a articulação necessária para fazê-lo presidente. A Frente Popular entendeu que era necessária uma composição para fazer a Mesa Diretora da Assembleia, e o escolhido para ser o Presidente foi, na época, o Deputado Sérgio Petecão.

Vale ressaltar que o meu partido, o Partido dos Trabalhadores, mesmo tendo a maior bancada na Assembleia Legislativa, abdicou da disputa da Presidência em nome da unidade da Frente Popular. O PT do Acre foi um aliado leal aos Partidos da Frente Popular e contribuiu na mobilização dos votos para fazer do então deputado Sérgio Petecão quatro vezes presidente da Assembleia Legislativa do Acre.

Sabe qual foi a atitude do então deputado Sérgio Petecão, depois de ter sido quatro vezes eleito como Presidente da Assembleia com os votos da Frente Popular? No dia 1 de janeiro de 2007, como presidente da

Assembleia Legislativa do Estado e já eleito o segundo Deputado Federal mais votado pela Frente Popular do Acre, negou-se a comparecer à sessão de posse do então governador Binho Marques, seu companheiro de palanque durante toda a campanha.

Depois disso, estava desenhada a trajetória de distanciamento de Sérgio Petecão em relação às principais lideranças do PT e da Frente Popular, algo que se concretizou em 2008, quando foi candidato a prefeito da capital, Rio Branco, e foi derrotado no primeiro turno pelo prefeito Raimundo Angelim.

Então, a saída do Senador Sérgio Petecão da Frente Popular não foi por discordância ideológica e nem do método de fazer política. Sua saída das fileiras da Frente Popular foi em busca de espaço de maior visibilidade, foi um afastamento silencioso, até porque Sérgio Petecão acompanhou, apoiou e aprovou todas as conquistas efetuadas durante os oito anos do Governador Jorge Viana, cuja contribuição maior à política e às relações institucionais do Acre foi justamente ter desmontado aquela estrutura criminosa que se encontrava entranhada no poder daquele Estado.

Em 1998, o Acre era um Estado dominado pelo crime organizado, com o povo amedrontado com o que podia acontecer. A economia estava combalida, o salário dos servidores estava de três a cinco meses atrasado, e a estrutura de Governo estava completamente destruída, tanto na capital quanto no interior. A começar pelo Palácio Rio Branco, a sede do Governo, que estava em péssimas condições e havia até mato nascendo no seu interior.

Com doze anos de trabalho, oito anos sob o Governo de Jorge Viana e quatro anos sob o Governo do Governador Binho Marques, o Acre passou a ser um Estado respeitado, tanto pelo povo acreano, que passou a se orgulhar de sua história e de sua identidade cultural, quanto pelas instituições do Estado brasileiro ou organismos internacionais.

O Acre passou a ter crédito. Hoje o Estado do Acre tem conceito "A" junto ao Banco Central e tem contraído empréstimos junto ao BNDES, ao Bando Interamericano de Desenvolvimento – BID, e até junto ao Banco Mundial, como é o caso do Pró-Acre, um projeto financiado pelo Banco Mundial, contratado pelo Governador Binho Marques, que prevê e realiza ações de governo nas áreas de educação, saúde e produção sustentável nas comunidades mais isoladas do Estado.

O Governador Tião Viana tem sido um coerente e fiel depositário do legado dos governos de Jorge Viana e Binho Marques. Tudo que foi construído ele tem mantido e avançado ainda mais.

Aliás, o governador Tião Viana está dando um importante passo à frente, com o fortalecimento da

produção sustentável, o apoio à agricultura familiar e caminhando rumo à industrialização, com a construção do Complexo Industrial da Piscicultura, a construção de milhares de açudes para a produção de peixe e a implantação da Zona de Processamento para Exportação, assinada pelo Presidente Lula em 2010, mas que está tendo a sua implantação agora, com o Governo da Presidenta Dilma e o Governo do Governador Tião Viana no Estado do Acre.

A vida institucional do nosso Estado do Acre hoje é outra, completamente diferente do que era 12, 13 anos atrás.

Portanto, vale a pena insistir e chamar a atenção do Senador Sérgio Petecão no sentido de que sua intenção de passar para a sociedade brasileira que o Acre vive hoje um clima de tensão e intolerância política é completamente descabida e despropositada.

O Senador Petecão teve uma fantástica votação ao Senado nas últimas eleições e não tem o direito de ficar posando de vítima, como se não tivesse espaço para atuação política no Estado que o elegeu.

O Senador Petecão dispõe da mesma estrutura de mandato que todos os Senadores dispõem nesta Casa e, convenhamos, Srs. Senadores, temos uma excelente estrutura de trabalho para atuar junto às nossas bases em nossos Estados.

Não dá para aceitar que o Senador Petecão continue posando de vítima frente aos holofotes, como se a campanha eleitoral de 2010 ainda não tivesse acabado. O momento no qual estamos vivendo agora é outro completamente diferente. Agora é o momento de mostrarmos trabalho em defesa do desenvolvimento econômico e social do Brasil e principalmente do nosso Estado do Acre, que precisa da união de todos os mandatos para superar as dificuldades que, apesar de todos os avanços dos últimos 12 anos, ainda enfrentamos em grandes proporções.

O povo do Acre merece respeito!

E uma das formas de expressarmos o respeito ao povo Acre é justamente expressar respeito pela verdade.

O governador Tião Viana, que durante 12 anos representou com dignidade o Brasil e o Acre como Senador da República nesta Casa, tem muito mais o que fazer do que se preocupar com o que pensa, o que faz ou o que diz o Senador Sérgio Petecão aqui no Senado ou em qualquer dos Municípios do Acre.

Ademais, o Senador Tião Viana é um homem do debate franco e aberto e tem uma trajetória política das mais exemplares deste País, e todos os Senadores que conviveram com ele aqui são testemunhas disso.

O Senador Tião Viana atuou tanto em benefício do Brasil quanto em benefício do Acre e nos levou muitos avanços, como o Hospital de Oncologia, como

o Hospital do Idoso, como a Faculdade de Medicina, que ele levou para o Estado do Acre sendo Senador da República. Então, nós temos incontáveis benefícios que ele levou ao povo do Acre, e no plano nacional também contribuiu com importantes proposições legislativas. E todos nós somos testemunhas disso.

Tião Viana é um homem do debate franco e aberto e tem uma trajetória política das mais exemplares deste País, com tantas proposições, projetos e ações que beneficiam nosso povo. Nem ele e nem seu governo jamais se prestariam às atitudes levemente apontadas aqui pelo Senador Petecão.

O Estado Democrático de Direito nos assegura plena liberdade de expressão, de ação e de organização política dentro dos parâmetros do usufruto dos nossos direitos com respeito aos direitos dos outros.

No mais, sigamos em frente, porque temos muito trabalho e muitas responsabilidades a cumprir, e o povo que nos elegeu espera muito de nós. Portanto, o que proponho com esta fala hoje, da tribuna do Senado, é simplesmente dizer que as nossas diferenças existem, temos que debatê-las – todo dia temos debates francos, abertos – mas temos que nos pautar pela verdade. Não podemos, como aconteceu aqui com o pronunciamento do Senador Sérgio Petecão, colocar uma nuvem de fumaça, como se estivesse havendo um estado de banditismo no Estado do Acre, com um Senador da República sendo seguido e impedido de desenvolver as suas prerrogativas de Senador.

Pelo contrário, as prerrogativas, seja de um Senador da República, seja de um Deputado ou de um Vereador, ou de qualquer liderança comunitária, são prerrogativas plenamente asseguradas pela Constituição. E tenho absoluta certeza de que o Governador Tião Viana, cuja trajetória todos aqui conhecem, jamais se prestaria a um serviço de completa baixa que seria esse tipo de qualquer insinuação de ameaça a um Senador da República.

Então, dessa forma, fica aqui o meu pronunciamento, em total discordância com a atitude do Senador Sérgio Petecão. Gostaria muito que ele estivesse presente para me contraditar, mas, na impossibilidade, ele vai ter outros momentos para se pronunciar desta tribuna.

Os próprios Senadores que conhecem a trajetória do Senador Tião Viana, hoje Governador do Acre, tenho certeza de que não se deixarão levar por informações levianas tentando macular a imagem de um homem público que tanto bem tem feito ao nosso Brasil e ao nosso Acre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/ PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Wilson Santiago, Srs. Senadores, quero, primeiramente, agradecer ao Senador Mozarildo Cavalcanti por ter feito uma inversão na inscrição e me permitir usar da tribuna antecedendo-o, em função de compromisso que terei em seguida.

Venho, Presidente Wilson, aqui festejar aquele momento de demonstração de civismo a que assistimos ontem, em Belém do Pará, no estádio do Mangueirão, com o jogo Brasil x Argentina pela Copa Superclássicos das Américas e pela antiga Copa Roca no jogo de retorno, já que na primeira partida, em Buenos Aires, houve um empate de 0 x 0. E, ontem, em Belém do Pará, nossa seleção brasileira saiu vitoriosa conquistando o troféu por 2 X 0, os dois gols no segundo tempo, o primeiro de Lucas, e o segundo, de Neymar.

Digo que venho aqui festejar porque é a retomada da autoestima dos paraenses, Senador Mozarildo Cavalcanti, porque, lamentavelmente, pelo desgoverno que estava à frente do Estado do Pará, de 2006 a 2010, Belém perdeu a oportunidade de ser uma das subsedes da Copa do Mundo. A então Governadora Ana Júlia achava que não era preciso nada fazer, que apenas a vontade do seu amigo – entre aspas – “Presidente Lula” levaria uma das subsedes para Belém. E, lamentavelmente, houve a decepção total de todos os paraenses por Belém estar fora da Copa, tendo – sem querer diminuir as demais cidades da Amazônia – total condição de infraestrutura para ser subsede da Copa.

Antes mesmo de assumir o governo, o Governador Simão Jatene, entre a sua eleição, no final de 2010, e a posse, em 1º de janeiro de 2011, fomos ao Rio de Janeiro a uma audiência – o Senador Flexa Ribeiro, o Governador Simão Jatene, o Presidente da Federação Paraense de Futebol, Coronel Nunes – com o Presidente Ricardo Teixeira, da CBF, solicitando a ele que um dos jogos da Seleção fosse realizado em Belém. Esse pedido nos foi atendido e ontem realizado.

Quero agradecer ao Presidente Ricardo Teixeira e dizer que Belém, mais uma vez, deu uma demonstração para o Brasil inteiro de que os paraenses sabem receber, têm entusiasmo na prática do esporte. Os 43 mil brasileiros e paraenses presentes no estádio do Mangueirão deram uma demonstração que emocionou a todos no início da partida. Quando os hinos nacionais da Argentina e do Brasil foram tocados, e, no do Brasil, a banda marcial parou de tocar e mais de 43 mil brasileiros continuaram cantando, por inteiro, o Hino Nacional, isso trouxe uma emoção muito grande não só para aqueles que estavam pre-

sentes no estádio, mas também para todos os que assistiam, em todos os Estados, em todas as regiões do nosso Brasil.

Eu quero também festejar aqui e dizer que vamos continuar lutando, como eu disse – o Governador Simão Jatene, o Senador Flexa Ribeiro, a banca da por inteiro –, porque a vitória não é de um ou de dois, não; a vitória é de todos os paraenses, de 7,5 milhões de paraenses que festejam e querem dar a demonstração de que Belém tem, sim, capacidade de sediar esses grandes eventos, voltando ao circuito mundial esportivo.

Já temos outras disputas a serem efetuadas na nossa cidade. Ontem mesmo, foi confirmado pelo Presidente da CBF, Ricardo Teixeira, que Belém será uma das subsedes da Copa América de 2015. Isso também é uma demonstração de que o trabalho que está sendo desenvolvido, desde 1º de janeiro de 2011, pelo Governador Simão Jatene coloca novamente o Pará em destaque pelas grandes notícias e não pelas más notícias, como era no governo anterior.

Presidente Wilson Santiago, quero fazer duas referências aqui com relação ao pronunciamento de hoje. A primeira diz respeito a emendas que subscrevi na medida provisória que trata da revisão de áreas de demarcação de reservas ambientais. Está na Câmara dos Deputados. Fiz duas emendas tratando da revisão da demarcação da Flona do Jamanxim, que fica lá no Município de Novo Progresso, na BR-163, Santarém-Cuiabá.

Quero mandar um abraço a todos os nossos amigos de Castelo dos Sonhos, que é um distrito do Município de Altamira, à beira da Santarém-Cuiabá, dizendo que é necessário que haja essa revisão, porque centenas de famílias lá estão há mais de 30 anos e não podem, de um momento para o outro, ser expulsas da área onde vêm desenvolvendo seu trabalho, como eu disse, há décadas.

Outra, também na mesma área, no sul do Pará, quase limite com Mato Grosso, para que a reserva biológica, Rebio, lá na Serra do Cachimbo, possa ter desmembramento em duas unidades de conservação: uma APA e um parque nacional, o que não trará nenhum prejuízo à questão ambiental. Apenas não poderá haver atividade turística no Parque Ambiental, porque aquela região é riquíssima de atrativos turísticos e é uma unidade de conservação menos engessada que a Rebio, que é a que não permite que seja feito nada, nem turismo; e uma APA, para que aqueles produtores que lá estejam, dentro de regras já definidas pela legislação ambiental possam manter a sua atividade.

Para minha surpresa, Senador Mozarildo Cavalcanti, o Presidente da Câmara dos deputados, De-

putado Marco Maia, de ofício, rejeitou as emendas, alegando que elas não eram objeto de mérito daquela medida provisória.

Isso não é possível. Vou pedir uma audiência ao Presidente Marco Maia para conversar com ele, porque a medida provisória que lá está diz respeito exatamente à revisão de limites de áreas de unidades de conservação, e as emendas que fiz são nessa direção.

Temos visto aqui medidas provisórias enxertadas com emendas que nada têm a ver com o objeto inicial da medida provisória e são aceitas pela Câmara dos Deputados. Agora, quando fazemos uma emenda que diz respeito ao mérito da medida que está tramitando, é rejeitada de ofício pelo Presidente da Câmara.

Por último, quero falar brevemente, Presidente Wilson, nós temos ouvido falar bastante na imprensa que o Governo está numa situação em que ele não sabe o que quer. Saber o que quer, todos nós sabemos: quer sempre aumentar a sua receita, aumentar a sua arrecadação, arrancar mais sangue dos brasileiros, que já não suportam mais essa carga tributária que aí está.

Agora, a Ministra Ideli, nossa ex- colega do Senado, diz que a Presidenta Dilma quer porque quer criar o novo encargo para atender a saúde, a CSS – contribuição Social para a Saúde, que é a mesma CPMF.

Por outro lado, o próprio Governo diz que não, que não há necessidade de se criar.

Tenho a absoluta certeza, não só eu como a maioria dos Senadores, de que não há necessidade de se criar novos encargos para atender a saúde. E mais: basta que haja qualidade no gasto para que possamos fazer uma saúde que dê dignidade ao atendimento de todos os brasileiros.

V. Ex^a, Senador Mozarildo, é médico de profissão, formado na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Pará, e sabe muito bem disso que estou falando. Agora, precisamos, na tramitação que vai ocorrer aqui no Senado – e vamos, sim, definir –, voltar à emenda do Senador Tião Viana para que a União também tenha obrigatoriedade de aplicar 10% da sua receita líquida em saúde.

Por que os Estados e Municípios são obrigados, constitucionalmente, a fazer aplicação de 12% ou 15% na saúde e a União é o único ente federado que está livre desta obrigatoriedade?

Tenho certeza absoluta de que o embate sobre os *royalties* do petróleo será bastante intenso aqui no plenário do Senado Federal. E tenho certeza de que vamos trabalhar todos nós, Senadores, em benefício dos brasileiros, da sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Wilson Santiago, do PMDB da Paraíba.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, demais Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, profissionais da imprensa, demais senhores e senhoras, hoje trago a esta Casa um assunto que, tenho certeza, Senadora Ana Amélia, será incansavelmente debatido neste plenário durante não só no resto do ano de 2011, como também em parte do ano de 2012, que é a questão da decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal, que considerou inconstitucional os ditames da lei atual da distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados.

O art. 159, inciso I, alínea a, da Constituição Federal determina que 21% da receita arrecadada do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza e também o IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados, sejam repassados pela União aos Estados brasileiros, a todos os Estados brasileiros, e também ao Distrito Federal.

O Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal – FPE, regula esse repasse, visando minimizar as diferenças sociais e econômicas que encontramos nas diversas regiões do nosso País.

Há anos os repasses são efetuados por cotas fixas, o que vem gerando muitas controvérsias. Para muitos, a atual regra de distribuição engessa o sistema, prejudicando o propósito de amenizar desigualdade entre os Estados brasileiros.

Certo é que novas regras deverão ser criadas. É responsabilidade de cada um de nós Parlamentares encontrar uma solução para esse impasse, que vem se expandindo até essa última decisão e, com certeza, continuará enquanto o Congresso Nacional, Senador Mozarildo, não encontrar a solução com os critérios, de fato, aprovados e adotados nas duas Casas e, com isso, colocados em vigor. Que cada Estado saiba, na verdade, o que lhe pertence e, a partir de então, possa conseguir uma distribuição mais justa, de modo que os Estados brasileiros mais carentes tenham uma fonte de receita a mais ou um percentual na receita da União a mais, com o objetivo de amenizar essas desigualdades que, de fato, têm prejudicado a maioria dos Estados brasileiros, permitindo que exista ainda hoje, em pleno século XXI, verdadeiros paraísos dentro do próprio território nacional e outros Estados vivendo em estado de miséria, de dificuldade por conta dos

minguados recursos destinados pelo próprio Fundo de Participação dos Estados.

Eu, particularmente, ainda quando Deputado Estadual, fui autor de um projeto de lei que alterou a distribuição de recursos do ICMS no Estado da Paraíba. E esses recursos foram tão positivos para o soerguimento da economia desses pobres Municípios do nosso Estado, que, num espaço de tempo o mais rápido possível, não só contribuiu com a melhoria da educação, da saúde, da questão social, como também da população em geral, dentro da sua proporção, dos necessitados Municípios paraibanos. E o melhor é que, nos demais Estados, ou melhor, nos demais Municípios que se diziam prejudicados, logo em seguida, a recuperação veio, e eles, inclusive, hoje já estão com índices superiores aos existentes no momento da aplicação da sanção e da aplicação da própria lei.

Com isso, o resultado final é que todos ganharam. Ninguém perdeu; todos ganharam. E quem ganhou, na verdade, foi o próprio Estado, foram os próprios Municípios do nosso Estado, a Paraíba.

Com o meu projeto, os Municípios mais carentes foram os beneficiados logo de início; os demais tiveram, como citei anteriormente, uma pequena redução, mas, nos meses subsequentes, recuperaram essa perda. Isso fez com que se comprovasse, imediatamente, repito, nos meses subsequentes, a recuperação total. O dinheiro circulou e todos ganharam, porque os maiores, os mais ricos atendiam às necessidades dos mais pobres. Isso fez circular os recursos, o dinheiro, e todos foram beneficiados. Graças a Deus, hoje está em pleno vigor!

Nessas condições, as alterações na regra atual do Fundo de Participação dos Estados deverão ser muito bem estudadas, além de terem um prazo para aplicação, visto que não é interesse que nenhum desses Estados venha a sofrer qualquer dano no que se refere a essa nova e futura redistribuição de recursos, de modo que se contemplem, sim, com os critérios adotados, aqueles Estados mais pobres. E que os Estados mais ricos, já que o Fundo de Participação, Senador Mozarildo – só para ter uma ideia, no Estado do Paraná, um dos Estados mais ricos deste País, Senadora Ana Amélia, a participação no Fundo de Participação só chega a 4% do seu total.

Significa dizer que, para esses Estados, o Fundo de Participação é insignificante. No entanto, para os Estados pobres do Nordeste, especificamente os Estados do semiárido, onde a grande maioria da população dos seus Estados sobrevive quase exclusivamente – no caso específico da Paraíba, o Fundo de Participação já chegou a ser mais de 50% de todas as receitas do Estado – dessa participação, essa participação é sig-

nificativa. Com distribuição justa, levando em consideração os índices de pobreza desses Estados e dessas regiões, contemplam-se todos e diminuem-se essas desigualdades regionais que existem no Brasil, transformando alguns Estados que vivem – especificamente os Estados pertencentes ao semiárido – com aqueles altíssimos índices de participação na miséria do Brasil, com mais de 16 milhões de miseráveis vivendo abaixo do índice de pobreza.

Para outros Estados, em que o Fundo de Participação, de fato, contribui com a receita – como, por exemplo, o Paraná, com apenas 4% – isso é insignificante. É insignificante, sim, para o Paraná, mas, para a Paraíba, para o semiárido, para alguns Estados do Norte, o Fundo de Participação, como citei anteriormente, é decisivo para a sobrevivência desses Estados.

Por isso, é necessário discutir esses critérios. E que esses critérios levem em conta, Senadora Ana Amélia, os índices de pobreza, os índices de desigualdade que, de fato, esses Estados enfrentam, o acompanhamento dessa população no que se refere à saúde, à educação e à área social.

Tenho certeza de que não haverá, por parte dos Estados ricos brasileiros, nenhum constrangimento se este Congresso Nacional adotar um sistema de distribuição que contemple com mais vantagens os Estados mais pobres, os Estados que sobrevivem, praticamente ou quase praticamente, com os recursos do Fundo de Participação.

Concedo, Senadora, um aparte a V. Ex^a, já que V. Ex^a tem conhecimento geral da situação econômica dos Estados brasileiros e tem acompanhado, ao longo da sua vida, a situação dos Estados brasileiros, não só por ser jornalista e conhecedora, mas também por ser estudiosa do campo da produção do País, da economia, da sobrevivência e da necessidade que todo Estado brasileiro tem de crescer junto, não com paraíso e com divergências. Porque, se nós contemplarmos os Estados mais ricos, com certeza estaremos contribuindo com o aumento da miséria nesses Estados que já estão com índices altíssimos de pobreza neste País.

Concedo a V. Ex^a um aparte.

A Sra. Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Wilson Santiago, sempre atento aos interesses do seu Estado, a Paraíba. Seus eleitores certamente têm muito orgulho de tê-lo enviado para o Senado Federal depois da experiência bem-sucedida também na Câmara dos Deputados. Essa é uma questão relevante, Senador Wilson Santiago. Essa receita é a principal fonte de arrecadação dos Estados, o Fundo de Participação, o FPE. Neste momento, estou voltando de uma audiência, de mais de uma hora, com o Ministro dos Transportes, Paulo Passos. Foi uma

longa entrevista com toda a Bancada do meu Estado, inclusive com o Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, que é, como eu, gaúcho. Isto não precisaria acontecer – os Estados estarem de chapéu na mão, pedindo ao Governo Federal a liberação de recursos e a implementação de obras que são por ele executadas nos Estados – se houvesse uma repartição mais justa do recurso arrecadado numa Federação, que é desequilibrada: a União recebe 60% de tudo que é arrecadado, os Estados, pouco mais de 20%, e os Municípios, apenas de 13% a 15%. Seria diferente o trato, e não precisaríamos ficar nessa dependência ao centralismo de Brasília. De qualquer maneira, a atenção dada pelo Ministro já foi confortadora para o esforço que os Parlamentares fazem. Está tramitando nesta Casa uma proposta de emenda à Constituição, do Senador Randolfe Rodrigues, da Senadora Vanessa e do Senador Romero Jucá, que altera os critérios de distribuição. Quero dizer-lhe que o Rio Grande do Sul está entre os onze Estados que, pelos critérios adotados, vão perder receita. Serão 43% a menos do Fundo se aplicada como está a emenda do Senador Randolfe Rodrigues, da Senadora Vanessa e do Senador Romero Jucá: R\$500 milhões por ano será a perda se ela for aplicada. A grande questão levantada com essa emenda constitucional, Senador Wilson Santiago, entra no seu argumento agora. Como estamos discutindo também, nesta Casa, a questão da repartição ou da partilha dos *royalties* do pré-sal, e as duas questões dizem respeito à Federação, então, penso que o melhor caminho é juntar esses temas dentro de um debate do pacto federativo – como entendeu o próprio Senador Randolfe Rodrigues na segunda-feira, quando essa matéria foi discutida no âmbito da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, presidida pelo Senador Paulo Paim. Então, cumprimento V. Ex^a por trazer novamente o debate sobre essa questão da repartição, salientando o argumento extremamente correto de V. Ex^a: os Municípios são os primos pobres da Federação, os Estados são os primos remediados, e a União é a prima rica desta nossa Federação tão injusta e tão desequilibrada. Muito obrigada, Senador Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Agradeço, Senadora Ana Amélia, o aparte de V. Ex^a, que enriquece muito aquilo que falei anteriormente em relação à necessidade não só de discutirmos com mais profundidade, com mais cautela ou cuidado esse assunto, para não penalizarmos aqueles que já estão penalizados, como os Estados pobres.

Precisamos estudar com cuidado, analisar a proposta, aqui discutida por V. Ex^a e por tantos outros companheiros, no que se refere ao pacto federativo,

de modo que não haja a mínima possibilidade de quem é pobre, que já recebe pouco, receber menos ainda. Precisamos melhorar a situação desses Estados mais pobres, de modo que tenhamos condições de crescermos juntos, de nos desenvolvermos juntos, de darmos oportunidade de vida a todos, independentemente de regiões, de Estados, do próprio Brasil.

Esse é o aspecto positivo do próprio pacto federativo, onde todos nós teremos condições, cada um representando seus Estados, de defender os interesses, sim, dos seus Estados, sem também inviabilizar outros. É isso que defendo.

Tenho certeza de que, juntos, Senador Mozarildo Cavalcanti, teremos condições, logo após a discussão deste assunto que já começa a chamar a atenção de todos nós, de procurarmos as fórmulas e caminhos, para que tenhamos uma solução ou uma agregação de força e decisão da maioria, no sentido de preservar os direitos dos outros, mas também contemplar aqueles que estão sofrendo, que estão com índices, como citei anteriormente, abaixo da média nacional, como o semiárido brasileiro, com 22 milhões de habitantes. Destes, 9 milhões estão com a renda abaixo da média, abaixo de R\$70,00 ou em torno disso.

Então, precisamos contemplar esta população. Não entendemos, não permitimos, ninguém aceita que exista um país rico com miseráveis. Precisamos ter um país rico, preservando os direitos dos cidadãos, contemplando e beneficiando aqueles que necessitam da ajuda do Estado.

Assim, o programa Brasil Sem Miséria, lançado pela Presidenta Dilma, cujas ações, de fato, estão sendo implementadas em alguns dos Estados, especificamente nesta região, merece o nosso aplauso.

Não podemos, de uma vez por todas, aqui no Congresso Nacional, deixar de aprovar um projeto dessa natureza que não é definitivo; pelo contrário, requer a exigência da Casa, para que se adotem medidas no que se refere à desvinculação de receitas como, por exemplo, a da União, que V. Ex^a citou, como também a criação de programas, de oportunidades de emprego, como a instalação de indústrias, geração de renda, fazendo com que quem mora no Nordeste permaneça morando no Nordeste, residindo na zona urbana ou na zona rural, mas com oportunidades iguais às dos demais centros maiores e às das demais regiões ricas do País.

É esse o nosso posicionamento. Tenho certeza de que, juntos, iremos todos nos integrar, para que tenhamos condições de melhorar a vida dessa população e, com isso, cumprir o nosso dever e a nossa obrigação como representantes do povo brasileiro, da população dos nossos respectivos Estados nesta Casa.

Para não me alongar ainda mais, Senador Mozarildo Cavalcanti, agradeço a atenção de V. Ex^a e solicito a V. Ex^a a publicação de todos os dados que tenho em mãos, para que esta Casa os tenha nos seus registros para que aqueles que quiserem deles tomar conhecimento tenham mais facilidade de acessá-los e, com isso, serem esclarecidos.

Obrigado a V. Ex^a.

Agradeço, de coração, o aparte da Senadora Ana Amélia.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR WILSON SANTIAGO

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje venho falar sobre um assunto que deverá ser incansavelmente debatido neste plenário.

Falo do Fundo de Participação dos Estados – FPE que até 31 de dezembro do próximo ano, deverá ter suas regras alteradas pelo Poder Legislativo em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal, que considerou inconstitucional os ditames atuais.

O artigo 159, inciso primeiro, alínea “a”, da Constituição Federal, determina que 21,5% da receita arrecadada com IR (Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza) e IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados) sejam repassados pela União aos Estados e Distrito Federal.

O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE regula este repasse, visando minimizar as diferenças sociais e econômicas que encontramos nas diversas regiões do nosso país.

Há anos os repasses são efetuados por cotas fixas, o que vem gerando muitas controvérsias. Para muitos a atual regra de distribuição engessa o sistema, prejudicando o propósito do Fundo de amenizar as desigualdades entre os Estados.

Certo é que novas regras deverão ser criadas e é responsabilidade de cada um de nós parlamentares, encontrar uma solução para este impasse.

Obviamente que toda mudança gera de início um mal estar, entretanto, com o passar do tempo a verdade sempre vem à tona.

Sou autor de um projeto de lei que alterou a distribuição de recursos para os municípios de meu Estado, a Paraíba.

Com o meu projeto os municípios mais carentes foram beneficiados logo de início e os mais ricos tiveram uma pequena perda, entretanto, passados os primeiros meses, verificou-se que todos foram beneficiados.

Nessas condições as alterações na regra atual deverão ser muito bem estudadas, além de terem um

prazo para aplicação, visto que não é interesse que nenhum estado venha a sofrer grandes perdas de uma hora para outra.

De agora em diante focarei minha atenção a este assunto, sou representante de um estado e de uma região em que o Fundo de Participação é muito importante para sua receita total.

Acredito que estados como a Paraíba e tantos outros do Norte e Nordeste brasileiro devam ter atenção especial nos critérios de distribuição do Fundo de Participação.

Esta será uma de minhas lutas nesta casa.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Wilson Santiago, V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Gostaria de pedir a V. Ex^a a gentileza de presidir neste momento, já que serei o próximo orador a usar da palavra.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Wilson Santiago, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, especialmente a Senadora Ana Amélia, que abrilhanta a sessão neste momento, eu, como Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, juntamente com os demais membros da Comissão, temos nos debruçado sobre os problemas que afligem a imensa faixa de fronteira do Brasil com os países vizinhos – cerca de 18 mil quilômetros. Considerando que a faixa de fronteira vem da linha de fronteira para dentro do País 150 quilômetros, somada a Amazônia, temos praticamente 70% do território nacional.

Muitos aspectos estamos abordando em painéis, ouvindo autoridades federais, estaduais e pessoas da área científica para fazer um diagnóstico da realidade das nossas fronteiras e da nossa Amazônia. Um dos temas delicados, por incrível que pareça, Senador Wilson Santiago, é justamente a questão da segurança.

Pela manhã, tivemos uma audiência conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, do Meio Ambiente e da nossa Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira justamente para debater o Código Florestal. Não quero dizer que o Código Florestal não seja importante, pois ele é. Aliás, até discordo do nome, porque parece que estamos

cuidando apenas de florestas, o que não é a realidade, porque nós cuidamos dos cerrados, dos pampas, do pantanal, de todos os biomas brasileiros.

Mas o mais importante mesmo é saber como vive o cidadão e a cidadã nessa imensa região, e eu diria até no Brasil todo. Mas na região de fronteira essa questão, por exemplo, da segurança é escandalosa. Não temos policiais federais em número suficiente, não temos equipamentos, não temos sequer, digamos, a inteligência disponível para uma adequada fiscalização das fronteiras, o que, inclusive, atinge também as Forças Armadas. Mas há uma instituição que quero abordar hoje neste meu pronunciamento, que é a Polícia Rodoviária Federal.

Assistimos, quase que diariamente, Senador Wilson Santiago, a casos nas nossas rodovias, que estão desguarnecidas, despolicizadas. Eu quero chamar a atenção para um caso curioso. Desde 2009 que um concurso que foi iniciado para recrutar novos policiais rodoviários federais vem se arrastando. Uma comissão daqueles que foram aprovados nas etapas que foram feitas em 2009 está aqui, no Congresso, em busca de apoio para a continuidade do concurso que já se arrasta há quase dois anos.

São jovens que se dedicaram à busca do sonho de trabalhar em prol da sociedade se tornando policiais rodoviários federais.

Quero fazer o registro de que se encontra na tribuna de honra do Senado um dos concursados ou concursandos, que é o Felipe Medeiros, que mora em Roraima e fez concurso, portanto, para ficar em Roraima. E o que estamos vendo?

Essa batalha se iniciou em 2009. Após a realização das provas objetivas e de redação, houve uma denúncia de fraude junto ao Ministério Público Federal que resultou na suspensão do concurso. Porém, após minuciosa investigação, o Ministério Público Federal concluiu que as irregularidades apontadas não invalidaram o certame e que este deveria prosseguir a partir das fases restantes.

Nesse período de investigação, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, alegando quebra de cláusulas contratuais por parte da organizadora do certame, promoveu a rescisão unilateral do contrato. Com isso, as etapas seguintes para a formação desses novos servidores deveriam ser realizadas por outra organizadora que seria ainda escolhida. No entanto, isso não foi viável, uma vez que a banca que teve seu contrato rescindido moveu ações judiciais contra essa rescisão, unilateral, começando aí um embate jurídico que poderia se prolongar por muitos anos.

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal e a organizadora, sabedores de que o embate na Justiça

poderia se prolongar por muitos e longos anos, iniciaram as tratativas de um acordo que hoje se mostra a solução prática desse problema.

Com a anuência da Advocacia-Geral da União, foi construído um ajuste de conduta que será em breve homologado e publicado no Diário Oficial da União. Esse ajuste possibilita à Polícia Rodoviária Federal o recebimento do banco de dados dos candidatos, permitindo, assim, a continuidade do concurso.

Este concurso representará um aumento de cerca de 12% do efetivo desta importante instituição da esfera de segurança pública. Porém, ainda existe um entrave: o acordo que parece resolver todas as pendências retira o problema da esfera do Poder Judiciário e o coloca na esfera do Poder Executivo, visto que os custos do referido concurso, que eram previstos no orçamento de 2009, agora, quase dois anos depois, não estão mais disponíveis. O valor necessário para o prosseguimento desse concurso gira em torno de R\$20 milhões, valor este que garantiria o aumento do efetivo de 699 policiais nas fronteiras do nosso País, região muito desguarnecida, como já frisei no início do meu pronunciamento, e liberaria o Departamento de Polícia Rodoviária Federal para realizar outros concursos para resolver a precária situação do seu efetivo.

É importante lembrarmos que existe a proximidade dos dois maiores eventos esportivos mundiais: a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas do Rio, em 2016. Para que esses dois eventos se realizem, devem ser cumpridas exigências da Fifa e do COI, principalmente na área de infraestrutura e de segurança.

O Ministro da Justiça, consciente dos anseios da população e da necessidade do fortalecimento das fronteiras nacionais como política do Governo da Presidenta Dilma, enviou um aviso ministerial para a Ministra do Planejamento Miriam Belchior, solicitando a liberação do valor solicitado pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal para que se possa dar continuidade ao concurso, haja vista ser esse o atual impedimento da imediata continuidade.

O valor necessário para a continuidade – leia-se realização dos testes físicos, psicológicos e do curso de formação – em nada se compara com a demanda da sociedade de ter uma fiscalização efetiva e eficiente nas rodovias e fronteiras brasileiras, que contam hoje com uma fiscalização deficitária por conta do minguido efetivo e o conseqüente fechamento de postos policiais.

A manutenção desses postos e a abertura de novos em lugares estratégicos são de extrema importância para a fiscalização. É importante ainda se observar que dentre as inúmeras atribuições do policial rodoviário federal está a honrosa atribuição de salvar

vidas nos acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias federais, que, além do enorme prejuízo de tirar vida de homens, mulheres e jovens, trazem enormes prejuízos financeiros à própria Nação.

Exemplo disso foram os gastos com acidentes de trânsito ocorridos no último e mais sangrento feriadão de carnaval. Em quatro dias de feriado foram gastos cerca de 250 milhões com os acidentes de trânsito, valor esse, portanto, dez vezes mais elevado do que o necessário para o prosseguimento do concurso que está pendente há dois anos e que colocará, no mínimo, 1.125 novos agentes atuando efetivamente na prevenção desses acidentes.

Sendo assim, verificamos que, mesmo com a necessidade iminente de se cortarem gastos, não é cabível que esse pleito seja deixado de lado – até não acontecendo, isso gera mais gasto, como demonstrei – e encarado como gastos desnecessários, pois as vidas que serão salvas não se mensuram financeiramente.

Agora, em evento da Federação Nacional da Polícia Rodoviária Federal e da Frente Parlamentar de Apoio à Polícia Rodoviária Federal, realizado no dia 28, ontem, portanto, no Anexo IV da Câmara dos Deputados, que contou com a presença de diversos Parlamentares e da Diretora-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Nacional, a Dr^a Maria Alice Nascimento, no qual a Diretora divulgou informações de que a Polícia Rodoviária Federal e a Funrio chegaram a um acordo que será assinado na próxima sexta-feira, dia 30, amanhã, no Rio de Janeiro, com vistas à entrega do banco de dados e à continuidade do concurso da Polícia Rodoviária Federal com outra banca organizadora.

O ato representa um grande avanço para o aumento do efetivo da Polícia Rodoviária Federal, tendo em vista que há carência de agentes em todo o território nacional, notadamente nas áreas de fronteira do País.

Segundo a Diretora do órgão, os trâmites para a obtenção dos recursos para o prosseguimento do concurso já foram encaminhados à Casa Civil da Presidência da República e aquela pasta tem demonstrado interesse no rápido deslinde da questão.

Aliás, estive com a Ministra Gleisi expondo essa questão e ela me disse que irá adotar providências para a sua solução. Inclusive já se encontra em fase avançada a elaboração da minuta do decreto para a liberação dos recursos orçamentários.

Sr. Presidente, faço este pronunciamento com muita satisfação, porque nós, da Amazônia, principalmente, ficamos de queixo caído quando vemos o descaso que existe com a nossa fronteira. Também não deve ser diferente na fronteira Sul, da Senadora Ana Amélia.

No meu Estado, que é pequeno se comparado a outros, temos várias rodovias federais, como a BR-174, que nos liga ao Estado do Amazonas e à Venezuela, portanto uma fronteira internacional, temos a 401, que nos liga à Guiana, outra fronteira internacional, mas temos outras rodovias, como a BR-432, a 210, todas elas completamente desguarnecidas e, portanto, portais escancarados a todos os ilícitos possíveis. E não é diferente em todos os Estados da Federação.

Assim, Senador Wilson Santiago, quero terminar meu pronunciamento, voltando a cumprimentar o companheiro Felipe, que está aqui, e a todos os concurrendos que estão aguardando há dois anos por esse doloroso e angustiante parto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senador Mozarildo, parabéns a V. Ex^a, que sempre tem sido um Parlamentar extremamente atuante, defendendo os interesses da população de seu Estado e também do Brasil.

Então, parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, estou vindo aqui terminando mais uma semana, semana onde tivemos temas importantes sendo discutidos no Senado Federal, na Comissão de Assuntos Econômicos, comissão que tenho a honra de presidir. Aprovamos na terça-feira o projeto do Simples, que impacta diretamente os pequenos empresários e fortalece um setor da economia preponderante, fundamental para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, fundamental para o crescimento, para a geração de emprego, estimulando a formalidade.

Todo mundo quer pagar imposto, mas não pode pagar imposto que acabe com o seu negócio. Portanto, esse projeto que aprovamos na Comissão de Assuntos Econômicos na terça-feira é fundamental para o Brasil. Eu não podia deixar de destacar não só esse projeto, mas destacar também a audiência pública com a presença do Presidente do Banco Central, Dr. Tombini, onde tivemos oportunidade de falar um pouco da economia mundial e também da economia brasileira. A economia mundial enfrenta uma crise que deve se alongar pelos próximos anos, a economia especialmente da comunidade europeia, que tem poucos instrumentos para tentar modificar essa realidade: injeção de recursos, estratégia que foi utilizada especialmente pelos bancos centrais em 2008 – essa alternativa já não existe mais; ausência de políticas monetárias nos

países do euro, especialmente nos periféricos que estão sofrendo mais.

Sr. Presidente, a economia mundial preocupa muito, e a única ferramenta que a Comunidade Europeia tem é cortar gastos. Mas, todos nós sabemos a dificuldade que traz cortar gastos, e os impactos sociais intensos. Basta ver o que tem ocorrido na Europa, em vários países, mais especificamente na própria Grécia, que, talvez de todos os países, é o país que enfrenta mais dificuldades.

Sr. Presidente, além da Comunidade Europeia, os Estados Unidos também enfrentam muitas dificuldades. Uma desconfiança, pessimismo, ausência de novos empregos, problemas de caráter político, e, o curioso, a maioria desses países com taxa de juros negativa. Portanto, as alternativas que restam são alternativas reduzidas e que vão exigir evidentemente desses países soluções criativas para tentar fazer com que o mundo não enfrente uma recessão ou um baixo crescimento econômico.

Por outro lado, o Brasil com medidas corretas na macroeconomia, com a redução da taxa de juros tão aguardada e tão discutida no Senado Federal, pelo que representa, cada 1% na taxa de juros são R\$11 bilhões a mais no serviço da dívida; US\$350 bilhões de reservas cambiais; o Brasil crescendo; o Banco Central tendo mecanismos que é o empréstimo compulsório, uma série de alternativas para, inclusive, proteger o Brasil dessa crise mundial e promover esse crescimento contínuo que o Brasil tem vivido ou vivenciado nos últimos anos. Agora, evidentemente, o momento é de absoluta atenção, momento de cuidado para que efetivamente nós tenhamos condição, como o fizemos em 2008, mesmo num cenário mundial ruim, negativo, tenhamos as condições necessárias de vencer mais esses obstáculos, mais essas dificuldades.

Senador Wilson Santiago, é uma honra muito grande ser apertado por V. Ex^a.

O Sr. Wilson Santiago (Bloco/PMDB – PB) – Senador Delcídio, V. Ex^a como sempre, tem sido cuidadoso com os problemas nacionais. Primeiro, pela experiência que tem e, segundo, pela vivência com os problemas que tem acompanhado ao longo da sua vida, não só política como também como cidadão. Eu quero, não só parabenizar V. Ex^a, por testemunhar durante esse tempo todo, desde a época em que fui Deputado Estadual e V. Ex^a, Senador, V. Ex^a sempre cauteloso especificamente com a questão da economia nacional e também com os investimentos, porque sem investimentos não teremos condições, no que se refere a investimentos em infraestrutura, de alcançar os nossos objetivos, de vencer muitos desafios e de dar condições ao desenvolvimento em geral, juntamente

com a iniciativa privada. Então, essa responsabilidade do Poder Público, V. Ex^a sempre aqui tem levantado nesta Casa, tem cobrado do próprio Governo e tem apresentado soluções, porque, quando se apresentam soluções, logicamente facilita quem está com o poder de decisão nas mãos de tomar as decisões que de fato atendam às necessidades e à própria demanda da sociedade e do País. Por esta razão, quero parabenizar V. Ex^a pela conduta que tem tido, independentemente até de partido político, mas que tem sido no sentido de defender os interesses nacionais, de defender o desenvolvimento do Brasil, de sempre chamar a atenção para aquilo que engrandece o País lá fora, pela abrangência, pela respeitabilidade, pela importância do nosso País hoje no mercado mundial. Apesar de estarmos preocupados com a crise mundial, temos que comemorar, com a cautela que V. Ex^a sempre tem tomado de que não podemos deixar de investir, de enfrentar as mazelas que incomodam o povo brasileiro. Juntos teremos condições de vencer a crise e também continuar buscando o desenvolvimento e atendendo, portanto, ao crescimento e àquilo que o Brasil espera não só de todos nós, como também de todos os governos. Parabéns a V. Ex^a por levantar um tema tão importante não só para o País como também para o próprio Governo, quando V. Ex^a chama a atenção dos dois focos: o desenvolvimento e a crise, mas voltado para as saídas que de fato atendam às necessidades, e prevaleça o Brasil no rumo do desenvolvimento.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Wilson Santiago, pelas palavras, mais uma vez, sempre muito atento e acompanhando os principais temas nacionais.

Também gostaria, complementando esse cenário macroeconômico, falar, Sr. Presidente, que sob o ponto de vista inflacionário, e muita gente falou que a redução das taxas de juros trariam inflação, eu não acredito nisso, até pela desaceleração econômica do mundo. Evidentemente, acredito que as *commodities* vão se comportar com preços dentro de níveis mais adequados e deixando de turbinar o processo inflacionário, especialmente nos países emergentes.

Portanto, a probabilidade de voltarmos ao centro da meta de inflação é absolutamente plausível, razoável e, segundo o Presidente Tombini, isso poderá acontecer por volta de abril ou maio do próximo ano. Acho que assim o Banco Central procede com serenidade, sem dar atenção a pressões de pessoas que tentam, vez ou outra, para não falar frequentemente, criar cenários negativos. O Banco Central equilibradamente, de uma forma independente, de forma responsável, fazendo os ajustes necessários e especialmente olhando essa questão de juros muito atencioso com o momento que

vivemos e com as variáveis econômicas que tem pautado o atual cenário brasileiro e mundial.

Sr. Presidente, esta semana também, aliás, discutimos hoje e haverá uma audiência pública na Comissão de Infraestrutura e na Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Infraestrutura presidida pela Senadora Lúcia Vânia, uma discussão sobre *royalties* de mineração.

V. Ex^a, Senador Mozarildo, conhece bem isso. O Estado de V. Ex^a é rico especialmente nessa área mineral, e precisamos fazer esse debate dentro do Congresso. As mineradoras não podem ter lucros extraordinários, deixando estragos ambientais definitivos ou eventualmente deixando rastros de desigualdade social nos lugares por onde passam. Elas têm que ter responsabilidade social e a exploração mineral tem que trazer, como contrapartida, o desenvolvimento dos Municípios diretamente impactados. Então, temos que fazer essa discussão como estamos fazendo a discussão das concessões, das renovações das concessões no setor de energia elétrica, também outro assunto extremamente importante.

Fizemos agora, na semana passada, também com a Comissão de Infraestrutura, um debate sobre o plano decenal de energia. Energia numa visão mais ampla: petróleo, gás, energia elétrica, etanol e assim por diante.

São investimentos, Senador Mozarildo, de mais de R\$1 trilhão. E procurando demonstrar que a matriz energética brasileira que, sob o ponto de vista da energia renovável, é uma matriz energética de ponta no mundo, mas que temos que ter complementação térmica. Por quê? Porque as usinas que estão vindo agora, Belo Monte, Jirau, Santo Antônio, são usinas fio d'água, não têm reservatório de acumulação, então tem que haver alguma outra fonte para otimizar a energia. E aí a geração termoeletrônica, a gás natural, a nuclear, que eu defendo. Isso porque mais uma vez, agora, a energia nuclear voltou para os holofotes, em função do que aconteceu em Fukushima, e também a geração a carvão mineral, que é uma riqueza do sul do Brasil que nós não podemos esquecer.

E se questiona o carvão mineral. O mundo inteiro opera com o carvão mineral. Agora, existe tecnologia para diminuir os impactos, para mitigar os impactos ambientais da geração, utilizando carvão mineral.

E para completar a semana, e esse é um tema sobre o qual eu não podia deixar de falar hoje aqui, a famosa discussão dos *royalties* do pré-sal.

Sr. Presidente, a Comissão de Assuntos Econômicos, hoje, é um dos palcos principais desse debate, juntamente com a Comissão de Infraestrutura. Nós temos o veto, que pode ser votado no dia 5 de outu-

bro, que é um verdadeiro desastre e uma prova de incompetência do Legislativo, que, não apresentando soluções, irreversivelmente o veto cairá. O veto caindo, é a judicialização agora dos *royalties* do pré-sal, um verdadeiro desastre para o País.

Portanto, apesar de estar terminando a semana ainda sem expectativas, eu espero que até quarta-feira nós tenhamos condição de apresentar uma proposta, de apresentar um projeto que efetivamente atenda a União, os Estados produtores e os Estados não produtores.

Agora, eu queria fazer, Sr. Presidente, alguns registros, e peço um pouco da paciência de V. Ex^a com relação ao tempo. Essa discussão dos *royalties* do pré-sal é uma discussão absolutamente surrealista, porque parte de premissas falsas – todas elas.

A primeira premissa. Fala de pré-sal, mas, na verdade, não temos pré-sal ainda, temos pós-sal a 2.000m de profundidade. O pré-sal está a 7.000m e não chegamos ao pré-sal ainda. Portanto, estamos discutindo a distribuição de *royalties* do pós-sal. Não há pré-sal.

O segundo ponto, Sr. Presidente. Estamos falando de um dinheiro que, além de ser do pós-sal, é do regime de concessão. Não é o regime de partilha. Não foi feita até agora no Brasil nenhuma licitação, nenhum leilão de pré-sal. Alguns campos que estão operando hoje têm pré-sal, mas eles foram licitados sob regime de concessão. E quem está explorando, está explorando o pós-sal, não chegou a 7.000m de profundidade no pré-sal.

Então, olha como nós estamos fazendo uma discussão complicadíssima de um pré-sal que ainda não existe, de um dinheiro que é do regime de concessão e do pós-sal, porque é o que existe até agora pelo menos. Uma emenda que, em minha opinião, ano eleitoral, final de ano, acho que acabamos cochilando e aprovando uma emenda que não é constitucional. Ela é inconstitucional. Ela não passa em uma avaliação mínima, se esse tema for levado ao Supremo Tribunal Federal. Não passará porque ela, além de tudo, quebra contratos, contratos assinados. Portanto, não há a mínima chance de prosperar. Essa discussão surgiu dessas emendas. Agora, o jogo está feito. Temos que encontrar uma solução.

E um quarto ponto que não poderia deixar de registrar. Estivemos com o Ministro Guido Mantega na terça-feira à tarde. O Governo efetivamente cedeu. Cedeu uma parte dos *royalties*, cedeu uma parte das participações especiais. Dos *royalties* cedeu 1/3 e de participação especial promoveu também uma redução importante.

O Governo cedeu R\$1,8 bilhão aproximadamente. E, aí vem a novidade, Sr. Presidente. O nosso ponto de partida é o ponto de partida da Emenda Ibsen. São

7 bilhões, R\$8 bilhões. Se o Governo vai ceder 1,8 ou 2, os outros 6 vêm de onde? Ou seja, é um esforço hercúleo. Nós não temos condição de partir desse patamar, na minha leitura. Eu sou de um Estado não produtor, mas não posso também ficar sinalizando com realidades que não existem. A conta não fecha.

Então, é fundamental, Sr. Presidente, uma vez que estamos partindo de um cenário completamente surrealista. É abstrato esse cenário, porque não existe pré-sal; só existe pós-sal. O dinheiro que está aí é do pós-sal, é sob regime de concessão. Essa negociação sendo pautada por uma emenda que se for ao Supremo cai, porque é inconstitucional, porque quebra contrato, e com um ponto de partida de 7 bilhões, quando o governo colocou na mesa, agora, 1,8. De onde vai tirar?

Portanto, Sr. Presidente, vamos ter de fazer um esforço grande para tentar chegar a um acordo. Eu acho que todos têm de ceder. Se o governo cedeu, e eventualmente pode ceder mais, os Estados produtores precisam ceder também. E os Estados não produtores precisam ceder. Nós precisamos partir de um número factível, um número razoável com a nossa realidade, em função de todas essas premissas falsas de que partimos.

Então, é necessário um grande acordo, pois a judicialização, Sr. Presidente, é um desastre completo para o País, para todos os Estados, para toda a Federação e para todos os Municípios brasileiros. Então, temos de encontrar uma saída negociada, fazer um esforço nesse sentido.

Sr. Presidente, eu não tenho dúvida de que o Governo pode encontrar mecanismos não diretamente envolvidos com essa questão dos *royalties* para compensar os Estados produtores, sejam investimentos do PAC, sejam outros investimentos na área social, a antecipação de *royalties*, que acho que é uma solução também que nós poderíamos pelo menos estudar, avaliar, até porque os *royalties* não entram no superávit primário, não entram na conta do primário, que é o grande desafio do Governo e uma preocupação constante do Ministro Guido Mantega. Nós precisamos encontrar uma saída.

Eu externei essa posição na reunião que tivemos com o Ministro Guido Mantega, com a Ministra Ideli. É o momento de cedermos para efetivamente buscar um acordo. Eu entendo a posição do Rio de não quebrar contratos e de não avançar em absolutamente nada daquilo que está contratado.

Mas precisamos buscar uma solução que evite a queda do veto, porque a queda do veto é a judicialização e não é possível que não tenhamos as condições necessárias para encontrar uma saída para tema tão importante.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores – e aí concluindo e agradecendo a paciência de V. Ex^a – quero registrar que estamos num momento especial, num momento em que as questões federativas são fundamentais. É um momento especialíssimo para se trabalhar num grande pacto federativo, que pode começar com o pré-sal, que tem como temas importantes – isso já foi falado hoje desta tribuna – o Fundo de Participação dos Estados, que nós, necessariamente, vamos ter que analisar.

É importante registrar que o meu Estado, Mato Grosso do Sul, entrou na Justiça, porque é um dos piores FPEs do Brasil, se não me engano o penúltimo FPE do Brasil. Nós temos aí a discussão das dívidas dos Estados, outro tema também que sufoca vários Estados da Federação brasileira.

Nós temos que ter um espírito público, responsabilidade para entender o momento que estamos vivendo e os avanços que podemos promover ao longo dos próximos meses, num debate permeado por questões absolutamente importantes sob o ponto de vista nacional.

O PRS, o Projeto de Resolução do Senado nº 72, a questão do ICMS da importação, outro tema muito importante e talvez a primeira iniciativa para começar uma reforma tributária não ampla, não geral, mas uma reforma tributária focada, localizada e que, efetivamente, traga benefícios ao País. A desoneração de investimentos, temas tão caros e importantes para um debate que, sem dúvida nenhuma, será fundamental não só para nós, Senadores e Senadoras, mas também para o Congresso Nacional e para o Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, termino aqui a minha fala manifestando a minha preocupação com a maneira como essas questões relativas aos *royalties* do pré-sal estão sendo conduzidas. Ontem, nós não conseguimos votar duas medidas provisórias, isso ficou para a semana que vem.

Se for colocado algum projeto que se refere ao Pré-sal, nós não teremos facilidade para votá-lo dentro do prazo estabelecido e ao mesmo tempo nós temos de nos desarmar para essa discussão. Nós não podemos estabelecer cláusulas pétreas que impeçam um acordo.

Sr. Presidente, eu prefiro um acordo razoável do que um embate judicial que nós não sabemos aonde irá chegar e em quanto tempo nós chegaremos a um porto seguro.

Dentro, eventualmente, até de critérios que nós desconhecemos ou definições que venham a surgir do Poder Judiciário e que não correspondam, talvez, às expectativas de todos os entes diretamente envolvidos com esse processo.

A responsabilidade é desta Casa, a responsabilidade é do Congresso Nacional e nós precisamos fazer um esforço grande para buscar uma solução definitiva para um tema tão importante.

Sr. Presidente, quero agradecer a tolerância de V. Ex^a, a paciência e dizer que é uma honra estar sempre aqui junto a V. Ex^a, um Senador que honra Roraima, um Senador dos grandes temas nacionais, dos temas que não só são importantes para o Estado de Roraima, mas para o Brasil, para a Amazônia e para a região de fronteira. É sempre um orgulho estar junto de V. Ex^a aqui nessa labuta, nesse dia a dia do Senado Federal, procurando honrar os votos que recebemos da nossa gente e do nosso povo e, humildemente, tentando colaborar para um Brasil melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Delcídio do Amaral, o Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço ao Senador Delcídio.

Quero dizer que as palavras elogiosas de V. Ex^a têm da minha parte a mesma reciprocidade, porque conheço muito bem a sua capacidade e o seu trabalho aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Sr^a. Senadora Angela Portela e os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Mário Couto enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, quando ingressei na política, assumi o compromisso de trabalhar prioritariamente pela garantia de direitos a algumas categorias da sociedade brasileira que, historicamente, sempre foram negligenciadas na elaboração de políticas públicas.

Entre estas categorias, tenho procurado dar uma atenção especial em minhas proposições legislativas, emendas ao orçamento e nos pronunciamentos nesta Tribuna aos portadores de necessidades especiais.

Embora representem uma parcela significativa da população, estas pessoas não recebem a atenção devida. Quando muito, são incluídas nas políticas de saúde, mas esquecidas quanto ao direito à moradia, qualificação profissional, inserção no mercado de trabalho, mobilidade etc.

Na semana passada, por exemplo, senhor presidente, conseguimos aprovar na Comissão de Desenvolvimento Regional o Projeto de Lei que define critérios para a inclusão dos portadores de deficiências nos programas habitacionais de interesse social, entre eles o Minha Casa Minha Vida, assegurando-lhes a destinação de uma parcela das casas, adaptadas às suas necessidades, preferencialmente em piso térreo para facilitar a acessibilidade.

É um trabalho que estamos fazendo há alguns anos e, em Roraima, por exemplo, conseguimos assegurar a construção de 42 unidades habitacionais do Minha Casa Minha Vida, totalmente adaptadas. Trouxemos essa experiência para o Governo Federal, apresentamos sugestões para que pessoas com dificuldades de locomoção ou outras limitações fossem priorizadas nestes programas.

Para nossa satisfação, senhor presidente, senhoras senadoras, senhores senadores, a presidenta Dilma Rousseff foi além. Conforme divulgado esta semana na imprensa, o Governo Federal lançará nos próximos dias a maior iniciativa já registrada no Brasil tendo como público as pessoas com deficiências.

Está previsto um volume de investimentos que pode chegar a R\$ 10 bilhões até 2014, incluindo projetos nas áreas de saúde, educação, transporte, moradia, inclusão no mercado de trabalho e acessibilidade.

Na área de educação, por exemplo, as pessoas com deficiência poderão ter reservadas 5% de vagas nos cursos do Pronatec.

Em parceria com Estados e municípios, o plano prevê a entrega de mais de mil veículos escolares adaptados nos próximos três anos. Para o mercado de trabalho, a ideia é criar um banco nacional de profissionais, espécie de agência virtual de emprego.

A proposta que temos defendido de forma veemente nesta Casa, de assegurar prioridade para as pessoas com deficiência nos programas habitacionais de interesse social, também está contemplada no plano.

Serão oferecidas facilidades para obtenção da casa própria, inclusive com garantia de acessibilidade em todos os empreendimentos do Minha Casa Minha Vida. E as casas já construídas e entregues onde residam portadores de deficiências receberão kits de adaptação, incluindo maçanetas especiais e campanhas para surdos.

Muito embora os detalhes do programa ainda não tenham sido divulgados, é possível saber também que está prevista a implantação de casas inclusivas, que serão moradias para deficientes que necessitem de auxílio de profissionais especializados, além da ampliação dos centros de referência e reabilitação.

Estamos, portanto, aguardando com ansiedade o anúncio desse plano, senhor presidente, por entender que ele contempla algumas das bandeiras que defendemos nesta Casa e, principalmente, por percebermos uma genuína preocupação do Governo Federal, da presidenta Dilma, em oferecer oportunidades, condições de vida mais dignas, aos portadores de necessidades especiais.

Criar políticas públicas e projetos de desenvolvimento social para os deficientes significa priorizar, pela primeira vez, quase 30 milhões de brasileiros que, até então, não dispunham de um programa abrangente, no âmbito do poder público federal, para atender suas necessidades específicas.

De acordo com o IBGE, 14,5% da população brasileira têm alguma deficiência ou incapacidade física. São brasileiros e brasileiras, a maioria com plenas condições de viver com independência e autonomia, desde que tenham seus direitos respeitados.

Quero, portanto, senhor presidente, mais uma vez expressar aqui nossa satisfação com mais essa iniciativa da presidenta Dilma e do Governo Federal para incluir uma parcela importante da população brasileira na ampla rede de serviços públicos, cujo objetivo maior é a erradicação da pobreza extrema em nosso país.

E foi movida por esse mesmo propósito, de erradicar a pobreza extrema, que a presidenta Dilma esteve ontem, quarta-feira, em Manaus, para a pactuação do Programa Brasil Sem Miséria com os governos estaduais da Região Norte, incluindo o meu Estado de Roraima, cujo índice de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza extrema é o dobro da média nacional. Quase 20% da população de Roraima vive com menos de 70 reais mensais por pessoa da família.

Ao assinarem com a presidenta Dilma o termo de compromisso para efetiva implantação do Brasil Sem Miséria, os governadores se comprometem a aportar recursos, associar programas estaduais de desenvolvimento social e transferência de renda, atuar na busca ativa das pessoas que estão atualmente fora do sistema e promover a inclusão produtiva, somando esforços para que seja atingido o objetivo de erradicar a pobreza extrema do país até 2014.

Sabemos que os estados da Amazônia apresentam alguns dos piores indicadores sociais do país, senhor presidente, por isso a importância dessa parceria entre governo federal, governos estaduais e prefeituras para o sucesso do Programa Brasil Sem Miséria.

O poder público tem que ir onde estão aqueles que mais necessitam. É isso que se propõe por meio da busca ativa. Fica aqui, portanto, o nosso apoio e a

nossa expectativa de que, somando esforços, União, Estados e Municípios consigam superar a tragédia da pobreza que ainda faz milhões de vítimas em nosso país.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “As vaias para Haddad”, publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo** de 18 de setembro de 2011.

O artigo destaca que uma semana depois do Enem de 2010 ter mostrado uma acentuada queda no desempenho das 50 melhores escolas de São Paulo, a cidade na qual pretende se candidatar-se a prefeito em 2012, o ministro da Educação Fernando Haddad, foi vaiado na Faculdade de Educação da USP e se envolveu em bate-boca com estudantes que criticavam a situação de abandono de várias instituições federais de ensino superior.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

AS VAIAS PARA HADDAD

O Estado de S.Paulo

18 de setembro de 2011

Uma semana depois de o Enem de 2010 ter mostrado uma acentuada queda no desempenho das 50 melhores escolas de São Paulo, a cidade na qual pretende candidatar-se a prefeito em 2012, o ministro da Educação, Fernando Haddad, foi vaiado na Faculdade de Educação da USP e se envolveu em bate-boca com estudantes que criticavam a situação de abandono de várias instituições federais de ensino superior.

A expansão das universidades federais é uma das bandeiras que Haddad pretende usar em sua campanha eleitoral e os estudantes que o vaiaram eram, justamente, supostos beneficiários de sua política. Criadas com base mais em critérios de marketing político do que acadêmicos, tendo em vista a eleição presidencial de 2010, várias universidades federais foram inauguradas às pressas em instalações improvisadas, sem laboratórios e professores em número suficiente.

Por isso, os grupos e facções estudantis que não se deixaram cooptar pelo governo federal – que converteu a UNE numa entidade chapa branca, por meio de generosos repasses financeiros – definiram uma pauta de reivindicações e um cronograma de protestos contra Haddad. Também acusam o ministro de não reivindicar um aumento mais expressivo do orçamento da educação.

Nesta década, o País tem investido, anualmente, 5% do PIB em ensino. No Plano Nacional de Educação, que tramita lentamente no Congresso, o governo propôs aumentar os investimentos para 7% do PIB. As organizações estudantis reivindicam 10%. Para tentar granjear a simpatia dos estudantes da USP, Haddad chegou a invocar, sem sucesso, sua condição de ex-líder estudantil. E ainda tentou comparar os gastos com educação dos governos Fernando Henrique e Lula. Segundo ele, o orçamento do MEC subiu de R\$ 32,1 bilhões para R\$ 69,7 bilhões, nos seis anos em que está à frente da pasta. O problema da gestão Haddad, portanto, não é de escassez de recursos, mas de falta de competência administrativa.

Com o objetivo de mudar o foco do noticiário, que destacava o quadro desolador em que se encontra o ensino médio, revelado pelo último Enem, Haddad agora defende o aumento do tempo de permanência dos alunos na escola, seja ampliando de 200 para 220 o número de dias do ano letivo, seja elevando a carga horária diária.

Pedagogos e dirigentes de escolas afirmaram que a ampliação da jornada diária é a medida mais recomendada para a melhoria de qualidade do ensino fundamental e médio, mas lembraram que ela é de difícil implementação, pois não houve investimento na melhoria da infraestrutura da rede pública nem na mudança dos currículos. O ministro disse que já começou a discutir sua proposta com especialistas e secretários de educação, mas entidades do setor informaram que não foram procuradas para tratar do tema.

Esta tem sido a característica da gestão de Haddad à frente do MEC. Ele agita bandeiras vistosas, que lhe permitem sonhar com voos políticos mais altos, mas que carecem de eficácia e desperdiçam recursos escassos em programas sem a necessária conexão entre si. O ministro já defendeu a democratização do acesso ao ensino superior, sem tratar seriamente do ensino fundamental. Ele defendeu propostas irrealistas, como a adoção do tempo integral no ensino básico, quando deveria cuidar de questões fundamentais, como melhorar a qualidade do ensino de português, matemática e ciências. Endossou a introdução de filosofia e sociologia no ensino médio, sem que o País disponha de professores dessas disciplinas em número suficiente. Estimulou a ampliação desenfreada de escolas técnicas, sem que a rede já existente tivesse

recursos suficientes para atender às despesas de custeio. E, ao tentar utilizar o Enem para unificar os vestibulares das universidades federais, desmoralizou esse mecanismo de avaliação.

A constrangedora vaia dos alunos da USP para Haddad não causa surpresa. Ela é a reação natural a uma gestão errática, demagógica e, principalmente, inepta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado, “Taxa de juros, inflação, incertezas e o mercado”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 15 de setembro de 2011.

O artigo, de autoria do professor Roberto Macedo, trata sobre a redução da taxa básica de juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central em 0,5%. O que é de se estranhar é que este corte colide com o pensamento da maioria do mercado financeiro que previa pelo menos a manutenção da taxa Selic, desta feita, deixa claro que existe uma forte ingerência do governo federal na atuação do Banco Central, dando a este mais um caráter político que não o cabe ao invés de atuar no controle da atividade financeira e da inflação.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

**TAXA DE JUROS, INFLAÇÃO,
INCERTEZAS E O MERCADO**

Roberto Macedo

O Estado de S. Paulo, 15-9-11

A recente decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), que reduziu a taxa básica de juros, ou Selic, de 12,5% para 12% ao ano, causou grande surpresa no mercado financeiro, pois a grande maioria dos seus analistas previa que a taxa não seria alterada. Conforme se diz nesse mercado, eles estavam ancorados nessa previsão de estabilidade.

Isso se evidenciou, por exemplo, em reportagem do jornal **Valor** publicada na edição do fim de semana anterior à data da reunião. Ouvidos 33 analistas, a matéria concluiu que a estabilidade da Selic era a opinião unânime. Além disso, só três esperavam queda da Selic ainda em 2011 e apenas 13, uma taxa menor

até o fim de 2012. Os demais previam a estabilidade da taxa até o fim do ano que vem!

Acertar previsões é muito importante para analistas e instituições a que servem. Entre outros aspectos, orientam decisões quanto à alocação de recursos entre diferentes aplicações, bem como a remuneração oferecida a depositantes. Sei de instituições em que parte da remuneração de seus analistas está ligada ao acerto de previsões, o qual também tem efeito no prestígio que sustenta carreiras profissionais. Compreende-se, assim, parte das frustrações após a decisão do Copom.

Por essa e outras razões, a redução da Selic foi bastante criticada no mercado financeiro. Entre outros aspectos, as críticas apontaram que o Copom alterou sua forma de decidir, passando de aumento a redução da Selic sem uma pausa intermediária, assim afetando sua previsibilidade; que a independência do BC foi violada (às vezes ela é um eufemismo para uma desejada dependência do mercado); que a decisão teria sido política (caso em que o BC seria dependente do governo que integra); e que o Copom assumiu também a missão de defender o nível de atividade da economia, quando deveria cuidar apenas da inflação.

Há muita espuma nesse chope em que se afogaram frustrações e outras reações quanto à decisão. Em particular, analistas ignoraram uma lição fundamental dos cursos de estatística pelos quais devem ter passado. Previsões envolvem, em geral, um elemento de incerteza e, assim, devem incluir uma avaliação probabilística. O que fizeram foi atribuir 100% de certeza à estabilidade da taxa, denotando excesso de confiança, que não se coaduna com a frieza analítica que procuram cultivar.

Note-se que o mês de agosto marcou mais uma etapa da crise econômica mundial, com destaque para agravados problemas na área do euro, juntamente com mais notícias ruins sobre os EUA. Nesse mês, os EUA chegaram ao clímax daquele enorme problema de aumentar o teto de sua dívida – que o mercado viu como mal resolvido -, e que também levou à redução da nota do país na avaliação de seu status como devedor, por uma agência do ramo. Tudo isso turvou ainda mais o cenário econômico, reforçou as previsões de menor crescimento lá fora e aqui e levantou até o temor de uma nova recessão mundial. E, vale lembrar, o nível de atividade atua sobre a inflação, que tende a cair com o arrefecimento dele, sendo assim muito relevante para as decisões do Copom quanto à taxa Selic. Ora, na esteira da recessão de 2008-2009 o BC foi muito criticado pela sua demora em reduzir a Selic, o que deve ter ficado na cabeça dos membros do Copom e seus sucessores. Assim, sem discutir se certo ou errado, também era possível que na reunião o Copom

optasse logo por uma redução da Selic, mesmo sendo mais provável – mas, vale repetir, não garantidamente certo – que viesse a decidir pela estabilidade dessa taxa. E não estou argumentando só a posteriori, pois antes da decisão levantei a hipótese de redução em texto escrito para uma instituição financeira.

A avaliação de probabilidades é a tecnologia para trabalhar em condições de incerteza, de modo a levar a previsões mais robustas, mas sempre sujeitas a erros. E, ainda, para não pôr a cabeça a prêmio, se turvada pela confiança excessiva em acertos de previsão.

O Copom faz previsões, e se mostra também muito convicto de que está no caminho certo, embora nas suas atas faça referências à incerteza. Elas costumam apresentar previsões da inflação futura, que há tempos a revelam em 2011 sempre acima do centro da meta de 4,5% no ano, juntamente com dados recentes que a mostram superando até o teto dessa meta, de 6,5% ao ano. Tampouco as previsões do Copom dão maior segurança quanto ao sucesso de suas ações em 2012, outra razão sendo que estimativas de prazo mais longo têm menores chances de se materializar, dada a maior incerteza que envolvem.

Desta vez, a ata veio com uma novidade na previsão, em econometrês: “Um modelo de equilíbrio geral dinâmico estocástico de médio porte admite que a atual deterioração (...) internacional cause um impacto sobre a economia brasileira equivalente a um quarto do impacto (...) durante (...) 2008/2009 (...). Nesse cenário (...), a atividade (...) doméstica desacelera e, apesar de (...) depreciação da taxa de câmbio e de (...) redução da taxa básica de juros (...), a (...) inflação se posiciona em patamar inferior ao que seria observado (se) não (...) considerado o (...) efeito da crise internacional”.

O Copom também prevê que neste terceiro trimestre se encerra o ciclo de aumento da inflação acumulada em 12 meses e confia numa tendência declinante a partir do próximo. Também admite que o governo que integra vai colaborar no combate à inflação contendo gastos, embora o tímido ajuste fiscal se limite a gastar menos de uma receita que continua aumentando.

Quem de fora do governo contempla toda essa aposta, refletindo sobre os fundamentos dela para suas decisões, não pode ignorar as incertezas que a cercam, nem deixar de ter um plano B caso venha a se frustrar, o que faltou a quem apostou num só resultado para a última reunião do Copom.

ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR, É PROFESSOR ASSOCIADO À FAAP

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e

Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado, “O ‘momento’ não pesou”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 11 de agosto de 2011.

A prisão do secretário executivo do Ministério do Turismo, Frederico Silva Costa, do seu antecessor Mário Augusto Moysés e do ex-deputado federal Colbert Martins, somam 35 suspeitos capturados pela Polícia Federal. Todos envolvidos no desvio de recursos públicos retirados de emendas destinadas ao Ministério do Turismo que foram repassadas a ONGs.

Sr. Presidente, requiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

O “MOMENTO” NÃO PESOU

O Estado de S. Paulo

11 de agosto de 2011

A prisão do secretário executivo do Ministério do Turismo, Frederico Silva da Costa, do seu antecessor Mário Augusto Moysés e do ex-deputado federal Colbert Martins, nomeado para uma secretaria da pasta – na leva de 35 suspeitos de fraudes capturados na terça-feira pela Polícia Federal (PF) – era tudo o que a presidente Dilma Rousseff não precisava nesta hora de crises acumuladas com os partidos da coalizão de governo, nascidas da faxina no Ministério dos Transportes e do escândalo seguinte, na Agricultura. Assim como o ministro do Turismo, Pedro Novais, o seu segundo, Frederico da Costa, e o secretário Martins pertencem ao PMDB e foram indicados a Dilma pelos sobas do partido. Já o petista Moysés é ligado de há muito à senadora Marta Suplicy, que o levou para a pasta quando a comandava, no segundo governo Lula.

Mas, para o País, a Operação Voucher da PF, resultado de uma investigação ordenada pelo Ministério Público e respaldada pelo Judiciário sobre desvio de recursos em convênios do Turismo com uma ONG do Amapá, foi uma grande notícia. Pelo fato em si e, principalmente, porque a ação policial não foi freada a pretexto de que “este não é o momento”. Nem o diretor executivo da PF, Paulo de Tarso Teixeira, nem o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a quem o órgão se subordina, muito menos a Justiça Federal do Amapá, que decretou as prisões (38 ao todo) fizeram ou

deixaram de fazer algo que travasse os devidos trâmites do inquérito, em nome da conveniência política da presidente da República. Segundo se diz no Planalto, o ministro Cardozo, que decerto sabia da investigação, só avisou a chefe da execução dos mandados judiciais na undécima hora, pouco antes do início da espetacular operação que mobilizou cerca de 200 agentes – e, ainda assim, sem entrar em detalhes. Isso jamais aconteceria no governo Lula.

Não fosse pelo clima de acrimônia entre os políticos e a presidente que os teria deixado ao deus-dará – não só em matéria de verbas e cargos, mas sobretudo pelo seu aparente descaso com os efeitos da maré de denúncias de corrupção que lhes sobe pelos pés – o caso do Turismo teria um impacto menor. Afinal, o maranhense Novais, da cota do PMDB no governo, decerto nem sabia onde fica a pasta que lhe tocaria chefiar este ano, quando a fraude começou a germinar, em 2009. É um filme que a população já cansou de ver: um político (no caso, a deputada Fátima Pelaes, do PMDB amapaense) apresenta duas emendas ao Orçamento, destinando R\$ 9 milhões ao custeio de convênios entre o Turismo e um certo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável (Ibrasi) para treinar 1,9 mil futuros trabalhadores do setor no Estado. A partir de uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), apura-se que o Ibrasi desviou cerca de R\$ 3 milhões de um contrato no valor de R\$ 4,4 milhões.

O então secretário executivo da pasta, Mário Moysés, assinou o primeiro convênio com o tal do Ibrasi, cujos cabeças apresentaram documentos falsos para se qualificar. (Na casa de seu diretor Luiz Gustavo Machado, a PF achou R\$ 610 mil em dinheiro.) O convênio seguinte, de 2010, foi assinado pelo atual secretário, Frederico da Costa, à época responsável pela área de programas de desenvolvimento do turismo, encargo atual do ex-deputado baiano Colbert Martins. Nesses dois anos, o Ibrasi recebeu R\$ 14 milhões do governo. Teixeira, o delegado da PF, sustenta serem “robustas” as evidências de envolvimento deles com o esquema fraudulento. Se está certo, a Justiça dirá. O episódio, de qualquer modo, confirma a desalentada certeza da opinião pública de que “se gritar, “pega ladrão”, não fica um, meu irmão”, como no samba de Bezerra da Silva. E propaga entre os políticos atordoados com a ameaça à impunidade a pergunta “Onde é que isso vai parar?”. Só lhes resta culpar a presidente ou acusar o Judiciário de “abuso de autoridade”, como fez o líder petista na Câmara, Cândido Vaccarezza, pois onde já se viu mandar prender figuras tão notáveis?

Nem pensar em ir à raiz do problema: os incentivos de Lula, por ação ou omissão, à montagem de

uma rede de quadrilhas na administração federal como decerto nunca antes se viu na história deste país.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Em seis meses, um balaio de escândalos”, publicada pelo jornal **O Globo** no dia 10 de agosto de 2011.

A matéria destaca que em apenas seis meses vários casos de corrupção no governo Dilma foram escancarados pela mídia.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

EM SEIS MESES, UM BALAIOS DE ESCÂNDALOS

CASA CIVIL

O ministro-chefe da Casa Civil **Antonio Palocci** deixou o cargo no dia 7 de junho em meio a enorme pressão para explicar como seu patrimônio foi multiplicado por 20 entre 2006 e 2010. No dia anterior, a Procuradoria-Geral da República tinha decidido arquivar o processo contra o ministro, afirmando que não havia indícios de ilegalidades. Mas Palocci se recusou a revelar os clientes de sua consultoria e perdeu o apoio até do PT, ficando sem condições de permanecer no cargo.

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Em 10 de junho, Dilma encerrou a crise da queda de Antonio Palocci mudando o titular da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), pasta responsável pela relação do governo com o Congresso – muito criticada durante aquela crise. A atuação do então ministro da SRI, Luiz Sérgio, era considerada pífia. Contra as pressões do PT da Câmara, e dando o recado de que não aceitava ser posta contra a parede, Dilma nomeou para o cargo **Ideli Salvatti**, até então ministra da Pesca. Para diminuir o volume da reclamação do PT, Dilma trocou os ministros: para o lugar de Ideli na Pesca, foi Luiz Sérgio.

TRANSPORTES

Após reportagem do GLOBO sobre o crescimento de 86.500% do patrimônio do filho do ministro **Alfredo Nascimento**, ele foi demitido por Dilma em 6 de julho, mesmo dia também em que a “Isto É” mostrou que ele e o deputado **Valdemar Costa Neto**, do PR, usavam dinheiro público para atrair deputados ao partido. Dias antes, a “Veja” mostrara esquema de superfaturamento e propina nos Transportes. No último dia 2, no primeiro discurso de Nascimento no Senado após deixar o ministério, ele atirou no atual titular dos Transportes, Paulo Passos, e afirmou que não teve o apoio de Dilma: “Eu não sou lixo, o meu partido não é lixo!”. Até agora, chegaram a 27 os servidores demitidos na pasta, a maioria deles indicados do PR. Além do ministro, a faxina derrubou, por exemplo, o diretor-geral do Dnit, Luiz Antonio Pagot, afilhado político do senador **Blairo Maggi** (PR-MT); e o presidente da Valec, José Francisco das Neves, o Juquinha, homem de confiança do deputado **Valdemar Costa Neto** (PR-SP).

TURISMO

A Polícia Federal prendeu 35 pessoas suspeitas de desviar recursos destinados ao Ministério do Turismo por meio de emendas parlamentares. **Frederico Silva da Costa**, secretário-executivo da pasta comandada por **Pedro Novais**, é um dos detidos na operação batizada de Voucher. Além dele, foram presos o secretário nacional de Desenvolvimento de Programas de Turismo, **Colbert Martins da Silva Filho**, o ex-secretário executivo da pasta e ex-presidente da Embratur, **Mário Moysés**, e empresários, diretores do ministério e funcionários do Ibrasi. **Moysés** foi chefe de gabinete da hoje senadora **Marta Suplicy** (PT-SP), durante sua passagem pelo Turismo como ministra.

AGRICULTURA

A crise começou quando **Oscar Jucá Neto** foi demitido da direção da Conab, ligada à Agricultura. Apanhado em um suposto desvio de R\$ 8 milhões para uma empresa fantasma ligada à família, **Jucá Neto**, como é conhecido, acusou o ministro da Agricultura,

--- **Wagner Rossi**, de oferecer propina em troca de silêncio.

Rossi depois na Câmara no dia 3 de agosto a negou as acusações. Três dias depois, nova denúncia destacou a atuação do lobista **Julio Fróes**, que teria uma sala no ministério e distribuiria propina a servidores. Ele teria o incentivo do secretário-executivo da pasta, **Milton Ortolan**, que pediu demissão. Rossi negou irregularidades e disse que não conhecia Fróes.

ALOPRADOS

Em entrevista à revista **“Veja”**, o ex-diretor de gestão de riscos do Banco do Brasil, **Exedito Veloso**, disse que o ministro da Ciência e Tecnologia, **Aloizio Mercadante**, estava envolvido na fabricação de um falso dossiê contra seu adversário tucano, **José Serra**, na campanha pelo governo de São Paulo em 2006. A ministra **Ideli Salvatti** e a ex-senadora **Serys Slhessarenko** também teriam tido conhecimento prévio do dossiê preparado pelos aloprados do partido.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 59 minutos.)

REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Artigos 13 e 40 do Regimento Interno (sem ônus)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	FINALIDADE
453-M	Inácio Arruda	13	29.09	Atividade Parlamentar
454-M	Valdir Raupp	13	29.09	Atividade Parlamentar
455-M	Armando Monteiro	13	06 a 16.10	Atividade Parlamentar
456-M	Kátia Abreu	13	03 a 07.10	Atividade Parlamentar
457-M	Armando Monteiro	13	29.09	Atividade Parlamentar
458-M	Ângela Portela	40	02 a 05.10	Atividade Parlamentar
459-M	Renan Calheiros	13	29.09	Atividade Parlamentar
460-M	Paulo Davim	13	29.09	Atividade Parlamentar

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney 29/09/2011 quinta-feira

- 10h** Recebe o Deputado Distrital Chico Vigilante
Sala de Audiências
- 10h30** Reunião da Mesa Diretora
Sala de Audiências
- 13h** Recebe o Ministro das Relações Exteriores de Cuba, Bruno Rodríguez
Sala de Audiências
- 16h** Ordem do Dia
Plenário

CONGRESSO NACIONAL GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - VIETNÃ

ATA DA REUNIÃO DE REINSTALAÇÃO, NA 54ª LEGISLATURA, DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - VIETNÃ

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano dois mil e onze, às dezesseis horas, na Câmara dos Deputados, Sala da Presidência da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - Anexo II - Pav. Superior - Ala A - Sala 131, na cidade de Brasília - DF, reuniram-se os Parlamentares, cuja lista de presença segue anexa, integrantes da 54ª Legislatura - 2011/2015, convidados pelo Senador Inácio Arruda - PCdoB/CE, Primeiro-Vice-Presidente do Grupo Parlamentar Brasil - Vietnã, com o objetivo de sua reinstalação. Este Grupo Parlamentar foi criado pela Resolução nº04/99, de 20 de abril de 1999, da Câmara dos Deputados, fruto do Projeto de Resolução nº95/96, de autoria do Deputado Aldo Rebelo - PCdoB/SP, com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e da República

Socialista do Vietnã. O Senador Inácio Arruda após a verificação de quorum declarou aberta a reunião, agradeceu a presença de todos e, em especial, a honra da presença do Senhor Embaixador Duong Nguyen Tuong e da Adida Civil Nguyen Kim Cuc, e designou a Dra. Inubia Sfoggia, Secretária Executiva do Grupo, para secretariar os trabalhos. Informou que tomou a iniciativa da reinstalação do Grupo em razão do seu Presidente, Deputado Colbert Martins, não haver sido reeleito. Passando, a seguir, ao ITEM 1 da Pauta: **ADESÃO DE SEUS MEMBROS e ELEIÇÃO DA DIRETORIA**. Apresentou os Termos de Adesão de 11 Senadores e 50 Deputados, dando as boas vindas aos Parlamentares que aderiram ao GRUPO. Após, deu conhecimento da Chapa Única inscrita para a composição de sua Diretoria que passou a ser examinada e discutida, sendo aprovada por aclamação. A seguir, o Presidente declarou eleitos e empossou, imediatamente, os membros que comporão a Diretoria do GRUPO para o biênio 2011/2013: **PRESIDENTES DE HONRA: Senador José Sarney - PMDB/AP, Presidente do Senado Federal e Deputado Marco Maia - PT/RS, Presidente da Câmara dos Deputados. Presidente: Deputada Jô Moraes - PCdoB/MG; Primeiro-Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda - PCdoB/CE; Segundo-Vice-Presidente: Deputado Eduardo Azeredo - PSDB/MG; Terceiro-Vice-Presidente: Deputado Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE; Primeira-Secretária: Deputada Janete Rocha Pietá - PT/SP; Segundo-Secretário: Senador Clésio Andrade - PR/MG; Terceiro-Secretário: Deputado Domingos Sávio - PSDB /MG; Primeiro-Tesoureiro: Senador Lindbergh Farias - PT/RJ e Segunda-Tesoureira: Deputada Nilda Gondim - PMDB/PB. CONSELHO DELIBERATIVO: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB/SE; Senador Fernando Collor - PTB/AL; Senadora Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM; Deputado Aldo Rebelo - PCdoB/SP; Deputado Carlos Alberto Leréia - PSDB/GO; Deputado Gonzaga Patriota - PSB/PE e Deputada Luci Choinacki - PT/SC.** A seguir, passou a Presidência dos trabalhos à nova Presidente, Deputada Jô Moraes - PCdoB/MG, que agradeceu a confiança de seus colegas e manifestou o seu desejo de envidar todos os esforços para o fortalecimento dos laços de fraterna amizade e o incremento das relações políticas, comerciais e culturais com a República Socialista do Vietnã. Dando prosseguimento à Pauta, passou, de imediato, ao exame do assunto constante de seu ITEM 2: **APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ALTERAÇÕES DO ESTATUTO**. Os Parlamentares presentes decidiram deixar para uma próxima reunião a definição sobre as alterações do Estatuto. Em seguida, a Presidente designou a Dra. Inubia A.C. Sfoggia para Secretária Executiva do Grupo, determinando providências no sentido de comunicar às devidas autoridades sobre a instalação do Grupo e a constituição da sua Diretoria, a edição dos atos legais pela Câmara dos Deputados, e definir a Pauta para desenvolver os trabalhos a partir da próxima reunião, a ser agendada posteriormente. A seguir, passou ao ITEM 3: **ASSUNTOS GERAIS**. A Senhora Presidente disse que gostaria de, na próxima reunião, definir um plano de trabalho do GRUPO para o ano em curso, e pediu aos parlamentares que apresentem sugestões dos temas centrais que deverão determinar a sua pauta de atividades, visando à obtenção de resultados práticos e efetivos na consecução dos objetivos do GRUPO. A seguir, informou que os assuntos da Pauta haviam sido esgotados, colocando a palavra à disposição para as considerações finais do Plenário. A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Embaixador, Duong Nguyen Tuong, que disse de sua satisfação em ver reativado este Grupo Parlamentar e de sua confiança na união de esforços de seus membros e da Embaixada do Vietnã para o estímulo das relações bilaterais. Mencionou a possibilidade do Grupo poder ser constituído, também, por entidades que tenham interesse nas relações entre os dois Países amigos. Finalizando, convidou a todos os presentes e demais membros do Grupo para uma recepção dia 1º de setembro, na Embaixada, em comemoração à Data Nacional da República Socialista do Vietnã. A seguir, a Presidente concedeu a palavra ao Senador Inácio Arruda - PCdoB/CE e aos Deputados Aldo Rebelo - PCdoB/SP; Eduardo Azeredo - PSDB/MG; Benedita da Silva - PT/RJ; Nilda Gondim - PMDB/PB; Luci Choinacki - PT/SC; Evandro Mikhomen - PCdoB/AP e JOÃO ANANIAS - PCdoB/CE que cumprimentaram a Presidente eleita e demais membros da Diretoria, desejando sucesso a todos e enfatizando a importância do incremento das relações entre os Parliamentos do Brasil e do Vietnã. Em continuidade, a Presidente agradeceu a honrosa presença do Senhor Embaixador Duong Nguyen Tuong e da Adida Civil Nguyen Kim Cuc, dos Parlamentares e assessores, reafirmando a importância do GRUPO e a sua determinação em estimular a mobilização dos Parlamentares do Congresso Nacional e, em especial, do Grupo Parlamentar Brasil - Vietnã para, junto com a Embaixada da República Socialista do Vietnã, poder implementar as metas de integração. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião da qual foi lavrada a presente ata, assinada pela Presidente eleita, Deputada Jô Moraes - PCdoB/MG; pela Primeira-Secretária, Deputada Janete Rocha Pietá - PT/SP e por mim, Inubia Sfoggia, Secretária Executiva. Brasília, 31 de agosto de 2011.


Deputada JÔ MORAES
Presidente Eleita


Deputada JANETE ROCHA PIETÁ
Primeira-Secretária


INUBIA SFOGGIA
Secretária Executiva

**PARLAMENTARES PRESENTES À REUNIÃO DE REINSTALAÇÃO, NA 54ª LEGISLATURA,
DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - VIETNÃ, REALIZADA EM 31.08.11**

Deputada JÔ MORAES - PCdoB/MG	<i>Jô Moraes</i>
Deputado ALDO REBELO - PCdoB/SP	<i>Aldo Rebelo</i>
Deputado CARLOS ALBERTO LERÉIA - PSDB/GO	
Deputada JANETE ROCHA PIETÁ - PT/SP	<i>Janete Rocha Pietá</i>
Deputado JOSÉ ROCHA - PR/BA	<i>J. Rocha</i>
Deputado ASSIS MELO - PCdoB/RS	<i>Assis Melo</i>
Deputado LUIZ COUTO - PT/PB	<i>Luiz Couto</i>
Deputada PERPÉTUA ALMEIDA - PCdoB/AC	<i>Perpetua Almeida</i>
Deputado EDUARDO AZEREDO - PSDB/MG	<i>Eduardo Azeredo</i>
Deputado VIEIRA DA CUNHA - PDT/RS	
Deputado SEBASTIÃO BALA ROCHA - PDT/AP	<i>Sebastião Bala Rocha</i>
Deputado EDINHO BEZ - PMDB/SC	<i>Edinho Bez</i>
Deputado CARLAILE PEDROSA - PSDB/MG	<i>Carlaile Pedrosa</i>
Deputado EVANDRO MILHOMEN - PCdoB/AP	<i>Evandro Milhomen</i>
Deputado DANILO FORTE - PMDB/CE	<i>Daniilo Forte</i>
Deputado RUBENS BUENO - PPS/PR	<i>Rubens Bueno</i>
Deputada LUCIANA SANTOS - PCdoB/PE	<i>Luciana Santos</i>
Deputada BENEDITA DA SILVA - PT/RJ	<i>Benedita da Silva</i>
Deputada MANUELA D'ÁVILA - PCdoB /RS	<i>Manuela d'Ávila</i>
Deputado DR. PAULO CÉSAR - PR/RJ	<i>Dr. Paulo César</i>
Deputado ADEMIR CAMILO - PDT/MG	<i>Ademir Camilo</i>
Deputada LUCI CHOINACKI - PT/SC	<i>Luci Choinacki</i>

**PARLAMENTARES PRESENTES À REUNIÃO DE REINSTALAÇÃO, NA 54ª LEGISLATURA,
DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - VIETNÃ, REALIZADA EM 31.08.11**

Deputado	Nilda Gondim	PMDB - PB - anexos IV
Deputado	Chico Lopes	PCdoB CE
Deputado	João Américo	PCdoB - CE
Deputado	Agostinho	PPS - DF
Deputado		

**SENADORES E CONVIDADOS PRESENTES À REUNIÃO DE REINSTALAÇÃO, NA 54ª
LEGISLATURA, DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - VIETNÃ, REALIZADA EM 31.08.11**

Senador	INÁCIO ARRUDA - PCdoB/CE	
Senadora	VANESSA GRAZZIOTIN - PCdoB/AM	
Senador	JOSÉ PIMENTEL - PT/CE	
Senador	Clésio Andrade	
Senador	Ama Rêta	
Senador	LINDBERAT	
Senador	ANDOLFE RODRIGUES	
Senador	WELINGTON DINIZ	
Senadora	Hidreia da Mata	
Senador		
Embaixador	DUONG NGUYEN TUONG	
Adida Civil	NGUYEN KIM CUC (Margarida)	

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

PRESIDENTES DE HONRA: Senador José Sarney - PMDB/AP - Presidente do Senado Federal
Deputado Marco Maia - PT/RS - Presidente da Câmara dos Deputados

Presidente: Dep. Jô Moraes	- PCdoB/MG
Primeiro-Vice-Presidente: Sen. Inácio Arruda	- PCdoB/CE
Segundo-Vice-Presidente: Dep. Eduardo Azeredo	- PSDB/MG
Terceiro-Vice-Presidente: Dep. Raimundo Gomes de Matos	- PSDB/CE
Primeira-Secretária: Dep. Janete Rocha Pietá	- PT/SP
Segundo-Secretário: Sen. Clésio Andrade	- PR/MG
Terceiro-Secretário: Dep. Domingos Sávio	- PSDB/MG
Primeiro-Tesoureiro: Sen. Lindbergh Farias	- PT/RJ
Segunda-Tesoureira: Dep. Nilda Gondim	- PMDB/PB

CONSELHO DELIBERATIVO:

Senador Antônio Carlos Valadares	- PSB/SE
Senador Fernando Collor	- PTB/AL
Senadora Vanessa Grazziotin	- PCdoB/AM
Deputado Aldo Rebelo	- PCdoB/SP
Deputado Carlos Alberto Leréia	- PSDB/GO
Deputado Gonzaga Patriota	- PSB/PE
Deputada Luci Choinacki	- PT/SC

SECRETÁRIA EXECUTIVA: Dra. Inubia A.C. Sfoggia

COMPOSIÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
54ª Legislatura

NOME PARLAMENTAR	PART.	UF	ANEXO	GAB.	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
ADEMIR CAMILO	PDT	MG	IV	212	3215.5212	dep.ademircamilo@camara.gov.br
ALDO REBELO	PCdoB	SP	II	15	3215.5967	dep.aldorebelo@camara.gov.br
ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA	IV	420	3215.5420	dep.aliceportugal@camara.gov.br
ANDRÉ ZACHAROW	PMDB	PR	IV	238	3215.5238	dep.andrezacharow@camara.gov.br
ARNON BEZERRA	PTB	CE	IV	413	3215.5413	dep.arnonbezerra@camara.gov.br
ASSIS MELO	PCdoB	RS	IV	605	3215.5605	dep.assismelo@camara.gov.br
ÁTILA LINS	PMDB	AM	IV	730	3215.5730	dep.atilalins@camara.gov.br
AUGUSTO CARVALHO	PPS	DF	IV	352	3215.5352	dep.augustocarvalho@camara.gov.br
BENEDITA DA SILVA	PT	RJ	IV	330	3215.5330	dep.beneditadasilva@camara.gov.br
BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG	IV	431	3215.5431	dep.bonifaciodeandrade@camara.gov.br
CARLAILE PEDROSA	PSDB	MG	IV	824	3215.5824	dep.carlailepedrosa@camara.gov.br
CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO	IV	830	3215.5830	dep.carlosalbertolereia@camara.gov.br
CHICO D'ANGELO	PT	RJ	IV	232	3215.5232	dep.chicodangelo@camara.gov.br
DANILO FORTE	PMDB	CE	III	384	3215.5384	dep.daniloforte@camara.gov.br
DOMINGOS SÁVIO	PSDB	MG	IV	271	3215.5271	dep.domingossavio@camara.gov.br
DR. PAULO CÉSAR	PR	RJ	IV	904	3215.5904	dep.dr.paulocesar@camara.gov.br
EDUARDO AZEREDO	PSDB	MG	IV	722	3215.5722	dep.eduardoazeredo@camara.gov.br
ELCIONE BARBALHO	PMDB	PA	IV	919	3215.5919	dep.elcionebarbalho@camara.gov.br
EVANDRO MILHOMEN	PCdoB	AP	IV	419	3215.5419	dep.evandromilhomen@camara.gov.br

FÁBIO FARIA	PMN	RN	IV	335	3215.5335	dep.fabiofaria@camara.gov.br
FÁTIMA BEZERRA	PT	RN	IV	236	3215.5236	dep.fatimabezerra@camara.gov.br
GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE	IV	430	3215.5430	dep.gonzagapatriota@camara.gov.br
HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR	IV	234	3215.5234	dep.hermesparcianello@camara.gov.br
JAIME MARTINS	PR	MG	IV	333	3215.5333	dep.jaimemartins@camara.gov.br
JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ	IV	622	3215.5622	dep.jandirafeghali@camara.gov.br
JANETE ROCHA PIETÁ	PT	SP	III	578	3215.5578	dep.janeterochapieta@camara.gov.br
JÔ MORAES	PCdoB	MG	IV	322	3215.5322	dep.jomoraes@camara.gov.br
JOÃO ANANIAS	PCdoB	CE	IV	303	3215.5303	dep.joaoanancias@camara.gov.br
JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG	IV	211	3215.5211	dep.joamagalhaes@camara.gov.br
JOÃO PAULO CUNHA	PT	SP	IV	965	3215.5965	dep.joapaulocunha@camara.gov.br
JOSÉ PRIANTE	PMDB	PA	IV	752	3215.5752	dep.josepriante@camara.gov.br
JOSÉ ROCHA	PR	BA	IV	908	3215.5908	dep.joserocha@camara.gov.br
LUCI CHOINACKI	PT	SC	IV	306	3215.5306	dep.lucichoinacki@camara.gov.br
LUCIANA SANTOS	PCdoB	PE	IV	531	3215.5531	dep.lucianasantos@camara.gov.br
LUÍZ COUTO	PT	PB	IV	442	3215.5442	dep.luizcouto@camara.gov.br
MANUELA D'ÁVILA	PCdoB	RS	IV	438	3215.5438	dep.manueladavila@camara.gov.br
MARCO MAIA	PT	RS	II	14	3215.5964	dep.marcomaia@camara.gov.br
MOACIR MICHELETTI	PMDB	PR	III	478	3215.5478	dep.moacirmicheletti@camara.gov.br
NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	IV	920	3215.5920	dep.nelsonmarquezelli@camara.gov.br
NELSON MEURER	PP	PR	IV	916	3215.5916	dep.nelsonmeurer@camara.gov.br
NILDA GONDIM	PMDB	PB	IV	833	3215.5833	dep.nildagondim@camara.gov.br
OSMAR JÚNIOR	PCdoB	PI	IV	356	3215.5356	dep.osmarjunior@camara.gov.br
PEDRO EUGÉNIO	PT	PE	IV	902	3215.5902	dep.pedroeugenio@camara.gov.br
PERPÉTUA ALMEIDA	PCdoB	AC	IV	625	3215.5625	dep.perpetuaalmeida@camara.gov.br
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE	IV	725	3215.5725	dep.raimundogomesdematos@camara.gov.br
RENATO MOLLING	PP	RS	IV	337	3215.5337	dep.renatomolling@camara.gov.br
RUBENS BUENO	PPS	PR	IV	623	3215.5623	dep.rubensbueno@camara.gov.br
VALDIR COLATTO	PMDB	SC	IV	708	3215.5708	dep.valdircolatto@camara.gov.br
WALTER IHOSHI	DEM	SP	IV	242	3215.5242	dep.walterihoshi@camara.gov.br
ZÉ GERALDO	PT	PA	III	266	3215.5266	dep.zegeraldo@camara.gov.br

COMPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL**54ª Legislatura**

NOME PARLAMENTAR	PART.	UF	ALA	GAB.	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	PSB	SE	Teotônio Vilela	12	3303.2201	antval@senador.gov.br
CIRO NOGUEIRA	PP	PI	Teotônio Vilela	01	3303.6185	ciro.nogueira@senador.gov.br
CLÉSIO ANDRADE	PR	MG	Filinto Muller	02	3303.4621	clesio.andrade@senador.gov.br
FERNANDO COLLOR	PTB	AL	Anexo I - 13º and		3303.5783	fernando.collor@senador.gov.br
INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE	Filinto Muller	07	3303.5793	inacioarruda@senador.gov.br
JOSÉ SARNEY	PMDB	AP	Edif. Principal		3303.3000	fernando.collor@senador.gov.br
LINDBERGH FARIAS	PT	RJ	Afonso Arinos	02	3303.6426	lindbergh.farias@senador.gov.br
PAULO PAIM	PT	RS	Anexo I-22º and.	04	3303.5232	paulopaim@senador.gov.br
RENAN CALHEIROS	PMDB	AL	Anexo I-15º and.		3303.2261	renan.calheiros@senador.gov.br
VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	Alexandre Costa	05	3303.6726	vanessa.grazziotin@senadora.gov.br
WILSON SANTIAGO	PMDB	PB	Filinto Muller	10	3303.9006	wilson.santiago@senador.gov.br

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Reditario Cassol** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,11)

RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
VAGO ^(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,13)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(3,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Geovani Borges (PMDB-AP) ⁽³⁾
Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindbergh Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, "in loco", no prazo de quinze dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 03/03/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽⁴⁾

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(3,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de noventa dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁷⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 17/03/2011

Instalação: 04/05/2011

Prazo final: 14/08/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,5)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

*. Em 9.8.2011, foi lido e aprovado o Requerimento nº 957, de 2011, que prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão até o final da presente sessão legislativa.

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
6. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 140/2011).
7. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - VISITA "IN LOCO" À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, "in loco", à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 22/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
5. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de doze meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾

Aprovação do Requerimento: 25/05/2011

Instalação: 05/07/2011

Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 6133033511

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO
NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA**

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de quarenta e cinco dias, anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal n°s 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO ⁽¹⁾	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 16

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

MEMBROS

Gilson Dipp

Maria Tereza Moura

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muiños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

René Ariel Dotti

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) ^(4,8)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Reditario Cassol (PP) ^(12,13)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁴⁾	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).

2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).

3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO ⁽⁸⁾	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(2,4)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.

3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).

2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.

3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 16/03/2011

Instalação: 29/03/2011

Prazo prorrogado: 16/12/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 16/2011-PRES/CAS, que comunica a instalação da Subcomissão em 29.03.2011, bem como a eleição dos Senadores Wellington Dias e Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

2. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

3. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 10/2011-PRES/CAS, que comunica a criação da Subcomissão mediante a aprovação do Requerimento ° 2/2011-CAS, em 16.03.2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 11/2011-PRES/CAS, que comunica a designação dos membros da Subcomissão.

***. Em 08.06.2011, o Presidente da CAS comunica a prorrogação do prazo inicial por noventa dias, de 26.06 para 7.10.2011 (OF. nº 61/2011-PRES/CAS).

****. Em 31.08.2011, foi lido o Ofício nº 137/2011-PRES/CAS, que comunica a prorrogação do prazo da Subcomissão por setenta dias (16.12.2011).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) ^(20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(3,5,17,21,28)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁹⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- ***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
- ****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
- *****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
 3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
 4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)
 5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)
 6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
 7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
 8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
 11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).
 13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).
 14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
 15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
 17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
 18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
 19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
 22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
 23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
 24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ^(7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽²⁰⁾	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- **** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 6. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	6. Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (OF. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ^(1,5)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽⁵⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽³⁾	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício n° 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Reditario Cassol (PP) ^(2,3,5)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(5,8)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 7. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
 8. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. VAGO ⁽¹⁵⁾
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10)
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(5,9,17)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁶⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).
5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, foi lido o Ofício nº 237, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Sérgio Souza como membro titular para compor a CRE.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,9)	4. VAGO ^(3,6)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,8)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
 2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
 3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
 4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. Nº 029/2011-CRE/PRES).
 5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
 9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ^(3,4)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Reditario Cassol (PP) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁶⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(9,10)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(6,13)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1. Randolfe Rodrigues ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
15. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Reditario Cassol (PP) ^(4,6)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,4,7)

Designação: 14/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
5. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
7. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella foi eleito vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 221/2011-Pres/CDR).

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁶⁾
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

*** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(10,11)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(7,8)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,4)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Em 29.09.2011, lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter assumido o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
4. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) ^(1,7)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁶⁾
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽²⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽⁴⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾
PP
Reditario Cassol (RO) ⁽¹⁵⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
VAGO ^(14,16)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 01/09/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. GLPMDB nº 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011, em substituição ao Senador Ivo Cassol, licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovados na sessão de 12.07.11.
16. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽¹⁶⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 11/08/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽⁶⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião ⁶

Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame ⁶

Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia ⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 13.09.2011)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. Of. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PSOL ¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 184 páginas
(OS: 15215/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

